Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 7
1.5 Principais clientes 15
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 16
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 18
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 19
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 20
1.10 Informações de sociedade de economia mista 22
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 23
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 24
1.13 Acordos de acionistas 25
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 26
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 27
1.16 Outras informações relevantes 28
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 29
2.2 Resultados operacional e financeiro 40
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 43
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 44
2.5 Medições não contábeis 45
2.6 Eventos subsequentes as DFs 47
2.7 Destinação de resultados 48
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 51
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 52
2.10 Planos de negócios 53
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 54
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 55
3.2 Acompanhamento das projeções 56

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 57
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 70
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 71
4.4 Processos não sigilosos relevantes 87
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 90
4.6 Processos sigilosos relevantes 91
4.7 Outras contingências relevantes 92
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 93
5.2 Descrição dos controles internos 96
5.3 Programa de integridade 98
5.4 Alterações significativas 102
5.5 Outras informações relevantes 103
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 104
6.3 Distribuição de capital 106
6.4 Participação em sociedades 107
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 108
6.6 Outras informações relevantes 109
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 110
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 113
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 114
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 117
7.4 Composição dos comitês 124
7.5 Relações familiares 130
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 131
7.7 Acordos/seguros de administradores 132
7.8 Outras informações relevantes 133
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 134

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 138
8.3 Remuneração variável 142
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 144
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 154
8.6 Outorga de opções de compra de ações 155
8.7 Opções em aberto 157
8.8 Opções exercidas e ações entregues 159
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 162
8.10 Outorga de ações 163
8.11 Ações entregues 164
8.12 Precificação das ações/opções 165
8.13 Participações detidas por órgão 168
8.14 Planos de previdência 169
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 170
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 171
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 172
8.18 Remuneração - Outras funções 173
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 174
8.20 Outras informações relevantes 175
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 176
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 178
9.4 Outras informações relevantes 179
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 180
10.1 Descrição dos recursos humanos 182
10.2 Alterações relevantes 184
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 185
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 195
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 196
10.5 Outras informações relevantes 197
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 198

11.2 Transações com partes relacionadas 200

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 201

11.3 Outras informações relevantes 202

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 203

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 204

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 205

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 206

12.5 Mercados de negociação no Brasil 207

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 208

12.7 Títulos emitidos no exterior 209

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 210

12.9 Outras informações relevantes 211

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 212

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 213

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 215

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor

A Technos S.A. (a "Controladora" ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto e está sediada na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia foi constituída em 6 de dezembro de 2007 e entrou em operação em 8 de janeiro de 2008. Seu objeto social é a participação em outras sociedades, no país ou no exterior.

A empresa líder do Grupo é a Technos S.A., sediada no Brasil, onde negocia suas ações na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBovespa). Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não possuía empresas controladas em conjunto ou coligadas.

A Companhia iniciou suas operações em 1956, como representante da marca “Technos” no Brasil, e cresceu significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

1900: A frente do seu tempo, a família Gunzinger abre seu primeiro ateliê e dá início a fabricação dos seus primeiros relógios de bolso.

1924: Com uma visão empresarial estratégica, a família Gunzinger decidiu mudar o nome da empresa familiar. A Gunzinger Fréres se tornava a Technos, registrando a marca oficialmente como conhecemos hoje e lançando o primeiro relógio da Technos.

1956: Fundação da importadora Centauro no Brasil para ser a distribuidora exclusiva da Technos. Crescemos significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

1982: Inauguramos nossa planta de montagem e distribuição em Manaus e passamos a montar nossos relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detínhamos a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento.

1990´s: Compramos os direitos da marca Technos, que se tornou uma marca brasileira, e consolidamos nossa liderança no mercado nacional de relógios.

2002: Passamos a explorar marcas de terceiros ao licenciar a marca “Mormaii” e distribuir, de forma exclusiva, produtos identificados pela marca “Seiko”.

2008: Nosso controle foi adquirido pelo Fundo de Investimentos e Participações GMT que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da nossa Companhia

2009: Licenciamos a marca “Euro”, reforçando nosso posicionamento no mercado de moda, direcionado principalmente para o público feminino.

2010: Relançamos a marca “Mariner”, nosso grande sucesso dos anos 80, voltada para o público jovem e com objetivo de reassumir a liderança no mercado recém reexplorado de relógios troca-pulseira.

2011: Abertura de capital do Grupo Technos.

2012: Relançamos a Allora, reforçando a nossa presença no segmento feminino econômico de moda. Firmamos um contrato de distribuição e direito de uso da marca “Timex” de forma exclusiva em todo o território nacional, reforçando nossa posição no segmento esportivo. Além disso, fechamos a compra da Touch, empresa que desenvolve e comercializa relógios e óculos sob marca própria com distribuição exclusiva para uma rede de franquias.

2013: Comunicamos a aquisição do Grupo Dumont Saab, e passamos a deter as marcas “Dumont” e “Condor”, além de distribuir no Brasil algumas das mais desejadas marcas internacionais de relógio, considerando o contrato de montagem de distribuição e comercialização no Brasil das marcas licenciadas pelo Grupo Fossil.

2013: Passamos a atuar no e-commerce. Atualmente temos cinco sites de comércio eletrônico, sendo quatro deles dedicados às marcas Technos, Fossil, Euro, Condor e outro voltado para a venda on-line de

1.1 Histórico do emissor

todas as marcas, o Timecenter.

2015: Começamos a atuar também com operações próprias e, atualmente, temos 16 lojas nas principais capitais, com lojas full price e Outlets. Os pontos de venda full price têm a missão de reforçar a presença da marca, assim como de testar produtos e proporcionar experiência de compra diferenciada. Já os Outlets, fazem parte da estratégia de gestão de estoques da Companhia, garantindo escoamento de produtos de menor giro com menor contaminação dos canais tradicionais.

2015: Lançamos nosso primeiro relógio conectado, dando início ao desenvolvimento de uma nova categoria complementar aos relógios tradicionais.

2017: Em outubro de 2017, lançamos o primeiro Smartwatch full display de uma marca brasileira, o Technos Connect 3.0. Esse lançamento contou com portfólio de dez relógios inteligentes, incluindo versões híbridas, entre elas o Skydiver Connect, linha icônica da Technos há mais de 30 anos que, nesta versão, vem com funções de conectividade.

2018: Em 2018 celebramos os 60 anos da chegada da marca Technos no Brasil. O lançamento da coleção Essence deu início às comemorações que homenagearam a origem da marca no berço da relojoaria mundial, trazendo uma máquina suíça exclusiva.

2019: Em maio de 2019, após mudanças significativas no conselho de administração e diretoria, iniciamos o processo de turnaround operacional para retomada do crescimento e rentabilidade da Companhia.

2020: Apesar do impacto sofrido pela pandemia e dos efeitos no comércio decorrentes da restrição à circulação de pessoas, fechamento de shopping centers e lockdowns, avançamos na implementação do processo de turnaround operacional. A partir do segundo semestre deste ano, considerando a recuperação da atividade comercial e as medidas de eficiência implementadas, a Companhia passa a demonstrar importante recuperação de seu resultado operacional.

2021: Em 2021 celebramos 10 anos do IPO da Technos. A Companhia segue demonstrando importante recuperação de seu resultado operacional, fruto do projeto de turnaround iniciado em 2019, com foco em recuperação da eficiência e rentabilidade. Apresentou, também, evoluções importantes em seu projeto de digitalização, tanto considerando as vendas para canais digitais ou híbridos, mas principalmente considerando a maior relevância de sua linha de relógios conectados.

2024: A maior marca de relógios da américa latina celebra 100 anos de história. Essa é a história de uma grande marca, que se mistura com a história de uma grande empresa. A Technos é uma empresa pioneira e inovadora.

Atualmente possuímos em nosso portfólio 10 marcas – “Technos”, “Condor”, “Mormaii”, “Euro”, “Dumont”, “Fossil”, “Michael Kors”, “Touch”, “Allora” e “Mariner” – bem-posicionadas para atender diversos perfis de clientes.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Desde 1956, desenvolvemos, montamos e distribuímos relógios, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias. Iniciamos nossas operações sob a marca “Technos” e, ao longo dos anos, diversificamos nosso portfólio para outras marcas e segmentos de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 desenvolvemos e distribuímos produtos de dez marcas nacionalmente conhecidas que atendem a todos os segmentos e classes sociais, sendo sete marcas próprias (“Technos”, “Touch”, “Euro”, “Allora”, “Condor”, “Mariner” e “Dumont”) e três marcas detidas por terceiros, cujo uso por nós é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição de produtos (“Mormaii”, “Fossil”, “Michael Kors”). Nossos produtos são vendidos em todo o território nacional e, em 31 de dezembro de 2024, contávamos com mais de 9 mil pontos de venda pulverizados entre relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, alcançamos: (i) receita bruta de R$ 464,3 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R$ 93,2 milhões; e (iii) Resultado Líquido de R$ 64,8 milhões.

O segmento de relógios no Brasil, desde a pandemia, vem se recuperando ano após ano com crescimentos em 2021, 2022, 2023 e 2024, segundo nosso cálculo realizado com base nos dados da SUF RAMA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Ainda que o ano de 2024 tenha sido marcado por um cenário desafiador com juros elevados e alta do dólar, a Companhia tem demonstrado melhora no seu desempenho operacional e financeiro.

Entendemos que nosso modelo de negócios, descrito a seguir, permite:

(i) *Administrar com sucesso um portfólio de marcas líderes e complementares*.

Gerenciamos ativamente nossas marcas de forma a construir um portfólio diversificado e complementar, que constitui um dos nossos principais ativos. Entendemos que a complementaridade do posicionamento de nossas marcas representa importante diferencial competitivo no segmento de relógios, tendo em vista que atingimos grande parte da população e obtemos maior exposição nas vitrines dos varejistas. Nossa marca principal, a “Technos”, tem mais de 110 anos de história e origem suíça. No Brasil, a marca “Techno s” é uma das líderes de mercado em termos de receita, há mais de 20 anos, segundo nossas estimati vas baseadas em dados da SUFRAMA, e é associada a produtos que se destacam por um posicionamen to clássico, com toques de modernidade, e percepção de alta qualidade. A Companhia adquiriu/licenciou algumas marcas ao longo de sua história e, portanto, possui um portfólio completo que atende a todos os segmentos e classes sociais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Marca	Descrição
TECHNOS	Nossa marca mais estabelecida, com 100 anos de história e origem suíça, a “Technos” é associada a produtos que se destacam por um design clássico, aliado a elementos modernos, e percepção de alta qualidade. Suas principais características são: (1) segmento: “Clássico”; (2) público-alvo: adulto; (3) tipo de produto: principalmente relógios analógicos, multifunção e cronógrafos, feitos em aço; (4) titularidade: marca própria.
mormaii	Marca esportiva originalmente brasileira, a Mormaii está no mercado há 40 anos e se tornou a maior marca do segmento de surf da América Latina. Tem como características principais: • segmento: “Esporte”; • público-alvo: pessoas com espírito jovem, que se identificam com a moda esportiva e buscam bem-estar; • tipo de produto: relógios analógicos e digitais;e • titularidade: marca licenciada, com licença válida até setembro de 2026.
EURO	A marca “Euro” está presente há 20 anos no mercado brasileiro e tem como características principais: •segmento: “Moda”; •público-alvo: feminino, composto por mulheres jovens e adultas que buscam aliar as tendências da moda a preços acessíveis; •tipo de produto: relógios diferenciados, com perfil de acessório de moda e com construções inovadoras; e •titularidade: marca própria.
TOUCH	A “Touch” é uma marca jovem e moderna. Suas principais características são: • segmento: “Moda”; • público-alvo: adulto, versátil e irreverente • tipo de produto: relógios casuais analógicos, digitais e cronógrafos; e • titularidade: marca propria
Condor	A “Condor” é uma marca democrática, alegre e versátil, com estilo moderno a preços acessíveis e opções de kits presenteáveis. • segmento: “Moda” • público-alvo: adulto feminino e masculino • tipo de produto: relógios com tendências de moda a preços acessíveis e ampla oferta de kits com combinações nos acessórios e • titularidade: marca própria.
FOSSIL MICHAEL KORS	As Marcas do “Grupo Fossil” são de estilistas internacionais reconhecidos mundialmente pela qualidade de seus produtos e por serem criadores de tendências no mundo da moda. • segmento: “Moda”; • público-alvo: adulto feminino e masculino; • tipo de produto: relógios com design alinhado com as mais recentes tendências, analógicos e cronógrafos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

	• titularidade: marcas sobre as quais temos direito de montagem, distribuição e comercialização. Em dezembro de 2016, o contrato foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025.

(ii) Criar e manter coleções de produtos aliados a tendências da moda

Desenvolvemos internamente quase a totalidade dos nossos produtos e temos como alicerce dois importantes princípios: (a) a renovação constante das nossas coleções, aliando tendências de moda relevantes ao posicionamento de cada marca; e (b) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha que apresentam demanda recorrente e estável. Contamos com uma equipe interna de *design*.

(iii) Adquirir, receber e montar nossos produtos com rapidez, qualidade e eficiência

Possuímos baixa imobilização de capital e um modelo de fornecimento de componentes ágil e flexível, resultando em curto espaço de tempo entre o desenvolvimento do produto e sua disponibilização para venda (*lead time*). Aliamos o processo de fornecimento de componentes com uma gama de fornecedores na China e no Japão (que, na data deste Formulário de Referência, totalizavam cerca de 34 fornecedores), ao processo de montagem do produto final em nossa unidade própria na Zona Franca de Manaus. Além disso, mantemos relacionamento direto com nossos fornecedores, o que torna nosso processo de produção mais eficiente, tanto em termos de custo – sem pagamento de comissões a intermediários –, quanto em relação à qualidade e à rapidez dos produtos finalizados.

(iv) Distribuir nossos produtos para uma rede de pontos de venda ampla e pulverizada, atendida por uma equipe de vendas própria e dedicada

Ao final de 2024, distribuímos nossos produtos para uma rede de mais de 9 mil clientes ativos, uma venda pulverizada geograficamente e sem concentração significativa em qualquer cliente individual ou rede de lojas. Estamos presentes em todos os Estados do Brasil, com participação de receita destacada nas regiões Norte e Nordeste, regiões cujo PIB tem registrado crescimento maior que a média nacional. Reestruturamos nossa assistência em 2020, transferindo nosso atendimento antes prestado por uma rede própria, para uma ampla rede de assistência técnica terceirizada. O Projeto vigente de aumento de capilaridade e maior capacitação dos postos autorizados buscando excelência no atendimento e acompanhamento de KPIs.

Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e de outlets. Possuímos atualmente cinco sites de comércio eletrônico. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto ao propósito comercial, complementando as vendas, quanto ao propósito de marketing, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e de suas respectivas características. Possuímos também dezesseis operações de lojas próprias entre outlets e lojas full price. Os pontos de venda full price tem a missão de reforçar a presença da marca, assim como de testar produtos e proporcionar experiência de compra diferenciada. Já os Outlets, fazem parte da estratégia de gestão de estoques da Companhia, garantindo escoamento de produtos de menor giro com menor impacto nos canais tradicionais. Temos uma equipe de Administradores com grande experiência nos segmentos de relógio e de consumo, conciliando jovens talentos com profissionais com longo tempo de trabalho na nossa Companhia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é o desenvolvimento, a montagem e a venda de relógios. Adicionalmente, prestamos serviços de assistência técnica por meio de uma rede de assistência técnica terceirizada e vendemos peças de reposição para nossos produtos, as quais são faturadas aos clientes ou intermediários quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Tipos de Receita

i. Venda de produtos
A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos.

ii. Vendas de serviços
O Grupo presta serviços de assistência técnica para os relógios das marcas sob a sua administração por meio de uma rede de postos de assistência técnica credenciada, com postos espalhados pelo Brasil.

A receita de prestação de serviços de assistência técnica é baseada em preço fixo e reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nosso lucro bruto foi de R$ 165,2 milhões em 2021, R$ 190,5 milhões em 2022, R$ 189,4 milhões em 2023 e R$ 218,9 milhões em 2024 o que representa aumento de 15,6% em relação ao desempenho do exercício anterior. A menor margem tem como principal fator o impacto do aumento do dólar comparado a 2023. Contudo, apesar do impacto do dólar, tivemos fatores positivos sobre a margem, sendo os menores custos de assistência técnica em função do modelo terceirizado e a maior utilização do benefício fiscal do ICMS concedido ao setor pelo Estado do Amazonas inicialmente para o ano de 2021, renovado 2 vezes e atualmente com prazo até dezembro de 2026. Ambos impactaram positivamente o Lucro Bruto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever

a) características do processo de produção

Possuímos um modelo de negócio que concilia agilidade e flexibilidade, ao aliar o desenvolvimento interno de produtos, com fornecimento de componentes por fornecedores estrangeiros, à montagem do produto final na nossa planta própria na Zona Franca de Manaus.

O intervalo do produto desenvolvido, desde a fase de planejamento até sua disponibilização para venda dura entre 6 e 12 meses. Trabalhamos intensamente para diminuir o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização à venda dos nossos produtos, bem como para reduzir os custos associados a esse processo.

Desenvolvimento de Produto

Considerando que relógios são acessórios de moda, é importante que sejamos capazes de lançar durante todo o ano grande quantidade de modelos que consigam traduzir efetivamente e com rapidez as tendências de moda vigentes. Consideramos o processo de desenvolvimento de produtos como sendo um dos mais importantes no nosso modelo de negócio, de forma que dedicamos tempo e recursos substanciais a essa atividade.

Desenvolvemos internamente nossos relógios. Contamos com uma equipe interna composta por profissionais dedicados exclusivamente à criação e à administração de uma variedade de produtos de nossas marcas, sendo as responsabilidades pelo desenvolvimento de novos modelos divididas conforme abaixo descrito.

Nossa equipe interna é dividida em três coordenadorias:

Planejamento (Fase 1): responsável por definir a quantidade de produtos que precisaremos desenvolver a cada ano, dividindo nossas necessidades de acordo com marca, linha e sub-linha de produtos, e precificando nossos relógios dentro da rentabilidade esperada;

Tendência e Design (Fases 2 e 3): responsável por identificar as tendências de moda relevantes para cada uma de nossas marcas, desenhar os novos modelos, desenvolver os produtos em parceria com nossos fornecedores e manter nossa coleção de produtos de linha; e

Abastecimento (Fase 4): responsável pelo último passo na cadeia de criação de produto, qual seja, a interação com nossos fornecedores para colocação do pedido e acompanhamento da produção dos mesmos dentro dos termos acordados.

A equipe de tendência e *design* viaja frequentemente para a Europa, Ásia e América do Norte e participa de importantes feiras do segmento de relógios mundial, para identificar as principais tendências de moda do segmento. Uma vez identificadas, essa equipe tem a função de traduzir tais tendências, desenhar os modelos e desenvolver os produtos em parceria com os nossos fornecedores, conciliando as necessidades estéticas e funcionais de cada produto ao custo e tempo de produção oferecidos por cada fornecedor.

Além disso, a equipe de tendência e *design* também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, modelos que ao longo dos anos se tornaram produtos-chave de nosso portfólio e possuem demanda recorrente e estável.

Na data deste Formulário de Referência, o processo de criação tinha duração de aproximadamente 180 a 360 dias, desde o produto desenvolvido até o recebimento, controle de qualidade e montagem do produto acabado e disponibilização para venda.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fornecimento de Componentes

Contamos com fornecedores na China e no Japão, os quais são responsáveis pela manufatura de todos os componentes de nossos relógios, dentre eles: pulseira, caixa, vidro e maquinismo. Essa rede de fornecedores estabelecidos nos permite usufruir da rapidez, eficiência e experiência de cada um deles, sem a necessidade de investir nosso capital na produção dos componentes em si. Trabalhamos diretamente com nossos fornecedores, sem qualquer tipo de intermediação ou presença de distribuidores, e mantemos longos relacionamentos comerciais, sendo que em alguns casos chegam a exceder 20 anos. Isso nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles, tanto do ponto de vista de custos quanto do ponto de vista de facilidade e agilidade no processo de desenvolvimento de produto. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos fornecedores, de forma que nossos pedidos são colocados por meio de ordens individuais, o que nos permite escolher nossos parceiros de acordo com os menores prazos, melhores preços e maior qualidade oferecidos.

Em setembro de 2010, abrimos um escritório na cidade de Shenzen, na China, próximo a fábricas de grande parte dos nossos fornecedores, com o objetivo de estreitar ainda mais o relacionamento e garantir um controle de qualidade na origem que minimize as inconformidades dos componentes e os atrasos na entrega.

Controle de Qualidade e Processo de Montagem

Nosso processo interno de controle de qualidade inicia-se por meio de nosso escritório na China, que participa desse processo atuando na conferência parcial dos produtos e no controle da qualidade dos componentes produzidos por nossos fornecedores. Após aprovação pelo nosso escritório na China, a totalidade dos componentes dos relógios que vendemos é recebida em nossa planta de montagem na Zona Franca de Manaus, onde iniciamos os trabalhos internos de montagem dos relógios, sob a liderança de três coordenações ou gerências distintas: (i) logística e materiais; (ii) qualidade; e (iii) produção.

A área de logística e materiais inicia o processo de montagem dos relógios desembalando e conferindo os componentes recebidos de nossos fornecedores, e inserindo tais componentes no nosso sistema de gestão de estoque.

Na sequência, a área de qualidade testa e assegura as especificações de cada componente. Trabalhamos estritamente sob as regras editadas pela ABNT, realizando tanto um teste amostral de medições e especificações em cada componente individual, quanto montando um lote inicial de relógios para assegurar a qualidade do produto acabado e realizar testes de prova d'água. Se os testes amostrais forem positivos, o lote é aprovado e os componentes são direcionados ao almoxarifado, ficando disponíveis para montagem. Caso contrário, realizamos novamente os testes, não mais utilizando apenas uma amostra e sim o lote completo. Os componentes aprovados são direcionados ao almoxarifado e ficam disponíveis para montagem, enquanto os produtos reprovados são reservados e destinados a retrabalho interno ou a reposição por parte do fornecedor. Trabalhamos fortemente em duas frentes: (i) a solidificação dos processos de conferência e controle de qualidade; e (ii) a melhoria na qualidade do material enviado pelo fornecedor. Acreditamos que nossa excelência nesses processos gera um diferencial competitivo em relação a outras empresas com menor *expertise* e menores investimentos em qualidade, pois protege o consumidor e reduz o tempo e as perdas envolvidas com estoques de produtos defeituosos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica.

Uma vez que os componentes estão disponíveis no almoxarifado, cabe à gerência de produção a tarefa de realizar a montagem dos *kits* de componentes e a transformação em produto acabado. Essa montagem ocorre em etapas, sendo iniciada com a preparação dos componentes, seguindo para o encaixamento, e sendo concluído com o empulseiramento dos relógios. Durante todo esse processo de montagem, temos ainda a ação do departamento de qualidade, que verifica, a cada etapa, a qualidade dos produtos montados e realiza teste de prova d'água em todos os relógios. Depois de montado e testado, o relógio segue para o cofre de produto acabado, onde fica disponível para venda.

As diretrizes de todas essas etapas são estabelecidas pela área de planejamento e controle da produção ("PCP"), que centraliza as informações fornecidas pela área comercial, pela área de *marketing* e por nossa planta de montagem para definir as prioridades de trabalho de materiais, qualidade e produção. Ao centralizar todas essas informações, a área de PCP é capaz de definir quais são os produtos mais aguardados pela área

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

comercial e de *marketing*, ou os produtos que têm menor saldo de estoque e, assim, direcionar nossa força de trabalho para gerar o resultado mais eficiente possível. Dessa forma, evitamos tanto a insuficiência de estoque, que gera perda de vendas, quanto à produção desnecessária de produtos com alto estoque, que gera custos de capital de giro.

Contamos com uma planta de montagem eficiente em Manaus, com 8.570 m^2 que, em 31 de dezembro de 2024, contava com aproximadamente 316 funcionários. Desde 2008 temos capturado ganhos significativos de produtividade, nos aproximando de *benchmarks* relatados por alguns de nossos fornecedores chineses. Com isso, estamos buscando melhorar o nível dos indicadores de nossa fábrica por meio do estabelecimento de metas objetivas para cada gerência em Manaus e, por meio da adoção de metodologia de análise de desvios, correção de rumos e divulgação em tempo real dos resultados obtidos em cada gerência e em cada linha de montagem, inspeção, conferência e despacho.

Adicionalmente, alteramos, a partir do exercício social de 2009, o plano de participação dos funcionários em nossos lucros e resultados para que a remuneração estivesse ligada ao grau de atingimento dessas metas ao final de cada ano. Acreditamos que essa eficiência e agilidade nos conferem uma vantagem competitiva ao permitir margens melhores na venda dos relógios e prazos mais curtos de lançamento.

Processo de Pós-Venda

Nosso processo de pós-vendas compreende as seguintes atividades: (i) reparo de nossos relógios, tanto dentro quanto fora do prazo de garantia; (ii) venda de peças sobressalentes para clientes e Consumidores; e (iii) atendimento telefônico e eletrônico por meio de central dedicada, com esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações. Acreditamos, com suporte em pesquisas realizadas com nossa base de clientes, que um departamento de pós-vendas rápido e eficiente está entre os cinco principais fatores motivacionais para um Cliente trabalhar com um determinado fornecedor de relógios. Dispomos de uma estrutura de pós-venda robusta e com alto grau de eficiência, baseado em grande número de postos autorizados com equipes de relojoeiros experientes e processos padronizados.

Em 31 de dezembro de 2024, tínhamos 54 postos autorizados em todo Brasil.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

b) características do processo de distribuição

Em 31 de dezembro de 2024, distribuíamos nossos produtos por meio de uma rede de mais de 9 mil clientes Ativos. Nosso principal canal de distribuição são Lojas Especializadas, como relojoarias, joalherias e óticas. A grande maioria dessas lojas especializadas são negócios familiares, nos quais o dono opera de um a três pontos de venda, muitas vezes com vários anos de tradição. Temos também algumas redes regionais de expressão dentro de seus próprios Estados que detêm de quatro até vinte lojas. Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e de *outlets*. Possuímos atualmente cinco sites de comércio eletrônico. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto a um propósito comercial, complementando as vendas, quanto a um propósito de *marketing*, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e suas respectivas características. Possuímos também 16 pontos de venda próprios, divididos entre lojas *outlets* e quiosques *fullprice*. Os *outlets* são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e tem apresentado um bom resultado de vendas. Além disso, distribuímos nossos produtos por meio de Magazines, que consistem em lojas de departamento de abrangência regional e nacional, com destaque para as que enfatizam produtos de moda, assim como grandes varejistas virtuais.

Temos relacionamentos bem estabelecidos com nossos clientes, em função do nosso histórico de longa data no mercado nacional, da nossa tradição de mais de 60 anos e do longo relacionamento com nossa equipe de vendas. Acreditamos que esse relacionamento direto com nossa rede de clientes nos proporciona maior capacidade de negociação e maior entendimento do comportamento de nossos consumidores.

Acreditamos ter, atualmente, a maior rede de distribuição do mercado em nosso segmento, a qual é muito bem distribuída geograficamente, de forma que conseguimos atingir uma escala significativa, e ocupar participações de mercado relevantes em regiões mais distantes dos grandes centros. Nossa distribuição por regiões demonstra representatividade destacada nas regiões Norte e Nordeste, cujo PIB vem crescendo a taxas superiores à média nacional. A falta de concentração também nos favorece, por nos permitir maior poder de negociação e por reduzir riscos associados a qualquer cliente específico. Nenhum cliente representou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, mais de 5% da nossa receita. Por fim, a natureza multiproduto da grande maioria dos nossos clientes representa uma oportunidade de expansão importante no futuro, pois, poderemos usar os relacionamentos existentes para vender outras categorias de produtos já vendidos por muitos de nossos clientes, tais quais semijoias e óculos de sol. Essas características da nossa rede de distribuição representam importantes vantagens competitivas e nos garantem um posicionamento muito diferenciado.

Equipe de Vendas

Nossa equipe de vendas é exclusiva para os nossos produtos e composta apenas de funcionários próprios, os quais são dotados com as ferramentas e estrutura necessárias para a venda, como automóvel, notebook e celular. Acreditamos que essa equipe de vendas é uma grande vantagem competitiva em relação ao mercado em que atuamos, que geralmente trabalha com profissionais autônomos ou empresas de representação sem regime de exclusividade, que muitas vezes não têm os recursos necessários ou o comprometimento esperado com a empresa para desenvolver um trabalho consistente e satisfatório.

Nossa equipe de aproximadamente 100 profissionais de vendas atende a toda nossa rede de clientes. A venda é realizada em visitas feitas por nossos profissionais aos clientes, utilizando um catálogo virtual desenvolvido internamente e acessado via internet por meio de um *notebook*. Após realizadas, as vendas são enviadas eletronicamente para nossa matriz, onde o crédito do cliente é analisado e o pedido é faturado.

Nossos profissionais de venda são remunerados não só por comissão, mas também por uma estrutura de prêmios baseada em metas mensais, trimestrais e anuais de cada região atendida, sempre com base nas vendas a valor presente, o que garante maior alinhamento com os nossos objetivos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Logística Interna e Transporte

Todos os nossos relógios são transportados de Manaus diretamente para nossos lojistas. A logística interna, desde a gestão do cofre até o faturamento, separação do produto e embalagem é feita por equipe própria de aproximadamente 40 pessoas. Trabalhamos atualmente com um processo de faturamento em três rodadas ao longo do dia, e o tempo médio entre o faturamento e o despacho dos produtos é de aproximadamente 1,4 dias corridos em 2024. Nossa agilidade no despacho de nossos produtos também é extremamente relevante para os nossos negócios, contribuindo para a chegada mais rápida do produto à vitrine do lojista.

O transporte em si dos produtos acontece a partir de nossa planta em Manaus por transportadoras privadas, por meio de transporte aéreo. A escolha dos prestadores de serviço é feita no momento do faturamento, levando em consideração a tabela de custos e de prazo oferecida por cada um deles. Recebemos diariamente das transportadoras privadas arquivos eletrônicos que nos permitem acompanhar a entrega dos produtos para nossos clientes.

c) características dos mercados de atuação

Atuamos no mercado brasileiro de relógios desde nossa fundação em 1956. O mercado brasileiro não sofreu grandes variações nos últimos cinco anos, exceto 2020, devido à pandemia, e acompanhou o cenário econômico do país. Contudo, 2024 começou a expressar um crescimento relevante do mercado de relógios, segundo a SUFRAMA e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. No ano de 2024, o mercado brasileiro totalizou 7,1 milhões de unidades vendidas, com valor estimado de atacado de R$ 1,4 bilhão, representando crescimento de 12,8% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da SUFRAMA. Nosso mercado, em termos de receita, é dominado por fabricantes e marcas nacionais com presença na Zona Franca de Manaus. Os produtos internacionais têm atuação mais destacada nos extremos da cadeia de valor – produtos muito baratos, muitas vezes sem marca, ou produtos muito caros, geralmente importados da Suíça.

Uma das principais características de nosso mercado é a constante evolução na forma de consumo do produto. No passado, o relógio era visto principalmente como um item de necessidade básica, com foco em sua funcionalidade de medir o tempo. Ao longo dos últimos 20 anos, o relógio passou a ser consumido como acessório de moda, valorizado não só pela sua funcionalidade, mas também pela sua capacidade de compor um visual e de expressar a identidade e o humor do consumidor. Essa tendência no padrão de consumo de relógios favorece o segmento, à medida que cada consumidor passa a deter diversos modelos de relógio, cada um deles apropriado para uma diferente ocasião de uso e um diferente visual.

i. participação em cada um dos mercados

De acordo com dados divulgados pela SUFRAMA, tivemos uma participação no mercado de relógios tradicionais em 2024 de aproximadamente 28%.

ii. condições de competição nos mercados

Mercado Nacional

No ano de 2024, o mercado brasileiro totalizou 7,1 milhões de unidades vendidas, com valor estimado de atacado de R$ 1,4 bilhões, representando crescimento de 12,8% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da SUFRAMA. Acreditamos que o valor do mercado corresponda a aproximadamente R$ 2,8 bilhões no varejo, considerando uma marcação estimada de duas vezes.

Atribuímos o desempenho dos últimos anos a uma série de fatores, dentre eles:

(i) ***Desempenho Econômico:*** Em 2021, houve, por um lado, a melhoria de indicadores sanitários tão impactados pela pandemia ao longo do ano favoreceu uma maior flexibilização de medidas de isolamento e fomentou a atividade econômica. Por outro lado, pressões econômicas decorrentes da inflação, juros, câmbio e avanço de novas cepas pandêmicas - como Ômicron -, trouxeram novos desafios. Além disso, a crise logística e de suprimentos global amplamente divulgada pelos meios de comunicação dificultou a estabilização do abastecimento principalmente no segundo semestre do ano. Desde 2022, o ambiente econômico tem enfrentado desafios em função de juros elevados e consumo fragilizado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(ii) ***Renda da Classe Média***: O crescimento de renda da classe média, principalmente da Classe B e da Classe C, foi destaque no crescimento econômico brasileiro em anos recentes. Segundo dados do IBGE, desde 2005, cerca de 27 milhões pessoas migraram para a classe C, que passou a representar aproximadamente 55% da população brasileira. Essa tendência foi interrompida em função da crise econômica enfrentada a partir de 2015. A expectativa futura de grande parte dos economistas é que a classe média volte a crescer, não apenas em razão de aumento no número de pessoas na Classe C, mas também em razão da migração gradual da Classe C para Classe B.

Ainda que nosso portfólio atualmente contenha marcas *premium* voltadas à classe A, a maior parte de nossa receita vem de marcas e produtos direcionados principalmente para as Classes B e C, e um aumento do nosso público consumidor é refletido no nosso volume de vendas. Além disso, nossos relógios, assim como outros produtos de vestuário e acessórios de moda, têm caráter de consumo não-essencial e, portanto, tendem a se beneficiar do aumento da renda.

(iii) ***Mudança Histórica e Consolidada do Consumo de Relógios***: A forma de consumo dos nossos produtos evoluiu nas últimas décadas, passando de um item de necessidade básica para um acessório de moda, incentivando a propriedade de vários modelos por cada consumidor. Notamos também a atração maior pelo consumo de relógios de marca, os quais possuem atributos que extrapolam a mera funcionalidade dos produtos, seja pela tradição da marca ou por sua exposição na mídia. Ainda, houve expansão de mercado na categoria de smartwatches que, em outras épocas, era visto como ameaça tecnológica e, atualmente, consolidaram-se como importante complemento para a categoria tradicional, praticamente dobrando o mercado endereçável da Companhia. Assim, vemos uma alta complementariedade de ambos os produtos e pouca canibalização.

(iv) ***Aumento do Canal de Distribuição***: O mercado de relógios nacional cresceu em conjunto com seu canal de distribuição. O número de joalherias, relojoarias e óticas têm crescido em função do aumento do número de *shopping centers* e, no início da década, também do crescimento econômico do País. Além disso, outros canais menos tradicionais, como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios e lojas *online* também têm aumentado sua relevância no segmento.

(v) ***Introdução de Novos Produtos*****:** A indústria relojoeira mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de materiais. Apenas nos últimos dez anos, tivemos diversas inovações importantes, como os relógios de acrílico e de cerâmica, que trouxeram novos incentivos de compra para os consumidores. No mercado nacional, merece destaque o produto troca-pulseiras, que é composto por um único módulo e um *kit* com diversas pulseiras, caixas e aros intercambiáveis. Esse produto, lançado no Brasil na década de 1980 e relançado em 2009, foi um grande sucesso, especialmente entre o público infanto-juvenil, ao longo do ano de 2010 e 2011, tendo reduzido a sua participação após a disseminação, de acordo com a característica cíclica de produtos de moda. As inovações de produto auxiliam a ampliação do mercado consumidor, trazendo clientes que não consumiam ou que não consumiam de forma frequente.

Concorrentes no Mercado Nacional

Nosso mercado é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes são as demais empresas do polo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, as quais têm décadas de experiência e conjuntos de marcas bastante relevantes. Destacamos três concorrentes que, em conjunto conosco, respondiam, em 31 de dezembro de 2024, pela quase totalidade do volume do polo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, de acordo com dados do SUFRAMA: Seculus, Orient e Magnum. Esses três concorrentes têm forças regionais e portfólios de marcas diversificados, apresentando desafios maiores em posicionamentos específicos. A Seculus tem presença forte no Estado de Minas Gerais e atuação muito importante com a marca “Mondaine”, direcionada ao público feminino de menor poder aquisitivo, atingindo diretamente as Classes C e D. A Orient, com sua marca homônima, concorre diretamente com a marca “Technos”, de posicionamento similar, além de ter presença expressiva na região Nordeste com a marca “Lince”. A Magnum tem como marca principal a “Champion” e os relógios troca-pulseiras, que concorrem diretamente com a nossa marca “Mariner”. Em 22 de março de 2013, adquirimos o Grupo Dumont Saab, aumentando nosso portfólio para 20 marcas, sendo sete próprias (já considerando “Euro” e “Allora”) e treze licenciadas. Além da integração das marcas próprias “Dumont” e

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

"Condor", ganhamos maior representatividade no segmento moda por meio da parceria com o Grupo Fóssil, a qual nos permitiu distribuir no Brasil algumas das mais desejadas marcas internacionais de relógios como "Fossil" e "Michael Kors".

Além dessas empresas, concorremos também com as importações diretas de relógios montados, tanto nas faixas mais baixas quanto nas faixas mais elevadas de preço. A concorrência de relógios mais baratos nos afeta principalmente em relação a consumidores que buscam relógios apenas pela funcionalidade que eles apresentam, já que, na maioria das vezes, esses relógios não têm marcas ou têm marcas inexpressivas. Já a concorrência de relógios mais caros nos afeta em relação a consumidores mais afluentes, especialmente os da Classe A, os quais costumam conhecer melhor e valorizar marcas estrangeiras, além de realizar uma parcela de suas compras no exterior.

Em um sentido mais amplo, consideramos também a concorrência em relação a outros acessórios de moda. Dada a tendência observada do consumo de relógio como acessório de moda, passamos a competir com outros acessórios, tais quais óculos e semijoias, pelo direcionamento da renda disponível para esse mesmo tipo de gasto.

d) eventual sazonalidade

A Companhia não opera com impactos sazonais significativos durante o exercício. Entretanto, no mercado interno em geral, no quarto trimestre a demanda é mais forte do que nos demais trimestres em razão das celebrações comemorativas de Natal.

e) principais insumos e matérias primas

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Compramos os principais componentes de nossos relógios, como pulseiras, caixas, vidros e maquinismos de uma rede de aproximadamente 34 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, sendo que sete desses fornecedores responderam por 70% das nossas compras no último ano. Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, sendo cada pedido colocado de forma independente, o que nos permite manter a flexibilidade para optar pelo fornecedor que nos atenda com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Não obstante, mantemos longos relacionamentos comerciais com nossos fornecedores, sendo que alguns destes relacionamentos superam 20 anos, o que nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles e facilita o processo de desenvolvimento de produto. Não estamos sujeitos a controle ou regulação governamental.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Trabalhamos com uma variedade de fornecedores de matérias-primas e componentes. Nesse sentido, o fornecimento dos insumos e matérias-primas é realizado de forma pulverizada, sendo que não dependemos de qualquer fornecedor específico para exercer nossas atividades. No caso de não podermos contar com um de nossos cinco fornecedores chave, temos a possibilidade de alterar pedidos para outros fornecedores, com provável atraso, dependendo da capacidade disponível desses outros fornecedores.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Nosso custo de produtos corresponde principalmente ao custo dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros e da mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus, sendo que o primeiro representa aproximadamente 85% do total, e o segundo 15% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

No caso dos componentes comprados de nossos fornecedores estrangeiros, estamos expostos às variações do preço da matéria prima utilizada na manufatura desses componentes, do custo de mão-de-obra de nossos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

fornecedores e do câmbio. No período de 2020 a 2024 (inclusive), experimentamos variação de custos de mão-de-obra.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica, pois no exercício de 2024, não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica, pois no exercício de 2024, não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para a obtenção de tais autorizações

A montagem de relógios, por ser considerada uma atividade potencialmente poluidora, obriga-nos à realização do licenciamento ambiental. Desse modo, a construção, instalação, ampliação e operação de nossas atividades industriais estão condicionadas à prévia obtenção de licenças ambientais a serem emitidas pelo órgão competente.

O licenciamento ambiental é um procedimento composto basicamente de três fases: (i) licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento; (ii) licença de instalação, que autoriza o início da implementação do empreendimento; e (iii) licença de operação, que autoriza o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento.

A validade das licenças está condicionada ao cumprimento de condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A ausência das licenças ambientais ou a desconformidade com os seus termos caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperar e indenizar eventuais danos causados. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de advertência até a aplicação de multas nos valores de R$ 500,00 a R$ 10,0 milhões, podendo o seu valor ser triplicado em caso de reincidência. O valor máximo previsto para a multa-dia é de 10% do valor da multa simples máxima cominada para a infração. A legislação ambiental também prevê sanções de embargo ou demolição de obra e suspensão parcial ou total das atividades.

Para o desenvolvimento de nossas atividades de montagem de relógios, contamos com uma unidade de montagem e distribuição localizada em Manaus, Amazonas, cuja licença de operação, emitida pelo órgão ambiental estadual, o IPAAM, possui validade até março de 2027, sendo renovado a cada dois ano.

b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, manejo e correta destinação final de resíduos e controle de emissões atmosféricas e ruídos. A violação de tais padrões legais de qualidade e a degradação do meio ambiente podem sujeitar o agente poluidor à responsabilização administrativa, criminal e civil.

No âmbito administrativo, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R$ 50,00 e R$ 50,0 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

No âmbito civil, a responsabilidade do poluidor é solidária e objetiva. Desse modo, todo aquele que concorre para a causa de danos ambientais, direta ou indiretamente, pode responder pela sua integralidade, ressalvado o direito de regresso contra os demais responsáveis, independentemente da verificação da culpa pelo dano causado. As sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós, mesmo nos casos em que não estivermos diretamente envolvidos. Portanto, a terceirização de operações nos mantém como solidária na responsabilidade por eventuais danos ambientais ocasionados por empresas contratadas.

No âmbito penal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, Administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções), como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais. As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa; (ii) suspensão parcial ou total de atividades; (iii) interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade; (iv) proibição de contratar com o

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Poder Público, bem como de obter subsídios, subvenções ou doações; e (v) prestação de serviços à comunidade.

Cumprimos integralmente a legislação ambiental aplicável à nossa atividade e, adicionalmente, implementamos na nossa unidade de montagem e distribuição em Manaus as seguintes práticas relacionadas ao meio ambiente: (i) tratamento de esgoto; (ii) reciclagem de papelão; e (iii) venda de resíduos metálicos para empresas que fazem seu reaproveitamento.

Não obstante disponhamos de práticas voltadas à proteção ambiental em razão dos impactos gerados por nossa atividade, não aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos dependentes de nossas marcas e das marcas que possuímos direito ao uso por meio de contratos de licença de uso de marca e contrato de distribuição exclusiva. Possuímos alto grau de dependência das marcas "Technos" e "Condor", ambas registradas sob nossa titularidade, e "Mormaii", registrada em nome da sociedade Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda. e cuja licença para uso da marca expira em setembro de 2026.

Em menor grau, somos também dependentes das marcas do Grupo Fossil ("Fossil", "Michael Kors), cuja distribuição é autorizada em virtude de um contrato de distribuição e válido até dezembro de 2025, além das marcas próprias "Dumont", "Euro", "Allora" e "Touch".

Em relação às marcas que licenciamos de terceiros:

(i) O contrato de licenciamento para a marca "Mormaii", marca registrada perante o INPI em nome de Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda., tem validade até setembro de 2026. Nos termos deste instrumento, pagamos *royalty* correspondente a um percentual sobre receitas brutas geradas pela marca no Brasil e temos o comprometimento de investir um percentual das receitas brutas em ações de *marketing;*

(ii) Em relação às marcas do Grupo Fossil ("Fossil", "Michael Kors",), adicionadas ao nosso portfólio em função da aquisição do Grupo Dumont Saab, em 22 de março de 2013, temos atualmente um contrato de distribuição e direito de uso de marca com a Fossil Pertners, L.P., tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios dessas marcas de forma exclusiva em todo o território nacional. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de *royalties* e foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não se aplica uma vez que a Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos,

ii. em favor de partidos políticos

Não se aplica uma vez que a Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos,

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não se aplica uma vez que a Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país de nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total

A receita proveniente dos clientes brasileiros corresponde à totalidade da nossa receita líquida.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na nossa receita líquida total

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor.

Não aplicável uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Technos não publicou relatório de sustentabilidade ou documento similar específico para essa finalidade.

Apesar disso, a Companhia divulga, em sua página na rede mundial de computadores (https://www.grupotechnos.com.br/pt/esg), seus compromissos e avanços na temática ASG. Salientamos ainda que a Companhia obedece rigorosamente às leis ambientais e adota boas práticas de mercado. A Technos possui o compromisso formal de desenvolvimento sustentável e está em processo de melhoria contínua com relação ao tema.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publicou relatório de sustentabilidade ou documento similar específico para essa finalidade.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso.

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publicou relatório de sustentabilidade ou similar. Porém, as informações ASG são constantemente revisadas pelo time interno e por prestadores de serviço terceiros.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publicou relatório de sustentabilidade ou documento similar específico para essa finalidade. Apesar disso, os investidores podem encontrar informações ASG relativas aos negócios da Companhia em sua página na rede mundial de computadores (https://www.grupotechnos.com.br/pt/esg).

e. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publicou relatório de sustentabilidade ou documento similar específico para essa finalidade.

Apesar disso, conforme divulgado em sua página na rede mundial de computadores (https://www.grupotechnos.com.br/pt/esg), a Companhia considera os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como direcionadores dos seus negócios:

f. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não publicou relatório de sustentabilidade ou documento similar específico para essa finalidade.

g. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia realizou inventário de emissão de gases do efeito estufa dos escopos 1, 2 e 3, porém não divulgou os dados.

h. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

I. a não divulgação de informações ASG

Não se aplica, uma vez que a Companhia divulga informações ASG.

II. a não adoção de matriz de materialidade

Não se aplica, uma vez que a Companhia realizou sua matriz de materialidade.

III. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia possui o compromisso formal de desenvolvimento sustentável e está em processo de melhoria contínua com relação ao tema.

IV. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico, não se aplica a possibilidade de auditoria/revisão de tais informações.

Compreendemos a importância de promover iniciativas que contribuam com a sustentabilidade, segurança e credibilidade das informações. Nesse sentido, as informações ASG divulgadas no website da Companhia são constantemente revisadas pelo time interno e por prestadores de serviço. A Companhia possui o compromisso formal de desenvolvimento sustentável e está em processo aprimoramento de suas práticas e reportes com relação ao tema.

V. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Apesar de não divulgar relatório de sustentabilidade ou documento específico para essa finalidade, a Companhia considera os seguintes ODS em seu modelo de negócios:

Já em relação ao Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCDF), a adoção de tais recomendações ainda não é aplicada tendo em vista que a Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico.

VI. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica, uma vez que a Companhia realizou inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não se aplica uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não se aplica uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Em 2024 não foi feita qualquer aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não se aplica, pois no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ou suas controladas não realizaram operações societárias como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, ou aquisições e alienações de ativos importantes.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não se aplica.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No último exercício social e até a data deste Formulário de Referência, não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data deste Formulário de Referência não houve contratos relevantes celebrados por nós e por nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Comentários dos diretores sobre as condições financeiras/patrimoniais:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras de 2024 do Grupo Technos apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o desempenho de suas operações e seu respectivo fluxo de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Entendemos que, atualmente, apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir as nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos objetivos ao administrar nosso capital são: (i) manter nossa capacidade de continuar a oferecer retorno aos nossos Acionistas; e (ii) manter uma estrutura de capital adequada para maximizar esse retorno. Temos a prudência financeira como filosofia, tendo buscado, até a presente data, financiar a maior parte de nossas necessidades de capital de giro e investimentos cotidianos utilizando nosso próprio fluxo de caixa operacional.

No exercício social de 2024, a conta de Empréstimos do Grupo Technos atingiu R$ 107,8 milhões, sendo R$ 54,0 milhões no Passivo Circulante e R$ 53,8 milhões no Passivo Não Circulante, aumento de 14,9%, ou R$ 13,9 milhões, em relação aos R$ 93,8 milhões de 2023. Considerando os saldos de Caixa e equivalentes de caixa somados ao Caixa restrito e títulos mobiliários de R$ 120,3 milhões, a Companhia apresentou Caixa Líquido de R$ 12,5 milhões, montante 60,2% inferior aos R$ 31,5 milhões registrados ao final do exercício anterior, e prazo médio de vencimento de 19 meses.

O quadro a seguir apresenta os principais indicadores da Companhia, de forma resumida:

Em R$ milhões	2024	2023	(%)
Endividamento (Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes) (a)	107,8	93,8	14,9
Caixa, Equivalentes de caixa e Aplicações (b)	120,3	125,3	(4,0)
Caixa (Dívida) Líquida (a-b)	(12,5)	(31,5)	(60,2)
Patrimônio Líquido (PL)	410,4	402,7	1,9
% Dívida Líquida / PL	3,0%	7,8%	(61,0)
Ativo circulante e não circulante (c)	724,5	665,6	8,8
Passivo circulante e não circulante (d)	314,1	262,9	19,5
Índice de Liquidez (c/d)	2,3	2,5	(8,9)

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2024, nosso patrimônio líquido totalizava R$ 410,4 milhões, 1,9% acima do registrado no final do ano anterior, de R$ 402,7 milhões. O endividamento bruto era de R$ 107,8 milhões, 14,9% superior (R$ 13,9 milhões maior) na comparação com os R$ 93,8 milhões de 2023 enquanto nossos saldos e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos mobiliários somavam R$ 120,3 milhões, redução de 4,0% (R$ 5,0 milhões inferior) em relação aos R$ 125,3 milhões registrados considerando o mesmo período. Conforme já mencionado, a Companhia apresentou Caixa Líquido de R$ 12,5 milhões no encerramento do exercício social de 2024.

Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital é bastante confortável, com potencial para futura alavancagem, caso necessário, sempre em níveis adequados. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Abaixo está demonstrada a abertura da estrutura de capital da Companhia ao final do encerramento dos exercícios sociais de 2024 e 2023:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em R$ milhões	2024	2023
Passivo Circulante	171.209	95.547
Passivo Não Circulante	142.869	167.389
Patrimônio Líquido	410.409	402.679
Total	**724.487**	**665.615**
Capital Próprio (%)	**56,60%**	**60,5%**
Capital de Terceiros (%)	**43,40%**	**39,5%**

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as nossas obrigações contratuais referentes a nossos compromissos financeiros estão sendo assiduamente cumpridas.

No quarto trimestre de 2024, o capital de giro da Companhia totalizou R$ 260,8 milhões, aumento de R$ 36,0 milhões (+16,0%) em relação ao mesmo período de 2023. O ciclo de capital de giro nos últimos 12 meses foi de 311 dias, o que representa redução de 20 dias em comparação ao quarto trimestre de 2023. O saldo de Contas a Receber atingiu R$ 190,2 milhões, acima dos R$ 152,1 milhões registrados no ano anterior. O prazo médio de recebimento aumentou em 11 dias, refletindo, principalmente, o crescimento expressivo das vendas no último trimestre. No acumulado do ano, o prazo médio das vendas foi 5 dias maior que em 2023. Apesar dessa variação, o índice de inadimplência permaneceu estável e dentro dos níveis históricos considerados saudáveis.

O estoque encerrou o período com saldo de R$ 142,9 milhões, R$ 25,4 milhões maior que no quarto trimestre de 2023 e encontrando-se em nível saudável do ponto de vista de abastecimento, principalmente em função da aceleração de vendas do último trimestre.

Em R$ milhões	4T23	Dias	4T24	Dias
(+) Contas a Receber	152,1	160	190,2	171
(+) Estoques	117,5	277	142,9	284
(-) Contas a Pagar	44,9	106	72,4	144
(=) Capital de Giro	**224,7**	**331**	**260,8**	**311**

Em R$ milhões	2024	2023	(%)
Ativo circulante	495,7	437,5	13,3
Passivo circulante	171,2	95,5	79,2
Liquidez corrente	2,9	4,6	(36,8)

O Grupo Technos, com o objetivo de reduzir potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio (R$/US$) utilizada para liquidação de suas importações, contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e swap cambial CDI X USD BRL.

O Grupo monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira sendo que um desses índices é a proporção entre dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado e incluindo também valores a pagar por aquisição de participação de não controladores), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

No encerramento do exercício social de 2024, Companhia (excluindo o caixa restrito) possuía caixa líquido de R$ 12,5 milhões, o que corresponde a 3,0% do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tinha caixa líquido de R$ 31,5 milhões, equivalente a 7,8% do patrimônio líquido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Consumimos capital de giro de acordo com o crescimento da Companhia, em função do financiamento concedido a nossos Clientes e da necessidade de compra de estoques. Historicamente, esses investimentos têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional e, eventualmente, por empréstimos e financiamentos pontuais e de curto prazo, quando necessário.

Nossos investimentos em ativos não circulantes também têm sido financiados, principalmente, pela nossa geração de caixa operacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 geramos R$ 48,2 milhões em fluxo de caixa operacional, montante 36,2% inferior aos R$ 75,7 milhões reportados ao final do exercício anterior. Para gerenciar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Nesse sentido, a Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, em caso de deficiências de liquidez, avaliará cuidadosamente medidas para captação de recursos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Conforme já mencionado, a dívida bruta da Companhia totalizou R$ 107,8 milhões, o que representa aumento de 14,9%, ou R$ 13,9 milhões, em relação aos R$ 93,8 milhões de 2023.

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Em R$ milhões	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante	**53.985**	**16.060**
Empréstimos bancários com garantia	53.985	16.060
Passivo Não Circulante	**53.778**	**77.759**
Empréstimos bancários com garantia	28.879	-
Empréstimos bancários sem garantia	24.899	77.759
Total	**107.763**	**93.819**

Em R$ milhões	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em 2024	-	15.736
Vencimento em 2025	57.489	75.284
Vencimento em 2026	11.965	1.866
Vencimento em 2027	15.702	933
Vencimento em 2028	14.066	-
Vencimento em 2029	8.541	-
Total	**107.763**	**93.819**

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

			Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa de juros nominal a.a.	Ano de vencimento	Valor de face (a)	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
Empréstimo bancário com garantia	CDI+3,95%	2025	61.800	52.073	110.651	87.267
Empréstimo bancário com garantia	Dólar+6,55%	2029	30.662	25.955	-	-
Empréstimo bancário sem garantia	CDI+3,96%	2029	27.827	24.899	-	-
Empréstimo - FINEP	TJLP	2027	5.210	4.836	7.336	6.552
Total de passivos sujeitos a juros			**125.499**	**107.763**	117.987	93.819

(i) Refere-se ao valor esperado de pagamento futuro da dívida quando do seu vencimento.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida da Companhia era 75,9% composta por empréstimos bancários em moeda nacional e 24,1% em moeda estrangeira (dólar). Os empréstimos bancários do Grupo com taxa de juros em CDI+3,95% e dólar+6,55% estão garantidos por contas a receber (aproximadamente, 41% dos recebíveis vincendos do Grupo). Os empréstimos bancários em moeda estrangeira estão 100% protegidos economicamente com swap em reais limitado ao CDI, acrescido em média de 1,8% ao ano.

Em julho de 2024 a Companhia liquidou empréstimo no valor total de R$ 18,3 milhões.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras adicionais ao item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não possuímos nenhuma dívida com grau de subordinação com prioridade de pagamento em relação à outra.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os empréstimos da Companhia não possuem cláusulas de covenants que preveem o cumprimento de índices financeiros.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos um relacionamento próximo com diversos bancos comerciais de primeira linha e estamos sempre em busca de outros *players* do segmento. Ao final de 2024 o Grupo Technos reportou caixa líquido de R$ 12,5 milhões, o que reflete a solidez financeira da Companhia. Importante ressaltar que o prazo médio da dívida bruta da Companhia ao final do quarto trimestre de 2024 era de 19 meses.

Do total da dívida bruta, 4,5% são referentes ao recurso captado junto ao FINEP – Financiadora de Inovação e Pesquisa, os quais possuem destino específico e exclusivo, ainda não utilizado, sendo classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras, preparadas sob responsabilidade da nossa administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos, e auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas aplicáveis no Brasil.

Para melhor entendimento de nossas demonstrações financeiras, apresentamos abaixo as análises evolutivas das Demonstrações de Resultado e de Fluxo de Caixa do Grupo Technos para os períodos indicados.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em R$ milhões	2024	AV (1) (%)	2023	AV (1) (%)	AH (3) (%)
Receita Bruta	**464,3**	**116,0**	**395,8**	**115,6**	**17,3**
Deduções	(64,0)	(16,0)	(53,5)	(15,6)	19,7
Receita líquida	**400,3**	**100,0**	**342,3**	**100,0**	**16,9**
Custo das Vendas	(181,4)	(45,3)	(153,0)	(44,7)	18,6
Lucro Bruto	**218,9**	**54,7**	**189,4**	**55,3**	**15,6**
Despesas com vendas	(106,7)	(26,7)	(88,6)	(25,9)	20,4
Despesas Administrativas	(39,4)	(9,8)	(41,3)	(12,1)	(4,6)
Outras, líquidos	(6,0)	(1,5)	2,3	0,7	NA
Lucro operacional	**66,8**	**16,7**	**61,7**	**18,0**	**8,2**
Despesas financeiras	(25,1)	(6,3)	(27,1)	(7,9)	(7,6)
Receitas financeiras	43,4	10,8	30,6	9,0	41,7
Resultado financeiro, líquido	18,3	4,6	3,5	1,0	421,5
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**85,1**	**21,3**	**65,2**	**19,1**	**30,5**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(11,5)	(2,9)	(2,6)	(0,8)	339,7
Diferido	(8,7)	(2,2)	(6,4)	(1,9)	NA
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**64,8**	**16,2**	**56,2**	**16,4**	**15,3**
Atribuível					
Acionista da Companhia	64,8	16,2	56,2	16,4	15,3
Participação dos não controladores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Receita Bruta

Nossa receita bruta compreende a nossa receita com a venda de relógios e com a prestação de serviços de assistência técnica.

Analisamos nossa receita de vendas de relógios em função das marcas e por canal de distribuição a fim de entender melhor a fonte das variações de performance. Trabalhamos com as marcas “Technos”, “Dumont”; “Mormaii”, “Euro”, “Mariner”, “Allora”, “Touch”, “Condor”, “Fossil”

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e “Michael Kors”.

No que diz respeito aos canais de distribuição, trabalhamos também com duas classificações: (i) lojas especializadas, incluindo principalmente relojoarias, joalherias, óticas, lojas de acessórios e de artigos para presentes, e franquias (“Lojas Especializadas”); e (ii) magazines, incluindo principalmente lojas de departamento, lojas online, clubes de compra, lojas de material esportivo, lojas de vestuário, lojas de artigos de surfe, lojas de eletroeletrônicos, supermercados, atacadistas e outros tipos de varejistas (“Magazines”). Temos também os canais diretos ao consumidor que são os *outlets*, que fazem parte da estratégia de gestão de estoques da Companhia, garantindo escoamento de produtos de menor giro com menor impacto nos canais tradicionais, além do *e-commerce*, com 5 sites de comércio eletrônico, quatro deles dedicados às marcas Technos, Fossil, Euro, Condor e outro voltado para a venda online de todas as marcas, o Timecenter.

Em 2024, o Grupo Technos manteve sua trajetória de resultados positivos, impulsionado por ganhos de eficiência e crescimento expressivo da receita bruta. Esse desempenho reflete a aceleração robusta das vendas, sustentada pelo crescimento de praticamente todas as marcas e canais de distribuição. Como resultado, a Technos ampliou sua participação de mercado na categoria de relógios tradicionais, consolidando sua posição no setor. Nesse sentido, no encerramento do exercício social de 2024 a receita bruta do Grupo Technos atingiu R$ 464,3 milhões, evolução de 17,3% na comparação com os R$ 395,8 milhões reportados em 2023.

Deduções

As deduções sobre a nossa receita bruta compreendem os impostos sobre vendas e o ajuste a valor presente. O ajuste a valor presente sobre a receita bruta foi de R$ 15,6 milhões em 2024, praticamente no mesmo patamar do exercício anterior. Os impostos sobre vendas cresceram 27,4% no ano e 37,1% no quarto trimestre de 2024 em função tanto do aumento das vendas como em função da mudança legislativa que, a partir de 2024, passa a tratar as doações e subvenções (no caso da Technos, o crédito estímulo – incentivo fiscal ICMS Zona Franca de Manaus) como base de cálculo tributável do PIS/COFINS.

Impostos sobre vendas

IPI

O IPI é um tributo de competência federal que incide sobre a saída do fabricante de produtos industrializados nacionais e do importador direto de produtos estrangeiros.

Para fins de incidência do IPI, considera-se operação de industrialização a operação de montagem que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal, tal como a atividade desenvolvida por nossa Companhia.

As alíquotas aplicáveis estão descritas na Tabela de Incidência do IPI - TIPI e variam de acordo com a classificação fiscal do produto e conforme o seu grau de essencialidade, podendo ser majoradas a qualquer momento pelo Poder Executivo tendo em vista os objetivos da política econômica.

São isentos do IPI os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus por estabelecimentos com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, em conformidade com o Processo Produtivo Básico, tais como aqueles desenvolvidos por nossa Companhia, que estão incluídos no Processo Produtivo Básico do polo relojoeiro.

ICMS

O ICMS é um tributo de competência dos Estados, incidente sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

As alíquotas do ICMS dependem da classificação dos produtos e do Estado onde se localizam o fornecedor e o adquirente. Nas operações internas, as alíquotas normalmente são de 17%, 18% ou 19%, independentemente do fato do adquirente ser contribuinte ou não do imposto. Nas operações interestaduais as alíquotas são de 4%, 7% ou 12%, se o adquirente for contribuinte, e de 17%, 18% ou 19%, se o adquirente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

não for contribuinte. No caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes do imposto, na hipótese de o produto vendido não ser destinado à industrialização ou comercialização subsequente, o adquirente deverá recolher o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna de seu Estado (17%, 18% ou 20%) e aquela aplicada por ocasião da operação interestadual (4%, 7% ou 12%).

Nós usufruímos do incentivo fiscal de redução da base de cálculo do ICMS em 45% nas operações de importação de insumos relativos à fabricação de cronômetro digital, relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo.

Adicionalmente, possuímos o benefício fiscal do crédito estímulo do ICMS, correspondente a 55% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo à comercialização de relógio de bolso, relógio de pulso e relógio contador de tempo. É importante ressaltar que, a partir do primeiro trimestre de 2021, foi aprovado benefício fiscal que permitiu a Companhia maior utilização do benefício fiscal do ICMS. Tal benefício, inicialmente aprovado para o ano de 2021, já foi renovado por 2 vezes e, atualmente, tem prazo até dezembro de 2026. No ano de 2024, este efeito representou R$16,8 milhões, crescimento de 5,6% comparado com 2023. No quarto trimestre de 2024, tivemos o impacto de R$ 5,6 milhões em 2024 comparado com R$ 4,3 milhões no quarto trimestre de 2023.

PIS e COFINS

O PIS e COFINS são tributos incidentes sobre a receita bruta da Empresa, assim entendida como o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

As despesas de impostos e contribuições sobre as vendas do Grupo consistem em ICMS alíquota média de 12,5%, PIS e COFINS alíquotas médias de 1,10% (PIS) e 5,00% (COFINS) e ISS alíquota média de 4,5%.

Entretanto, a receita auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, tais como as receitas que auferimos, sujeitam-se ao regime não-cumulativo das contribuições COFINS e PIS às alíquotas de:

(i) 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida na Zona Franca de Manaus; e (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o PIS e a COFINS no regime de não-cumulatividade;

(ii) 1,3% para o PIS e 6% para a COFINS, no caso de venda efetuada a: (a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; (b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS e da COFINS; (c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e que seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - SIMPLES; e (d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal.

ISS

O ISS incide sobre a prestação de serviços de qualquer natureza, e sua alíquota média de 4,5%, dependendo do Município competente, bem como do serviço prestado. De modo geral, o ISS é devido ao Município onde está localizado o estabelecimento prestador do serviço.

Ajuste a Valor Presente

Sobre vendas

O ajuste a valor presente tem como objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Para determinar o valor presente de um fluxo de caixa, três informações são requeridas: (i) valor do fluxo futuro (considerando todos os termos e as condições contratados); (ii) data do referido fluxo financeiro; e (iii) taxa de desconto aplicável à transação.

Sobre impostos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O ajuste a valor presente sobre impostos está diretamente relacionado ao ajuste a valor presente sobre vendas, sendo simplesmente a parcela de impostos correspondente ao ajuste a valor presente sobre vendas.

Receita Líquida

Em 2024, a Receita Líquida do Grupo Technos foi de R$ 400,3 milhões, montante 16,9% superior aos R$ 342,3 milhões reportados em 2023. Conforme já mencionado, o forte crescimento das vendas foi impulsionado pela expansão de quase todas as marcas e canais de distribuição da companhia. Esse avanço resultou em um aumento significativo da participação de mercado na categoria de relógios tradicionais.

Custo das Vendas

Nosso custo das vendas inclui, principalmente, (i) os componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros; (ii) a mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus e (iii) custo de revenda de mercadorias. Além disso, essa conta também inclui o custo das peças vendidas na assistência técnica e o custo da mão-de-obra dedicada ao reparo de relógios, custo de embalagens e o custo associado a devoluções. Dessa forma, o custo de vendas pode ser dividido em dois principais grupos: (i) custos de montagem, denominados em Reais e que representam aproximadamente 1/4 do custo total; e (ii) custos dos componentes, denominados em Dólares Americanos e que representam aproximadamente 3/4 do custo total.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Alguns destes benefícios têm um efeito redutor nos nossos impostos sobre a importação de componentes, quais sejam: (i) Suspensão e posterior conversão em isenção do pagamento de IPI; (ii) Suspensão e posterior conversão em isenção do pagamento de PIS e COFINS Importação e (iii) redução de 88% do imposto de importação. Estes incentivos se aplicam somente na importação de componentes destinados a industrialização na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto da Technos totalizou R$ 218,9 milhões com Margem Bruta de 54,7%, evolução de 15,6% e redução de 0,6 p.p. frente ao apresentado em 2023, respectivamente. O aumento deve-se, principalmente, pela aceleração reportada nas vendas.

Apesar da queda na margem bruta, o Lucro Bruto da Companhia apresentou um crescimento robusto, mesmo diante dos sucessivos aumentos na taxa de câmbio ao longo do ano. A principal razão para essa redução na margem foi a valorização do dólar, além de, em menor escala, alterações no mix de marcas e canais de venda durante o período.

É importante ressaltar que, desde o primeiro trimestre de 2021 até dezembro de 2026, a Companhia goza de maior utilização do benefício fiscal do ICMS.

Despesas com Vendas

Nossas despesas com vendas podem ser divididas entre despesas variáveis e fixas. As despesas com vendas variáveis consistem, principalmente, em despesas de comissão e prêmios sobre as vendas, despesas de frete, despesas de publicidade e despesas com *royalties*. As despesas com vendas fixas consistem, principalmente, em despesas de folha e encargos dos empregados do departamento de vendas, *marketing*, e produtos, despesas com viagens, serviço de terceiros, dentre outras despesas.

Em 2024, as despesas com vendas totalizaram R$ 106,7 milhões, aumento de 20,4% em relação aos R$ 88,6 milhões de 2023. O aumento das despesas foi impulsionado, principalmente, por custos diretamente relacionados às vendas, como remuneração comercial, frete, brindes e investimentos em *marketing*. Além disso, o crescimento dos gastos com mídia, viagens comerciais e o impacto da inflação também contribuíram para essa alta.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Apesar desse aumento, o Grupo Technos mantém seu foco em preservar uma estrutura de despesas enxuta e eficiente, garantindo que os investimentos sejam direcionados ao fomento das vendas e ao fortalecimento da marca.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas são, primordialmente, despesas fixas, e consistem, principalmente, em despesas com folha e encargos dos departamentos administrativos, remuneração dos Administradores, despesas com aluguéis, despesas com processamento de dados e comunicações, despesas com advogados, consultores e auditores, despesas bancárias e de cobrança, viagens, depreciação e amortização do imobilizado administrativo e outras despesas.

As despesas administrativas atingiram R$ 39,4 milhões em 2024, 4,6% inferior frente os R$ 41,3 milhões reportados no exercício anterior. Como percentual da receita líquida as despesas administrativas atingiram 9,8% no ano enquanto em 2023 representaram 12,1%. O Grupo Technos segue comprometido em manter uma estrutura de despesas otimizada e eficiente, assegurando que os recursos sejam alocados de forma estratégica para impulsionar as vendas, fortalecer a marca e promover um crescimento sustentável.

Outras, Líquidos

Inclui a provisão para contingências, que representa a constituição ou reversão de provisões para perdas, com destaque para as provisões de estoque e provisões de passivos tributários e fiscais, programa de participação nos lucros, despesas não caixa com o plano de opções e resultados e outras receitas e despesas diversas. O programa de participação nos lucros e resultados abrange grande parte dos nossos funcionários, incluindo nossos Administradores, com base nas metas da Companhia e de cada departamento.

O resultado líquido de outras contas no ano apresentou despesa de R$ 6,0 milhões, revertendo as receitas de R$ 2,3 milhões apresentadas no ano anterior. Cabe ressaltar que em 2023, a conta foi impactada positivamente por êxito ou acordo em processos judiciais, reversão líquida de provisões trabalhistas e fiscais e de outras receitas no valor de R$ 2,1 milhões referente a venda de dois imóveis não operacionais, além do impacto negativo de despesa de planos de opções e de PLR.

Resultado Financeiro Líquido

Nossa receita financeira é composta, principalmente, de rendimentos sobre o nosso caixa, que é aplicado principalmente em certificados de depósito bancário de bancos comerciais de primeira linha, de receitas de ajuste a valor presente, de multas de atraso cobradas de nossos Clientes e variação cambiais positiva. Nossa despesa financeira é composta, principalmente, de despesas de juros sobre financiamentos, descontos para Clientes e variação cambial negativa.

Em 2024, o Grupo Technos atingiu resultado financeiro líquido positivo de R$ 18,3 milhões ante receita financeira líquida de R$ 3,5 milhões em 2023. O desempenho reflete, principalmente, menores despesas financeiras (R$ 11,7 milhões em 2024 vs. R$ 20,0 milhões em 2023) e reversão da despesa de R$ 6,2 milhões com variações cambiais e *hedge* registrada em 2023 para receita de R$ 0,5 milhão em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido inclui impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são compostos, principalmente, pela realização de ativo fiscal diferido.

Usufruímos de certos benefícios fiscais federais e estaduais por industrializarmos nossos produtos na Zona Franca de Manaus, de acordo com projetos aprovados pela SUFRAMA. Esses benefícios foram concedidos pela Receita Federal e pelo Estado do Amazonas. Um destes benefícios tem um efeito redutor no nosso imposto de renda, concedendo a redução de 75% do IRPJ (inclusive adicional) relativo a projeto de modernização para produção de relógios de bolso, cronômetros e relógios de pulso. O benefício iniciou-se em 28 de fevereiro de 1967, tendo sido renovado por diversas vezes no passado. A última renovação ocorreu em 2014 e encerra-se em 2073, podendo ser renovado de acordo com a legislação aplicável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Este incentivo fiscal tem como objetivo o desenvolvimento de empreendimentos que contribuam para o crescimento econômico e social da região de atuação da SUDENE e da SUDAM e, portanto, aplica-se somente ao lucro apurado a partir do negócio de industrialização de nossos relógios na Zona Franca e venda a partir da nossa unidade em Manaus.

A redução de 75% do IRPJ é baseada no lucro da exploração, o qual representa o lucro líquido do período de apuração antes de deduzida a provisão para o imposto de renda e algumas exclusões (receitas financeiras que excedem as despesas financeiras, os rendimentos e prejuízos das participações societárias e resultados não operacionais).

Em 2024, o Imposto de Renda e Contribuição Social atingiu R$ 20,3 milhões, montante 2,2 vezes superior aos R$ 9,0 milhões registrados 2023. O aumento está relacionado com maior alíquota efetiva aplicada no exercício de 2024, de 24%.

Resultado Líquido

O Grupo Technos auferiu Lucro Líquido de R$ 64,8 milhões em 2024, evolução de 15,3% em relação aos R$ 56,2 milhões de 2023, fruto do crescimento das vendas e do resultado financeiro. Em janeiro de 2025, a Companhia distribuiu R$ 15,0 milhões em dividendos intercalares, correspondendo a R$ 0,2388 por ação e a um *dividend yield* de 4,36% com base na cotação do dia da divulgação das demonstrações financeiras do 4T24. Esse montante representa um aumento de 47% em relação a janeiro de 2024, quando foram pagos R$ 10,2 milhões em dividendos intercalares, equivalentes a R$ 0,1484 por ação e a um *dividend yield* de 4,5% considerando a cotação de 4 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em milhares de Reais	Consolidado		
	2024	**2023**	**(%)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**85.100**	**65.232**	30,5%
Ajuste de itens que não afetam o caixa			
Amortização e depreciação	10.576	9.629	9,8%
Provisão para valor recuperável de estoques	2.510	3.370	-25,5%
Provisão para valor recuperável de contas a receber	(1.760)	-	NA
Provisão (reversão) para contingências	1.807	(770)	NA
Resultado na venda de ativos permanentes	(1.200)	-	NA
Impairment bens de ativos permanentes	-	(1.718)	NA
Ajuste a valor de mercado em ativos não circulantes disponíveis para venda	(7.828)	(6.888)	13,6%
Juros sobre empréstimos	20	(173)	NA
Outras despesas de juros e variação cambial	12.335	17.732	-30,4%
Instrumentos financeiros derivativos	4.882	405	1105,4%
Prêmio de opção de ações	(8.867)	811	NA
Outros	3.241	5.274	-38,5%
Variações nos ativos e passivos	(1.150)	296	NA
Redução (aumento) de contas a receber			
Redução (aumento) nos estoques	(38.682)	(3.157)	1125,3%
Redução (aumento) nos outros ativos	(26.161)	(1.393)	1778,0%
Aumento (redução) em fornecedores e contas a pagar	(1.356)	(6.840)	-80,2%
Aumento (redução) em salários e encargos sociais a pagar	30.460	9.529	219,7%
Aumento (redução) em impostos, taxas e contribuições sociais a pagar	2.335	(617)	NA
Juros pagos	4.565	6.558	-30,4%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.858)	(17.961)	-28,4%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.738)	(3.615)	169,4%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**48.231**	**75.704**	**-36,3%**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resgate de depósitos vinculados			
Caixa Restrito	-	8.180	NA
Compras de imobilizado	(5.024)	(7.046)	-28,7%
Valor recebido pela venda de imobilizado	669	5.996	-88,8%
Compra de ativos intangíveis	(5.811)	(4.602)	26,3%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(10.166)**	**2.528**	**NA**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Depósitos vinculados em garantia a empréstimos - caixa restrito	(247)	18	NA
Pagamento de empréstimos	46.000	-	NA
Arrendamento pago	(36.415)	(26.622)	36,8%
Aquisição de ações próprias mantidas em tesouraria	(1.387)	(1.614)	-14,1%
Aquisição de participação societária	(46.743)	(20.389)	129,3%
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(10.228)	(5.999)	70,5%
Exercício de plano de opção - Stock Option	5.716	3.201	78,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(43.304)**	**(51.405)**	**-15,8%**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.239)	26.827	NA
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	125.152	98.325	27,3%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**119.913**	**125.152**	**-4,2%**

Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais

Em 2024, o Grupo Technos gerou R$ 48,4 milhões de caixa líquido nas atividades operacionais frente aos R$ 75,7 milhões gerados em 2023.

Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R$ 10,2 milhões em 2024 enquanto em 2023 a Companhia gerou R$ 2,5 milhões.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R$ 43,3 milhões em 2024, 15,8% inferior aos R$ 51,4 milhões aplicados em 2023.

Caixa e equivalentes de caixa

Ao final de 2024 o Grupo Technos registrou redução líquida de 4,2% ou R$ 5,2 milhões no caixa da Companhia, ao atingir R$ 119,9 milhões no exercício de 2024.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultado operacional e financeiro:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços e venda de peças de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos diferentes, sendo que a assistência técnica serve de suporte para o negócio de venda de relógios. Historicamente, as vendas de serviços não ultrapassam 0,5% do total das vendas brutas de produtos e serviços.

A tabela abaixo demonstra a reconciliação das nossas receitas bruta e líquida.

Em R$ milhões	**2024**	**2023**	**AH (%)**
Receita Bruta	**464,3**	**395,8**	**17,3%**
Ajuste a Valor Presente	(15,6)	(15,6)	0,0%
Impostos sobre Vendas	(49,9)	(39,3)	27,0%
Ajuste a Valor Presente sobre Impostos	1,5	1,4	10,1%
Receita Líquida	**400,3**	**342,3**	**16,9%**

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos exercícios sociais, nosso resultado operacional foi impactado por alguns fatores importantes:

(i) Fatores macroeconômicos: Do ponto de vista macroeconômico, a recuperação da atividade econômica em 2024 foi impulsionada por um cenário mais estável em relação à pandemia, com a normalização dos fluxos de trabalho e consumo. No entanto, desafios como a persistência da inflação, a volatilidade dos juros e do câmbio, além das incertezas no cenário global, continuam impactando o mercado. Além disso, questões logísticas e de suprimentos seguem exigindo adaptação por parte das empresas, embora o setor tenha demonstrado maior resiliência nos últimos anos. Mesmo diante desse ambiente desafiador, o Grupo Technos avançou em diversas frentes estratégicas, consolidando seu crescimento e alcançando seu melhor resultado operacional em anos.

(ii) Fatores do mercado de relógios: O Grupo continua atento às condições de mercado no Brasil e no mundo, seja quanto à demanda por seus produtos, seja na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento. A Companhia tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração, com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, os impactos variam de acordo com o perfil e característica de cada revendedor.

(iii) Fatores da nossa Companhia: Desde 2019, o Grupo Technos tem passado por um sólido processo de *turnaround*, focado em eficiência, governança e fortalecimento do seu mercado principal de relógios. Nos anos de 2020 e 2021, mesmo diante dos desafios da pandemia, a Companhia acelerou sua reestruturação, promovendo cortes de custos, revisão de portfólio e renegociação de contratos, resultando em uma forte recuperação de rentabilidade. A partir do ano 2022, a companhia iniciou a segunda etapa de seu processo de turnaround, focado no crescimento de receita. Em 2024, aceleração de duplo dígito das vendas é fruto do crescimento de praticamente todas as marcas e canais de distribuição da companhia e representa um ganho importante de market share na categoria de relógios tradicionais. A Technos continua colhendo os frutos dessa transformação, combinando ganhos operacionais consistentes com um crescimento expressivo da receita bruta, reforçando sua competitividade e sustentabilidade no mercado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços e pela variação do número de nossos Clientes. No ano de 2024, o preço médio atingiu R$ 213, leve redução de 0,5% em relação a 2023. Já o volume de relógios vendidos no ano totalizou 2.184 mil relógios, volume 17,9% superior aos 1.853 mil relógios vendidos em 2023.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Conjuntura Econômica no Brasil

Nossos resultados operacionais e condição financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelas taxas de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais. A tabela abaixo demonstra os valores do PIB, inflação, taxas de juros e taxas de câmbio para os períodos indicados:

Indicadores	2024	2023
Crescimento do PIB [1]	3,4%	2,9%
Inflação (IGP-M) [2]	6,54%	-3,18%
Inflação (IPCA) [3]	4,96%	4,62%
Inflação (INPC) [4]	4,77%	3,71%
Certificado de Depósito Interbancário – CDI – média anual [5]	13,25%	13,03%
Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP [6]	7,43%	6,55%
Taxa de câmbio (fechamento) – R$ por US$ 1,00	6,18	4,85
Média da taxa de câmbio – R$ por US$1,00 [7]	5,39	4,99

[1] O PIB brasileiro é agora reportado utilizando-se a nova metodologia do IBGE.
[2] A taxa IGP-M é o principal índice de preços de mercado mensurada pela FGV, representando dados cumulados para o período apresentado.
[3] A taxa IPCA é o índice de preço do consumidor mensurado pelo IBGE, representando dados cumulados para o período indicado.
[4] A taxa INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor mensurado pela FIPE, representando dados cumulados para o período indicado.
[5] O CDI é a taxa média de depósito interbancário performada durante o dia no Brasil.
[6] Refere-se às taxas de juros cobradas pelo BNDES para financiamentos de longo prazo.
[7] Média das taxas de câmbio do fim do mês para o período indicado
Fontes: Banco Central, FGV, IBGE e CETIP.

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil e indiretamente pelas condições econômicas gerais no mundo. A seguir comentamos individualmente sobre o impacto das principais variáveis sobre nossos negócios:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais, impactando negativamente o custo de montagem, as despesas comerciais, gerais e administrativas e também afetar negativamente o poder de compra da população brasileira.

(ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a

2.2 Resultados operacional e financeiro

depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia.

Uma vez que parte relevante dos custos da Companhia são denominados em moeda estrangeira, trabalhamos com uma política de hedge que protege parcialmente de oscilações de curto prazo. Porém, a volatilidade e manutenção do câmbio em patamar muito desfavorecido para o real por um período prolongado pode representar uma dificuldade a mais na estratégia de recuperação de margem bruta da Companhia. A Companhia busca contrapor os aumentos de dólar por meio não só do *hedge* financeiro, mas também por meio da redução do custo fabril, melhor gestão de sortimento, redução de vendas promocionais e aumento seletivo de preço de forma a repassar os aumentos de câmbio de forma não linear no sortimento, considerando itens mais e menos elásticos. Além disso, adotou a reengenharia de produto visando redução de lead time e redução de custos de novas compras, contrapondo parcialmente a pressão cambial e a negociação de prazos de pagamento mais alongados com fornecedores internacionais para novas compras, de acordo com a estratégia de retorno ao fluxo de abastecimento da Companhia.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia não teve impacto significativo referente a mudança nas práticas contábeis para os exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório do auditor sobre as demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes nas DF

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os dois últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não tivemos constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os dois últimos exercícios.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operação não usuais realizadas pela Companhia no decorrer dos dois últimos exercícios.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medidas não contábeis

a) valor das medições não contábeis

EBITDA "CVM" e EBITDA Ajustado

No ano, o EBITDA Ajustado totalizou R$ 93,2 milhões, evolução de 7,4% em relação aos R$ 86,7 milhões reportados em 2023, sendo o maior resultado desde 2016. O desempenho positivo reflete o crescimento das vendas no ano.

O Ebitda "CVM", sigla em inglês para *earnings before interests*, *taxes*, *depreciation and amortization* (em português, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e, também, não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa para avaliação de fluxos operacionais de caixa como medida de liquidez. Não há um padrão para o cálculo do Ebitda, de modo que outras empresas podem calcular tal indicador de forma diferente da utilizada na Technos S.A.

Consideramos o Ebitda "CVM" o Lucro Líquido acrescido da depreciação e amortização, resultado financeiro líquido, impostos correntes e diferidos. O Ebitda Ajustado considera ainda a realização do ativo fiscal diferido gerado pelo ágio de aquisição de controle acionário da nossa controlada TASA, ajuste a valor presente sobre vendas e impostos sobre vendas, provisões para contingências não operacionais, resultados não recorrentes, resultados não operacionais, recuperação *escrow* de passivos gerados antes da aquisição da Dumont Saab.

Em R$ milhões	2024	2023	(%)
EBITDA (Res. 126/22)	77,3	71,3	8,4
EBITDA Ajustado	93,2	86,7	7,4

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Em R$ milhões	2024	2023	(%)
(=) Lucro Líquido	**64,8**	**56,2**	**15,3**
(+) Depreciação e Amortização	(10,5)	(9,6)	9,4
(+/-) Resultado Financeiro	18,3	3,5	NA
(+) Impostos Correntes	(11,5)	(2,6)	342,3
(+/-) Impostos Diferidos	(8,7)	(6,4)	NA
(=) EBITDA (CVM 527/12)	**77,3**	**71,3**	**8,4**
(+/-) Provisão para Contingências[1]	(1,8)	(2,8)	(35,7)
(+) Outras Despesas Não Recorrentes[2]	0,0	1,7	NA
(+) Impacto do AVP sobre o Resultado Operacional[3]	(14,1)	(14,3)	(1,4)
(=) EBITDA Ajustado	**93,2**	**86,7**	**7,4**

[1] Ajuste de imposto sobre provisão de estoque obsoleto.
[2] Despesas não recorrentes ou não operacionais.
[3] Ajuste de AVP que impacta como redutor da receita bruta (afeta o EBITDA CVM) e que aumenta a receita financeira (não afeta o EBTIDA CVM) da Companhia e acaba descasando a visão do EBITDA CVM.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Consideramos que a análise do Ebitda "CVM" e do Ebitda Ajustado permitem a melhor comparabilidade do desempenho operacional entre os períodos indicados e são indicadores mais adequados para avaliar o desempenho e a geração de caixa operacional, uma vez que apresenta os resultados isentos de impactos outros, como operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização. Entendemos que nosso lucro líquido deve ser ajustado em função das rubricas demonstradas no item 3.2.(b) acima, que representam eventos não-caixa particulares, não operacionais e não recorrentes.

Construímos nosso Ebitda "CVM" partindo do Lucro Líquido, seguindo práticas comuns de mercado e de acordo com a Resolução nº 156/22 editada no dia 23/06/2022 pela CVM.

2.5 Medições não contábeis

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes as DF

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2025 e Reunião do Conselho de Administração do dia 30 de janeiro de 2025, foram aprovados os seguintes planos e seus participantes, respectivamente:

1. Plano de opção de compra de ações concedido aos administradores, diretores, gerentes e coordenadores da Companhia

O plano será administrado pelo Conselho de Administração, poderá ter como participantes os administradores, diretores, gerentes e coordenadores da Companhia e os participantes serão oportunamente definidos pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas a cada um dos participantes serão divididas em 3 (três) lotes iguais representando cada um 1/3 do total de ações que cada participante poderá subscrever e poderão ser exercidas em cada 1 (um) ano de aniversário do contrato, desde que o participante tenha permanecido ocupando seu cargo na Companhia ou em qualquer controlada da Companhia. O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste plano não excederá 2.190.000 (dois milhões, cento e noventa mil) de ações e o plano permanecerá em vigor até o término do prazo de exercício referente ao último lote de opções outorgadas.

2. Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia concedido aos administradores e diretores da Companhia

O plano de matching será administrado pelo Conselho de Administração e a entrega das ações deverá ser formalizada através de contrato específico a ser celebrado entre a Companhia e o participante. A primeira data de concessão será em 29 de dezembro de 2025 e outras duas em 29 de dezembro de 2026 e 2027, respectivamente.

A quantidade total bruta de ações de matching serão concedidas em três lotes aos participantes, sendo o primeiro 272.000 mil ações, o segundo de 528.000 ações e o terceiro de 800.000 mil ações. Para fazer jus o participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador ou diretor ao longo de todo o período de vigência desde a data de aprovação do plano matching até cada uma das datas de concessão.

3. Cancelamento de ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2025 foi aprovado o cancelamento de 750.000 ações ordinárias, mantidas em tesouraria nessa data, sem redução do valor do capital social da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Destinação do resultado:

	2024	2023
a. Regras sobre a retenção de lucros	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2024, prevê a retenção de lucros do exercício de 2024, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, aprovado na Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2023, prevê a retenção de lucros do exercício de 2023, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Foi apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela EY Auditores Independentes, um lucro líquido de R$ 64,8 milhões. O valor da retenção de lucro foi de R$ 6,8 milhões.	Foi apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela EY Auditores Independentes, um lucro líquido de R$ 56,2 milhões. O valor da retenção de lucro foi de R$ 3,2 milhões.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Foi apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela EY Auditores Independentes, um lucro líquido de R$ 64,8 milhões. O valor da retenção de lucro foi de R$ 6,8 milhões, representando 10,5% do lucro líquido.	Foi apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela EY Auditores Independentes, um lucro líquido de R$ 56,2 milhões. O valor da retenção de lucro foi de R$ 3,2 milhões, representando 5,7% do lucro líquido.
b. Regras sobre a	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2.7 Destinação de resultados

distribuição de dividendos	dezembro de 2024 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar. Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, os acionistas deliberaram distribuir o montante de R$ 10,2 milhões, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social de 2023 e correspondente a 15,0% do lucro líquido do exercício, a título de dividendos sendo R$ 3,3 milhões como dividendos obrigatórios, R$ 6,9 milhões como dividendos complementares, cujo pagamento foi realizado no dia 09 de fevereiro de 2024.	2023 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar. Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, os acionistas deliberaram distribuir o montante de R$ 6,0 milhões, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social de 2022 e correspondente a 15,0% do lucro líquido do exercício, a título de dividendos sendo R$ 216 mil como dividendos obrigatórios, R$ 649 mil como dividendos complementares, cujo pagamento foi realizado no dia 03 de fevereiro de 2023, e saldo restante do total de dividendos declarados em 20 de janeiro de 2023, no valor de R$ 5,1 milhões pago à conta de reservas de lucros.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de

2.7 Destinação de resultados

	lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Foi aprovada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social de 2024, a distribuição de dividendos intercalares no valor total de R$ 15.000.000,00 (seis milhões de reais), equivalentes a R$ 0,239 por ação, com base em saldo de reserva de lucros da Companhia.	lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Foi aprovada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social de 2023, a distribuição de dividendos intercalares, no valor total de R$ 10.237.000,00 (dez milhões, duzentos e trinta e sete mil reais), equivalentes a R$ 0,1524 por ação, com base em saldo de reserva de lucros da Companhia, conforme apurado em balanço patrimonial de 30 de setembro de 2023.
d. Restrições à distribuição	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 2.7. do Formulário de Referência.	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 2.7. do Formulário de Referência.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DF:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações do Grupo Technos, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações do Grupo Technos, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

iii) contratos de construção não terminada

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações do Grupo Technos, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações do Grupo Technos, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que as demonstrações financeiras evidenciam todos os itens relevantes das operações do Grupo Technos, resultados, situação econômica, financeira e patrimonial.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 2.8 acima.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 2.8 acima.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 2.8 acima.

2.10 Planos de negócios

2.10. Planos de negócios:

a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentram, usualmente, em sete principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em hardware e software de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; (iv) investimentos na manutenção de imóveis;(v) móveis e utensílios; (vi) Marcas e Patentes, (vii) Direito de uso.

O montante total de investimentos atingiu R$ 18,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

No caso de ingressarmos em outros segmentos de produtos os investimentos serão dimensionados individualmente, fazendo parte do plano de negócios específico desse novo segmento. Buscaremos financiar tais investimentos também com nosso fluxo de caixa operacional, complementando com recursos de terceiros, caso necessário.

Nesse mesmo sentido, embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não há nenhum acordo vinculante de aquisição até esta data. Caso identifiquemos uma oportunidade de mercado que, após a análise de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídicos, entendamos ser relevante para a nossa Companhia, utilizaremos nosso fluxo de caixa operacional para realizar tais investimentos. Caso os investimentos excedam este valor, utilizaremos nosso caixa próprio, os recursos captados por meio da nossa oferta inicial de distribuição de ações, e eventuais captações no mercado se forem necessárias.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No último exercício social a Companhia não teve aquisições que impactem materialmente sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

O Grupo Technos planeja acelerar seu crescimento de vendas mantendo ganhos de eficiência, buscando o aumento de *market share* na categoria de relógios tradicionais e expansão de mercado na categoria de *smartwatches*. A Companhia também continuará a investir na ampliação de seus canais de distribuição, tanto no atacado quanto no varejo, abrindo novos horizontes de crescimento além de seu canal *core*.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Grupo Technos, como organização, insere-se na sociedade de forma íntegra e respeitosa, e atua desta maneira tanto internamente quanto na sua relação com clientes, fornecedores, parceiros de negócios e nas comunidades onde está presente. A Companhia tem avançado em sua jornada de sustentabilidade, cuja estratégia foi construída de maneira colaborativa considerando as visões de futuro de seus principais stakeholders e melhores práticas tendo como objetivo ser um agente de transformação e gerar cada vez mais impactos positivos, não apenas para o seu negócio, mas para toda a sociedade.
A Companhia considera como suas principais oportunidades a melhoria na destinação de resíduos sólidos, o aumento de sua eficiência energética, a redução de gases do efeito estufa, o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e o desenvolvimento socioambiental da sua cadeia de valor e está constantemente avaliando a viabilidade de novas oportunidades.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia no último exercício social já foram comentados nos demais itens desta seção 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar: a) Objeto da projeção; b) Período projetado e o prazo de validade da projeção; c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; e d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores: a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário; b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções; e c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que não estão sendo substituídas ou incluídas quaisquer projeções neste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “4.2 Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “4.2. Riscos de Mercado”.

a) Ao emissor

Poderemos ser incapazes de sustentar continuamente o reconhecimento de nossas marcas e nossa reputação de produtos de alta qualidade, o que poderá causar impacto negativo relevante em nossos negócios.

As nossas marcas e suas imagens são essenciais para os nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar essas marcas depende significativamente do sucesso de nossos esforços de *marketing* e de nossa habilidade de manter nossa reputação de produtores de relógios de alta qualidade. Qualquer incapacidade de continuar a promover esforços bem-sucedidos de *marketing* ou qualquer impacto negativo em nossa reputação poderá reduzir o volume de nossas vendas e representar impacto negativo relevante para o resultado de nossas operações. Poderemos tentar adquirir e/ou desenvolver marcas que visam nichos de mercado diferentes daqueles em que operamos atualmente, ou desenvolver novas linhas de produtos, o que, se malsucedido, poderá afetar o valor de nossas marcas e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, conduzimos testes de qualidade com padrões rigorosos em nossos relógios para assegurar que eles funcionem corretamente e sem problemas. Alguns de nossos produtos poderão apresentar falhas e defeitos não detectados, o que poderá provocar reclamações ou processos contra nós e ferir nossa reputação, independentemente de nossa culpa nessas falhas ou defeitos. Nossos negócios poderão sofrer impacto negativo relevante como resultado de um problema significativo na qualidade ou no desempenho dos produtos vendidos por nós, especialmente porque é possível que sejamos obrigados a pagar pelos danos resultantes. Se formos incapazes de manter o alto padrão de qualidade e precisão dos produtos que nossos consumidores esperam, nossa reputação na indústria, nossos relacionamentos com consumidores e clientes e a imagem de nossas marcas poderão ser impactadas negativamente, o que poderá significar um impacto negativo relevante para nossos resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Grande parte de nossas receitas é proveniente de uma única marca, "Technos", e uma redução das vendas da marca "Technos" poderá ter impacto negativo significativo em nossos negócios.
Em 31 de dezembro de 2024 vendíamos dez marcas de relógios e a marca "Technos" representava quase metade da receita consolidada decorrente da venda de bens e serviços. Não podemos garantir que os produtos vendidos sob a marca "Technos" manterão seu nível atual de penetração e apelo, ou que os produtos que vendemos sob outras marcas nos permitirão manter nossos níveis atuais de vendas e lucratividade. Se as vendas dos produtos da marca "Technos" diminuírem, poderá causar um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O Risco de renovar ou a rescisão de qualquer de nossos contratos de licenciamento ou de nossos contratos de distribuição poderá resultar em perdas significativas de receita, gerando impacto adverso relevante em nossos negócios.
Uma parte relevante de nossas vendas decorre, e estimamos que continue a decorrer, da venda de produtos sob marcas detidas por terceiros, as quais possuímos o direito de uso por meio da celebração de contratos de licenciamento ou em virtude de contratos de distribuição exclusiva. De acordo com esses contratos, temos o direito de produzir e distribuir determinados produtos sob as marcas de outras empresas. Em 31 de dezembro de 2024, vendíamos produtos sob as marcas de terceiros, "Mormaii", "Fossil", "Michael Kors". Em 17/04/2014, a empresa firmou o exercício de Opção de Compra das marcas Euro e Allora com a empresa Euro Company Licenciadora de Marcas Ltda., por meio de Termo de Cessão e Transferência de Marcas. Desta forma as marcas Euro e Allora passam a integrar o portfólio de marcas próprias do Grupo Technos. Com isso, na data desse Formulário de Referência, a receita proveniente de marcas de terceiros representava aproximadamente 21% de nossa receita consolidada.
Nossos contratos de licenciamento terminarão: (i) em 2026, para a marca "Mormaii"; (ii) em 2025 para as marcas do Grupo Fossil,".
Adicionalmente, as contrapartes poderão rescindir os contratos de licenciamento se deixarmos de cumprir certas obrigações ou mediante a ocorrência de determinados eventos, incluindo a hipótese de não realizarmos os pagamentos contratuais referentes às licenças, a não observância dos limites territoriais da licença e o sublicenciamento não autorizado de marcas licenciadas para terceiros. Poderemos ser incapazes de continuar cumprindo nossas obrigações estabelecidas nos termos desses contratos, ou de renová-los nos mesmos termos e condições ou em termos e condições semelhantes. Nossa incapacidade de manter ou renovar um ou mais dos contratos que nos possibilitam comercializar produtos identificados por marcas detidas por terceiros poderá reduzir nossas vendas e representar impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

A incapacidade de mantermos níveis adequados de estoque e declínios no valor de nosso estoque poderão causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.
Mantemos um estoque de produtos selecionados que esperamos que tenha alta demanda. Se nossas metas de vendas se mostrarem incorretas, poderemos ser incapazes de vender parte de nosso estoque de relógios ou de utilizar de forma eficiente os componentes que encomendamos antecipadamente de nossos fornecedores. Níveis de estoque que excedam a demanda dos clientes poderão resultar na redução do valor do estoque ou na venda do excesso a preços mais baixos. Esses eventos poderão impactar negativamente os nossos resultados operacionais e prejudicar a imagem de nossas marcas. Por outro lado, se subestimarmos a demanda dos consumidores por nossos produtos ou se nossos fornecedores deixarem de fornecer produtos de qualidade de forma célere, poderemos sofrer escassez de estoque, o que poderá resultar em pedidos não atendidos, impactar negativamente nosso relacionamento com clientes, diminuir a lealdade às nossas marcas e causar perdas de receitas, sendo que qualquer desses fatores poderá causar impacto negativo relevante em nossos negócios.
O desempenho aquém do esperado de novos produtos ou o declínio no valor de nosso estoque poderá impactar negativamente de forma relevante os nossos negócios, resultados de operações ou condição financeira, e poderemos ser incapazes de gerenciar nossos estoques existentes e futuros de forma bem-sucedida.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nosso sucesso depende de nossa capacidade para expandir nosso portfólio e desenvolver novos produtos de acordo com a preferência dos consumidores.
Nosso crescimento depende de nossa capacidade de implementar de forma bem-sucedida nossa estratégia, o que inclui antecipar a preferência dos consumidores e diversificar nossas linhas de produtos. A decisão de comprar qualquer acessório de moda, incluindo relógios, é altamente subjetiva e pode ser influenciada por uma variedade de fatores, tais como a imagem da marca, programas de *marketing* e o *design* do produto. O sucesso de nossos negócios depende de nossa capacidade de antecipar e responder rapidamente às preferências de nossos consumidores, ao mesmo tempo em que preservamos a qualidade e autenticidade de nossas marcas. Nossos concorrentes poderão ser capazes de prever a preferência dos consumidores antes de nós e, como resultado, capturar participação maior do que a nossa no mercado de novos produtos. A indústria mundial e doméstica de relógios tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Nosso sucesso depende da nossa capacidade de continuar expandindo nosso portfólio e desenvolver novos produtos nos segmentos em que operamos, em linha com essas inovações. Nossa incapacidade de introduzir novos produtos, ou a habilidade de nossos concorrentes de desenvolver produtos melhores do que os nossos, poderá levar nossos clientes e consumidores a comprar volumes maiores de produtos de nossos concorrentes.
Adicionalmente, tomamos decisões a respeito da expansão de portfólio e do desenvolvimento de novos produtos meses antes de sermos capazes de medir a aceitação do mercado e dos consumidores a esses produtos. Qualquer falha em identificar corretamente a demanda dos consumidores poderá nos levar a desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou que não apresentem os mesmos níveis de vendas e margens das atuais marcas e produtos de nosso portfólio. Além disso, a aceitação de novos produtos pelo mercado requer gastos substanciais e esforços de *marketing*. Se formos incapazes de acompanhar as tendências da moda ou de identificar a preferência de nossos consumidores, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer impacto adverso relevante.

Nossa incapacidade de operar de forma bem-sucedida e de expandir nossa unidade de montagem e distribuição poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios.
Para que as operações de nossa unidade de montagem e distribuição em Manaus sejam bem-sucedidas, dependemos de vários fatores, incluindo: (i) nossa capacidade de entregar pedidos para nossos clientes de forma pontual; (ii) a disponibilidade de recursos humanos em nossa unidade de montagem e distribuição para gerenciar toda a cadeia de fornecimento; (iii) a capacidade de nossos fornecedores de suprir pontualmente nossa demanda de componentes de relógios; (iv) o sistema de transportes e infraestrutura da cidade de Manaus, especialmente no aeroporto; e (v) nossos equipamentos e o tamanho de nossa unidade de montagem e distribuição. A maior parte desses recursos, por sua vez, é limitada pela disponibilidade de capital e pelo tempo necessário para aumentar a capacidade de produção, particularmente para contratar e treinar empregados. Não podemos garantir que teremos capital e recursos suficientes para expandir nossa capacidade de produção e para manter prazos de entrega que nossos clientes considerem apropriados. Adicionalmente, não podemos assegurar que nossos fornecedores na China e no Japão serão capazes de suprir nossa demanda crescente por componentes, se expandirmos a produção de nossos relógios. Ainda, um acréscimo em nossos prazos de entrega poderá resultar em perda de clientes, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios e resultados operacionais.

Qualquer uso não autorizado de nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.
Dependemos dos direitos de propriedade intelectual registrados no Brasil e em diversos países, de leis concorrenciais e de restrições contratuais para proteger nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual que são importantes para os nossos negócios. Nossos produtos são vendidos principalmente sob as marcas “Technos”, “Euro”, “Mormaii”, “Allora”, “Touch”, “Condor”, “Dumont”, “Fossil”, “Michael Kors”. Qualquer uso não autorizado de nossas marcas próprias, licenciadas ou com

4.1 Descrição dos fatores de risco

direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual por terceiros, incluindo a comercialização de produtos falsificados e contrabandeados por terceiros, poderá afetar adversamente nossos negócios, reputação e posição de mercado. Não podemos garantir que as medidas que tomamos para proteger nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual serão suficientes e, se não formos capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual, nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras poderão sofrer impacto adverso relevante.

A perda de determinados membros de nossa administração poderá resultar em efeito adverso relevante em nossos negócios.
Nosso desempenho e sucesso dependem, em parte, de membros-chave de nossa administração, e a perda ou saída de qualquer um desses Administradores poderá nos ser prejudicial, dado o conhecimento de nossos negócios e experiência relevante significativa por parte desses Administradores. Se perdermos determinados membros de nossa administração, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para substituí-los. Se não formos capazes de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter a capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento, o que poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Alguns de nossos produtos poderão infringir direitos de propriedade intelectual de terceiros, o que poderá nos levar a incorrer em custos inesperados ou à impossibilidade de vender nossos produtos.
Terceiros poderão alegar que nossos produtos infringem seus direitos de propriedade intelectual. Poderemos estar sujeitos a processos e alegações no curso normal de nossas atividades, incluindo alegações de supostas violações dos direitos de propriedade intelectual de terceiros por nós ou por nossos clientes em conexão com o uso de nossos produtos. Quaisquer dessas alegações, com fundamento ou não, poderão resultar em litígios custosos e desviar os esforços de nossa equipe. Além disso, caso sejamos considerados responsáveis pela violação, poderemos ser obrigados a celebrar contratos de licenciamento (se disponíveis em termos aceitáveis ou de qualquer forma) ou a pagar indenizações e deixar de produzir ou vender certos produtos. Ainda, poderemos ser obrigados a redesenhar ou usar componentes diferentes em alguns de nossos produtos para evitar futuras responsabilizações por violações de direitos de propriedade intelectual. Qualquer dessas hipóteses poderá nos levar a incorrer em custos significativos e à impossibilidade de produzir ou vender nossos produtos.

Mudanças em nosso mix de produtos ou canais de distribuição poderão impactar nossas margens de lucro.
Nossas marcas individuais são vendidas em diversas faixas de preços e rendem uma variedade de margens de lucro. Nosso lucro por unidade varia para cada um de nossos produtos e, assim, qualquer alteração em nosso mix de produtos poderá afetar nossas margens. De forma semelhante, na data deste Formulário de Referência, nosso lucro por unidade para cada um de nossos canais de distribuição flutua com vendas de estoque excedente com desconto e/ou o estoque de componentes fora de linha rendendo a menor margem. A mudança desfavorável de nosso mix de vendas em direção a produtos ou canais de distribuição com menor lucro por unidade poderá gerar efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais.

Nossos seguros poderão não cobrir determinados riscos.
Mantemos contratados seguros dentro dos parâmetros usuais de mercado que são a prática em nossa indústria, incluindo cobertura contra danos ao estoque e propriedade e lucros cessantes. Contudo, nossas apólices não cobrem determinados riscos, tais como guerra, caso fortuito, força maior, ou interrupções de determinadas atividades. Se qualquer desses eventos não segurados ocorrer, poderemos incorrer em custos adicionais que afetarão nossos resultados operacionais. Adicionalmente, mesmo se o tipo de evento de perda estiver coberto por nossas apólices, não poderemos garantir que o pagamento do seguro será suficiente para cobrir o dano decorrente de tal evento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Potenciais futuras aquisições poderão ser difíceis de integrar e poderão obstar nossos negócios e afetar adversamente o resultado de nossas operações.
Como parte de nossa estratégia de crescimento, poderemos adquirir outros negócios no futuro. Essas aquisições poderão ocorrer na indústria de relógios ou em outras áreas de negócios que, embora complementares aos nossos negócios, poderão ser áreas em que atualmente não atuamos e poderemos não ter prévia experiência administrativa e operacional. Poderemos ter a necessidade de integrar operações totalmente novas e culturas corporativas distintas e tais esforços de integração poderão não ter sucesso. Todas as aquisições envolvem riscos que poderão afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Esses riscos incluem:

- perda de pessoal chave e de outros empregados devido a incompatibilidades culturais e incertezas profissionais;
- custos, atrasos e ineficiências associadas à integração das operações e do pessoal do negócio adquirido;
- depreciação dos bens e do valor do negócio adquirido; e
- aquisição de contingências e outras obrigações dos negócios adquiridos.

Adicionalmente, negócios adquiridos poderão não aumentar nossas oportunidades comerciais ou não resultar no crescimento que esperamos. Além disso, integrar operações adquiridas é um processo complexo, caro e que demanda tempo. Combinar operações adquiridas com nossos negócios poderá resultar em margens operacionais gerais mais baixas, maior volatilidade de preços de estoque e flutuações nas receitas trimestrais. Nossa incapacidade de: (i) administrar futuras aquisições e integrar com sucesso práticas complementares; ou (ii) concretizar as sinergias comerciais ou outros benefícios esperados, poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A relativa volatilidade e iliquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento apropriado.

Investir em valores mobiliários de emissores brasileiros no Brasil, como nossas ações ordinárias, frequentemente envolve certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros:

- alterações no ambiente regulatório, tributário, econômico e político podem afetar as possibilidades de nossos acionistas, no todo ou em parte, de receber proveitos em conexão com seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e na repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, tais como o dos Estados Unidos. Em junho de 2020, a capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na B3 representava aproximadamente R$ 3,996 trilhões, enquanto as dez maiores companhias listadas na B3 representavam aproximadamente 44,0% dessa capitalização de mercado agregada, demonstrando significativa concentração. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias a um preço e em tempo apropriados e, consequentemente, pode impactar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em diluição da participação do investidor no nosso capital social.
Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas ações ordinárias de nossa emissão, o

4.1 Descrição dos fatores de risco

que poderá resultar na diluição da participação do referido investidor nas ações ordinárias de nossa emissão.

Risco Tecnológico proveniente dos smartwatches
Considerando o aumento da relevância dos produtos tecnológicos, há o risco de canibalização dos produtos tradicionais, risco de aceleração de novas tecnologias e obsolescência de nossas coleções, assim como epidemias de problemas de qualidade no produto ou softwares com impacto relevante uma vez que a venda deste tipo de produto é altamente concentrada em poucos skus.

b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não possui um controlador ou grupo de controle definido, razão pela qual não há fatores de risco relacionados a este item.

Não podemos garantir que alguns acionistas com posições relevantes permanecerão titulares de suas posições na Companhia e a saída desses acionistas poderá afetar adversamente nossas atividades bem como o valor de mercado de nossas ações.
Na data deste Formulário de Referência, parte dos membros da administração são acionistas detentores de participações significativas do nosso capital social, sendo que nosso desempenho operacional e financeiro está atrelado ao desempenho desses profissionais. Esses acionistas atuam de forma individual, e não temos como garantir a permanência desses acionistas no nosso quadro acionário. Negociações com ações de emissão da Companhia podem afetar o valor de mercado das mesmas. Os acionistas da Companhia têm a capacidade de, observada a legislação aplicável, negociar ações da Technos. Não é possível prever o efeito, se houver, desses negócios sobre o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. Vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam correr, teriam possível efeito adverso sobre o valor de mercado dessas ações.

c) a suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades. Na data deste Formulário de Referência, não existiam sociedades coligadas à nossa Companhia.

d) seus administradores

Os riscos relacionados aos seus administradores são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

e) a seus fornecedores

Se formos incapazes de manter um bom relacionamento com nossos fornecedores ou se suas operações forem interrompidas, nossos negócios podem sofrer impacto adverso relevante.
Não celebramos contratos de longo prazo com nossos fornecedores. Os componentes de nossos relógios são comprados de nossos fornecedores na China e no Japão por meio de pedidos individuais. Até a data deste Formulário de Referência, mantivemos sólidas relações comerciais de longo prazo com a maior parte de nossos fornecedores e esperamos continuar confiando na evolução desses relacionamentos. Contudo, não podemos garantir que seremos capazes de manter relacionamentos de longo prazo ou que nossos fornecedores atuais serão capazes de suprir nossa demanda no futuro, ou serão capazes de fazê-lo em termos satisfatórios para nós (incluindo condições de pagamento, controle de qualidade e pontualidade de entrega). Além disso, como não temos unidades fabris e dependemos desses fornecedores para produzir nossos produtos, poderemos não ser capazes de

4.1 Descrição dos fatores de risco

assegurar o fornecimento de componentes em períodos de crescimento econômico mundial e alta demanda ou os custos de nossos componentes poderão aumentar durante tais períodos.
Adicionalmente, caso as operações dos nossos fornecedores sejam significativamente afetadas ou interrompidas por qualquer razão (incluindo greves, recessões econômicas, desastres naturais e condições políticas adversas), nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante. Isso exigirá que nós providenciemos a fabricação e envio de produtos por meios alternativos, em termos que podem ser desfavoráveis para nós. Qualquer interrupção significativa em nosso relacionamento com nossos fornecedores ou em suas operações poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossa capacidade de produzir e distribuir nossos produtos, o que poderá afetar adversamente, de forma relevante, os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

Dependemos de uma rede de fornecedores na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, nos sujeitando a determinados riscos relacionados a controle de qualidade, recessões econômicas, condições políticas adversas e desastres naturais que afetem a região.

Dependemos de uma rede de fornecedores localizados na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, tais como equipamento de precisão, circuitos eletrônicos, grampos, caixas e pulseiras. Qualquer atraso na entrega de componentes ou desvio de nossos padrões de qualidade por nossos fornecedores poderá afetar nossa capacidade de atingir as expectativas de nossos clientes, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios.
Adicionalmente, uma vez que uma parcela substancial de nossos componentes para relógios é montada ou fabricada na China e no Japão, nosso sucesso dependerá substancialmente das futuras condições econômicas e sociais desses países. Se as atividades das fábricas na China e no Japão forem interrompidas por qualquer razão, poderemos ter de providenciar a fabricação e envio de produtos por fontes alternativas, o que poderá envolver várias incertezas, incluindo custos de fabricação, adequação da capacidade de fabricação, controle de qualidade e tempo de entrega.
Em 11 de março de 2011, um terremoto atingiu a costa nordeste do Japão, o que afetou as operações de manufatura de dois de nossos fornecedores, causando alterações em sua capacidade de produção e cronograma para entrega de componentes de relógios nos levando a buscar fornecimento alternativo para alguns suprimentos específicos temporariamente.
No início de 2020, com a evolução da doença infecciosa causada pelo vírus da síndrome respiratória aguda SARS-CoV-2 (COVID19) e respectivos impactos causados na economia, do lado da oferta de produtos a Companhia não sofreu restrições no abastecimento de mercadorias por seus fornecedores. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês, a maioria dos fornecedores asiáticos da Companhia reestabeleceram rapidamente suas operações. Caso ocorram outros eventos que causem interrupções significativas nas atividades de nossos fornecedores, poderemos sofrer efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.
Também estamos sujeitos à regulação de comércio, o que nos expõe a riscos políticos e econômicos. Como resultado, nossa capacidade de vender nossos produtos a preços competitivos poderá ser afetada adversamente por qualquer dos seguintes aumentos em tarifas ou encargos, mudanças em tratados comerciais, embargos, greves ou atrasos em transporte aéreo ou marítimo e futura legislação em relação à precificação, comercialização e/ou tributação de produtos importados de países estrangeiros. Se nossos relacionamentos com fornecedores forem comprometidos como resultado de questões de controle de qualidade, recessões econômicas e condições políticas adversas, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer efeito adverso relevante.

f) a seus clientes

Qualquer problema em nosso relacionamento com nossa rede de clientes poderá afetar nossos negócios e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossos produtos são distribuídos e vendidos por meio de uma rede de cerca de 9 mil clientes ativos. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos clientes e, portanto, não temos controle sobre suas decisões de compras. Qualquer estratégia comercial que seja vista de forma negativa por nossa base de clientes, ou redução na aceitação de nossos produtos pelos consumidores, poderá resultar em efeito adverso relevante em nossas vendas e em nossa estratégia operacional. Adicionalmente, dada a natureza não exclusiva de nossos relacionamentos com nossa rede de clientes, nossos clientes poderão optar por comprar de nossos concorrentes, o que poderá reduzir nossa participação no mercado e afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios. Não podemos garantir que seremos capazes de manter bons relacionamentos com todos os nossos clientes, o que poderá resultar em efeito adverso relevante em nossos negócios e resultado operacional.
No início de 2020, tendo em vista a observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil em função da pandemia do Coronavírus, fomos impactados negativamente do lado da demanda por nossos produtos, na atividade de nossos clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto à Companhia. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, dada a característica fragmentada da rede de distribuição da Companhia, o impacto acima mencionado associado à demanda e à inadimplência varia de acordo com o perfil e característica de cada revendedor.

Estamos expostos a riscos relacionados ao inadimplemento por nossos clientes.
Vendemos nossos produtos a prazo para nossos clientes e porção substancial de nosso capital de giro decorre de recebíveis de nossos clientes. Em média, costumamos receber o pagamento integral dentro de seis meses contados da data da venda. Se clientes responsáveis por montante significativo de recebíveis se tornarem insolventes ou, de outra forma, se tornarem incapazes de pagar por produtos e serviços, ou de fazer pagamentos em tempo razoável, nossos negócios poderão sofrer impacto adverso relevante. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como níveis reduzidos de atividade econômica, depreciação do real, inflação, elevação da taxa de juros, e/ou aumento da taxa de desemprego poderão vir a aumentar inadimplementos por parte de nossos clientes e afetar adversamente de forma relevante a cobrança destes recebíveis, o que poderá resultar em ciclos mais longos de pagamento, aumento nos custos de cobrança e inadimplementos superiores às expectativas da administração. Redução significativa em nossa habilidade de cobrar os recebíveis poderá impactar o custo ou a disponibilidade de financiamento para nós, causando efeito adverso relevante em nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue.

Flutuações no preço, na disponibilidade e na qualidade de componentes de relógios poderão levar a atrasos e aumento de custos.
Flutuações no preço, disponibilidade e qualidade dos componentes usados em nossos produtos poderão causar efeito adverso relevante no custo de nossas vendas ou capacidade de atingir as demandas de nossos clientes. O preço e a disponibilidade de tais componentes podem flutuar significativamente dependendo de vários fatores, incluindo recursos naturais, aumento no custo de transporte e condições climáticas. No futuro, poderemos não ser capazes de repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados para os nossos clientes e nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante.
Adicionalmente, o aumento nos custos de mão de obra nos países onde nossos fornecedores estão localizados, particularmente na China, que é considerado um país com custos de fabricação relativamente baixos, poderá afetar adversamente, de forma relevante, o preço de nossos componentes de relógios e, em última análise, o preço de nossos produtos. De forma semelhante, o aumento do custo de mão de obra na Zona Franca de Manaus, onde nossa unidade de montagem e distribuição está localizada, poderá afetar o preço final de nossos relógios e, se não conseguirmos repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados aos nossos clientes, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer impacto adverso relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os efeitos de ciclos econômicos e das condições da indústria de varejo poderão afetar adversamente nossos negócios.
Nosso negócio é sujeito a ciclos econômicos e às condições da indústria de varejo. Compras de acessórios de moda, como nossos relógios, tendem a cair durante períodos de recessão, quando o capital disponível está baixo e consumidores hesitam em usar o crédito disponível. Qualquer redução significativa nas condições econômicas gerais ou incertezas relacionadas às previsões econômicas futuras que afetem os hábitos de consumo poderá ter efeito adverso relevante na compra de nossos produtos.

Dependemos do sistema de transporte aéreo e de transportadoras terceirizadas na cidade de Manaus, onde nossa planta de montagem e distribuição está localizada.
Enviamos nossos produtos a nossos clientes a partir da nossa unidade de montagem e distribuição localizada na Cidade de Manaus pelo correio ou por meio de transportadoras privadas terceirizadas. Adicionalmente, também dependemos do transporte aéreo fornecido por empresas terceirizadas para receber os componentes importados da Ásia para a montagem de nossos relógios, que são normalmente enviados pela via aérea para o Aeroporto Internacional de Manaus. Qualquer interrupção significativa nas atividades de transportes da cidade de Manaus devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, indisponibilidade de aviões ou pistas de pouso, greves de oficiais alfandegários e funcionários aeroportuários, ou outras causas imprevistas, poderá atrasar ou reduzir a nossa capacidade de: (i) receber componentes importados para a montagem de nossos relógios; e (ii) distribuir nossos produtos para nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.
Adicionalmente, nossos produtos são enviados por meio de transportadoras terceirizadas. Se uma greve ou outro evento impedir ou interromper o transporte de nossos produtos por essas transportadoras, outras transportadoras poderão não estar disponíveis ou poderão não ter a capacidade de entregar em tempo hábil nossos produtos a nossos consumidores, ou os componentes importados para a montagem de nossos relógios à nossa unidade de montagem e distribuição. Se, a qualquer momento, empresas terceirizadas adequadas para o transporte de nossos produtos estiverem indisponíveis, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

Nosso setor é sensível a recessões econômicas no Brasil.
Historicamente, nosso setor está exposto a recessões econômicas que reduziram o poder de compra dos consumidores no Brasil. A venda de acessórios de moda, como nossos relógios, tende a ser reduzida durante recessões econômicas e o sucesso de operações no setor depende, entre outros fatores, da renda dos consumidores, da disponibilidade de crédito ao consumidor, taxas de juros, inflação, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Dessa forma, condições desfavoráveis na economia brasileira poderão reduzir consideravelmente a capacidade de gasto dos consumidores e sua renda disponível, o que poderá impactar adversamente nossas vendas, resultados operacionais e condição financeira.

Nossos resultados operacionais poderão ser afetados por sazonalidade na venda de relógios e acessórios.
Nosso setor é naturalmente sazonal e parte significativa de nossa receita operacional líquida é gerada perto de datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Natal. Planejamos e aumentamos nossos estoques para suprir a demanda por nossos produtos, aumentada durante esses períodos, e qualquer redução imprevista na demanda ou estimativa equivocada de demanda pode gerar excesso de estoque ou, em sentido oposto, estoque insuficiente. Nesses casos, poderemos ser obrigados a vender nosso excesso de estoque a preços significativamente mais baixos do que os esperados inicialmente ou poderemos sofrer os impactos de vendas reduzidas e diminuição da participação no mercado. Adicionalmente, se os produtos lançados nesses períodos não forem adequados às preferências de nossos clientes e de nossos consumidores, reduzindo as vendas esperadas para esses períodos, nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente de maneira relevante. Ainda, em razão dos ciclos sazonais de nossos negócios e de outros determinados fatores, incluindo o tempo de introdução de novos produtos, o tempo de entrega

4.1 Descrição dos fatores de risco

dos pedidos de nossos clientes e a demanda de compras por nosso portfólio de produtos, nossos resultados trimestrais de operações flutuaram no passado e podem continuar a flutuar.

Nosso negócio está sujeito a riscos de câmbio.
Adquirimos parte significativa de nosso estoque de fornecedores estrangeiros cujos custos são afetados pela flutuação de suas moedas locais em relação ao dólar ou que precificam seus produtos em moedas diferentes do dólar, como é o caso dos fornecedores na China e no Japão, cujos componentes de relógios são afetados por alterações no preço do iuan chinês e do iene japonês, respectivamente. Dessa forma, uma valorização do dólar ou da moeda local de nossos fornecedores, ou a desvalorização do real, poderá aumentar o custo de nossos bens vendidos e, se não formos capazes de repassar tais incrementos de custo para os nossos clientes, poderemos sofrer redução em nossas margens brutas e, em última análise, em nossa lucratividade.
Reduzimos nossa exposição ao risco cambial do dólar por meio de contratos de hedge. Na hipótese de essa exposição não se compensar, temos a possibilidade, nos termos dos nossos contratos de hedge, de utilizar contratos futuros de câmbio e compramos opções de moeda estrangeira para mitigar o risco de câmbio. Se não formos capazes de repassar aumentos de custos relacionados à flutuação do câmbio para nossos clientes e/ou se nossos contratos de hedge forem malsucedidos em minimizar o risco ou forem considerados ineficazes, qualquer flutuação na taxa de câmbio do dólar poderá afetar adversamente, de maneira relevante, nossos resultados operacionais.

O mercado para nossos produtos é competitivo e, se não conseguirmos competir com eficiência, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.
O mercado para nossos produtos é competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, novos concorrentes, publicidade, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, reputação, capacidade de antecipar as preferências dos consumidores, disponibilidade de crédito ao consumidor, e pela qualidade e eficiência dos serviços de venda e pós-venda, entre outros fatores. Devido a diversas razões que estão fora de nosso controle, nossos concorrentes poderão estar em uma posição mais favorável para responder rapidamente a oportunidades de mercado, tecnologias novas ou emergentes e mudanças nas preferências dos consumidores. Não podemos garantir que seremos capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado em razão da ocorrência desses ou de outros fatores de concorrência. A incapacidade de manter e aumentar nossa posição competitiva poderá afetar de forma relevante nossos negócios e perspectivas.

h) a regulação dos setores em que o emissor atue

A suspensão, cancelamento ou redução dos incentivos fiscais dos quais nos beneficiamos atualmente na área de atuação da Sudam e na Zona Franca de Manaus poderá ocasionar impacto adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais.
Nossa unidade de montagem e distribuição está localizada na área de atuação da Sudam e na Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas, onde determinados incentivos fiscais são concedidos pelos Governos Federal e Estadual. Os benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil são para projetos novos ou existentes aprovados até 31 de dezembro de 2014 que, uma vez obtidos, permanecerão válidos até 2073, os projetos submetidos aos incentivos fiscais devem ser renovados a cada 10 anos. Os benefícios concedidos pelo Governo Estadual, ocorrem através de emissão de laudos técnicos renováveis a cada 3 anos. O laudo técnico atual vigora de 2024 até 2026. Para mais detalhes sobre esses benefícios fiscais, veja item 2.1 deste Formulário de Referência.
Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal do Brasil relativos à Sudam, temos que: (i) cumprir com determinados requisitos, incluindo as leis trabalhistas, previdenciárias e ambientais; (ii) realizar o arquivamento anual de determinadas informações exigidas junto às autoridades regulatórias competentes; (iii) aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa beneficiária, na área de atuação da Sudam, sem distribuição aos acionistas; (iv) comprovar anualmente a ausência de débitos fiscais e de débitos relacionados às contribuições sociais, bem como a constituição de nossas reservas de capital e o uso de tais reservas; e (v) reportar às autoridades regulatórias quaisquer ações judiciais iniciadas por

4.1 Descrição dos fatores de risco

terceiros (incluindo o Ministério Público Federal). Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.
Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Estadual, temos que: (i) implantar o projeto técnico e de viabilidade econômica na forma aprovada pelo CODAM; (ii) manter programas de benefícios sociais para os nossos empregados, especialmente, nas áreas de alimentação, saúde, lazer, educação, transporte e creche a preços subsidiados, de acordo com determinados parâmetros; (iii) desenvolver programas de regionalização e de desenvolvimento tecnológico, nos termos e condições estabelecidas em Resolução da Seplan;
(iv) manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional; (v) manter no estabelecimento, e local visível ao público, placa alusiva aos incentivos, de acordo com modelo e especificações aprovados pela Seplan; (vi) reservar parcela da produção de bens de consumo final para atender a demanda local;
(vii) assegurar, em condições semelhantes de competitividade, quanto a preços, preferência à aquisição de produtos intermediários, partes e peças, produtos secundários e materiais de embalagens, fabricados em território amazonense, preferencialmente no interior do Estado; (viii) utilizar, em condições semelhantes de competitividade, infraestrutura local de serviços, tais como: publicidade, consultoria, construção civil, contabilidade, gráficos, segurança, fechamento de contrato de câmbio, aquisição de passagens aéreas e locação de veículos; (ix) manter a administração no Estado, inclusive um diretor residente; (x) recolher o FGTS e contribuições sociais e previdenciárias no Estado do Amazonas; (xi) manter menores e deficientes físicos em seu quadro funcional; (xii) recolher o ICMS apurado, relativo à saída do produto incentivado, no prazo regulamentar; e (xiii) recolher contribuição financeira, em caráter irretratável e irrevogável, durante todo o período de fruição dos incentivos, e informar o valor da contribuição no quadro de informações complementares da Declaração de Apuração Mensal – DAM. As penalidades pelo descumprimento das condições podem acarretar a perda dos incentivos, suspensão dos incentivos até a sua regularização, perda dos incentivos no período a que se referir a infração ou multa, de acordo com a condição descumprida. Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.
Em relação aos benefícios estaduais, vale mencionar que, em tese, os Estados não possuem a prerrogativa de conceder incentivos de ICMS de forma unilateral, a menos que todos os outros entes federativos concordem com tal concessão, mediante aprovação do Confaz. Nesse sentido, do ponto de vista jurídico, incentivos fiscais concedidos sem a autorização do Confaz (tal como os benefícios concedidos pelo Estado do Amazonas) podem ter a sua constitucionalidade questionada. Ainda sobre o assunto, o Superior Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para ingressar com ações civis públicas visando à declaração de inconstitucionalidade de benefícios fiscais unilateralmente concedidos pelos Estados.
Adicionalmente, há o risco de que alterações legislativas ou decisões judiciais possam proibir, interromper, limitar ou modificar o uso dos incentivos fiscais existentes na data deste Formulário de Referência. Qualquer suspensão, vencimento antecipado, limitação, ressarcimento ou impossibilidade de renovar tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais. Se perdermos nossos benefícios e incentivos fiscais ou se formos incapazes de cumprir exigências futuras, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira sofrerão impacto adverso relevante.

Poderemos enfrentar aumento de concorrência se alterações na legislação brasileira relativa à tributação e precificação a tornarem mais favorável a bens importados.

Na data deste Formulário de Referência, temos aproximadamente três grandes concorrentes regionais e nacionais na indústria de relógios brasileira. Não enfrentamos atualmente concorrência direta relevante de relógios importados, devido à atual legislação brasileira que impõe quantia significativa de tributos a bens importados, aumentando drasticamente os preços de relógios importados e, assim, colocando esses produtos importados em uma faixa de preço diversa daquela adotada em nosso portfólio. Se a legislação aplicável em relação a preços, encargos, tarifas ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

tributos se tornar mais favorável a produtos importados, enfrentaremos aumento da concorrência de fabricantes estrangeiros, importadores e distribuidores. Não temos controle sobre, nem podemos prever, quaisquer medidas ou políticas que o Governo Federal do Brasil adotará no futuro. Se não formos capazes de competir com maior ingresso de relógios e acessórios importados, nossa participação no mercado, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os nossos resultados operacionais e os resultados operacionais de nossos clientes.

O Governo Federal do Brasil regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária incidente sobre determinados setores econômicos. Essas alterações incluem modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão nos sujeitar a novos recolhimentos não previstos inicialmente, o que poderá afetar negativamente o nosso resultado operacional. Da mesma forma, essas medidas poderão afetar adversamente os negócios e a situação financeira de nossos clientes, o que poderá ter impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Nossa operação em países estrangeiros não nos expõe a riscos que não tenham sido especificados neste item 4.1.

j) questões sociais

Os assuntos relacionados à sigla ESG estão recebendo cada vez mais atenção e a Companhia está constantemente empenhada em evoluir em todas as suas vertentes. Reconhecemos que nosso negócio pode ser afetado por diversas questões sociais, tais como o aumento de doenças psicológicas, o crescimento do desemprego e a escassez de mão de obra qualificada.

k) questões ambientais

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais que visam preservar e proteger o meio ambiente. Essas leis e regulamentações estabelecem requisitos e padrões para licenciamento ambiental, controle de emissões atmosféricas, limites de ruídos e proteção de áreas especiais, entre outras obrigações. O não cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais pode resultar em sanções administrativas e penais, bem como na obrigação de remediar danos causados ou indenizar terceiros.

Não podemos garantir que essas leis e regulamentações não se tornem mais rigorosas. Caso isso ocorra, poderemos ter que aumentar significativamente nossos gastos para cumprir tais exigências ambientais. Investimentos não previstos em questões ambientais podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e ter um impacto substancial e negativo em nossa empresa.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As mudanças climáticas apresentam diversos tipos de riscos, incluindo riscos de transição, riscos físicos e outros que podem ter um impacto adverso sobre nós. O risco climático é um risco abrangente que pode agravar os riscos tradicionais que enfrentamos em nossas operações comerciais normais,

4.1 Descrição dos fatores de risco

conforme descrito anteriormente. Com base nas classificações da Task-Force on Climate-Related Financial Disclosures, identificamos duas fontes principais de riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas: riscos físicos e riscos de transição. Esses riscos podem afetar negativamente nossos negócios, condição e resultados operacionais.
Os riscos físicos são decorrentes das mudanças climáticas e podem ser causados por eventos climáticos extremos, como secas, furacões ou inundações, ou por mudanças de longo prazo nos padrões climáticos, como variações nas chuvas, aumento das temperaturas médias, ondas de calor persistentes ou elevação do nível do mar. No Brasil, especialmente, temos observado mudanças frequentes nos padrões pluviométricos, resultando em enchentes, deslizamentos de encostas e impactos negativos em nossos negócios. A escassez de chuvas afeta os níveis dos reservatórios de água, influenciando a disponibilidade e os custos da energia elétrica, e pode levar a restrições governamentais nas atividades industriais e no fornecimento de água para consumo humano.

Os riscos de transição estão relacionados às ações necessárias para atender aos requisitos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Esses riscos podem se manifestar em várias categorias, como mudanças no mercado de commodities, produtos e serviços devido à consideração crescente dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Além disso, melhorias tecnológicas para promover a transição para uma economia de baixo carbono e as políticas governamentais de restrição e promoção da adaptação às mudanças climáticas também podem ter um impacto financeiro significativo em nossos negócios, operações e resultados.

Esses riscos de transição podem incluir escassez de insumos e matérias-primas, gastos adicionais com a adoção de tecnologias sustentáveis, regulamentos de precificação de carbono e emissões de gases de efeito estufa, aumento de custos, adequações na produção para cumprir restrições relacionadas aos recursos hídricos, dificuldades de acesso a ativos ou escassez de matérias-primas, e perda de receita devido à retirada de produtos menos sustentáveis de nosso portfólio.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Riscos macroeconômicos

A variáveis que influenciam a economia brasileira, nossos negócios e resultados, podem também impactar o preço de nossas ações. A instabilidade política e escândalos de corrupção influenciam a confiança dos investidores e a economia do país, resultando em desaceleração econômica e maior volatilidade nos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Novos escândalos de corrupção podem surgir, afetando nossa imagem e reputação. Além disso, surtos de doenças transmissíveis, como a COVID-19, podem causar volatilidade no mercado de capitais global e pressão negativa sobre a economia brasileira, afetando o mercado de nossas ações.

As crises políticas e os escândalos de corrupção afetam negativamente a economia brasileira, a confiança dos investidores e o desempenho das empresas do país. Novas investigações e alegações podem surgir, aumentando a instabilidade política e econômica. Além disso, surtos de doenças transmissíveis, como a COVID-19, têm impacto no mercado de capitais global e na economia brasileira, afetando o valor de nossas ações. Restrições e medidas de contenção adotadas em resposta a essas doenças também podem resultar no fechamento de espaços públicos e afetar nossas operações em lojas.

A instabilidade política, os escândalos de corrupção e surtos de doenças como a COVID-19 têm consequências financeiras negativas. Esses fatores afetam nossa condição financeira, resultados operacionais e o preço de nossas ações. Além disso, mudanças significativas nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira podem diminuir o interesse dos investidores em ativos brasileiros, o que tem um impacto adverso no valor desses ativos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos.

Fornecedores, Riscos tributários, Rede de clientes, Riscos Macroeconômicos, Risco cadeia logísticas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrição dos principais riscos de mercado

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afet ar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo G overno Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumen to das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a con tas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas . Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro , e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas po líticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a t ítulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em con versões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse s entido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, pa ra fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversa mente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar press ões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo G overno Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um to

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

do, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compra de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que podemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos produtos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos relógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, consequentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investid

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

os no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam , de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valo res mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleraçã o generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. **4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afet ar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo G overno Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumen to das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a con tas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas . Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro , e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas po líticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a t ítulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em con versões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse s entido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, pa ra fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversa mente.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar press ões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo G overno Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um to do, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política an ti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade eco nômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando conseq uências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compr a de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos ca pazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cob rir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas marge ns líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela in flação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que pode remos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse perí odo, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cam biais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio en tre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econôm ica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o r eal não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e aca rretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nosso s resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos pro dutos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos rel ógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, cons equentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários br

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

asileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. **4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afetar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em con

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

versões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse s entido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, pa ra fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversa mente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar press ões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo G overno Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um to do, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política an ti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade eco nômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando conseq uências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compr a de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos ca pazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cob rir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas marge ns líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela in flação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que pode remos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse perí odo, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cam biais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio en tre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econôm ica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o r eal não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e aca

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

rretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nosso s resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos pro dutos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos rel ógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, cons equentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários br asileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferen tes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América La tina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses p aíses seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valor es mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente res ultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investid os no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam , de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valo res mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleraçã o generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. **4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afet ar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo G overno Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumen to das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a con tas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas . Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro , e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas po líticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em conversões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse sentido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, para fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversamente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia como um todo, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compra de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que podemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio en

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

tre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos produtos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos relógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, consequentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. **4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afetar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a con

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

tas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas . Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro , e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas po líticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a t ítulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em con versões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse s entido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, pa ra fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversa mente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar press ões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo G overno Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um to do, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política an ti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade eco nômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando conseq uências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compr a de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos ca pazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cob rir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas marge

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

ns líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela in flação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que pode remos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse perí odo, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cam biais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio en tre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econôm ica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o r eal não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e aca rretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nosso s resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos pro dutos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos rel ógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, cons equentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários br asileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferen tes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América La tina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses p aíses seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valor es mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente res ultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investid os no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam , de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valo res mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleraçã o generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. **4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afet ar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo G overno Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumen to das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a con tas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas . Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro , e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas po líticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a t ítulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em con versões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse s entido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, pa ra fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversa mente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar press ões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo G

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

overno Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um to do, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política an ti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade eco nômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando conseq uências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compr a de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos ca pazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cob rir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas marge ns líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela in flação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que pode remos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse perí odo, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cam biais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio en tre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econôm ica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o r eal não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e aca rretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nosso s resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos pro dutos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos rel ógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, cons equentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários br asileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferen tes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América La tina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses p aíses seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valor es mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente res

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

ultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investid os no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam , de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valo res mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleraçã o generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. **4.3. Descrição dos principais riscos de mercado**

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afet ar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo G overno Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumen to das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a con tas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas . Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro , e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas po líticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a t ítulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em con versões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse s entido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, pa ra fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversa

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

mente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 17,78%, 5,45%, -3,18% e 6,54% em 2021, 2022, 2023 e 2024 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 10,06%, 5,79%, 4,62% e 4,83% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar press ões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo G overno Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um to do, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política an ti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade eco nômica e de poder aquisitivo da população, além da falta de crédito disponível no mercado, gerando conseq uências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compr a de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos ca pazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cob rir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas marge ns líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela in flação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que pode remos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse perí odo, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cam biais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio en tre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econôm ica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em R$ 5,6, em 2022 o câmbio fechou em R$ 5,2, em 2023 a R$ 4,84 e em 2024 a R$ 6,2. Não se pode garantir que o r eal não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e aca rretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nosso s resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos pro dutos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos rel ógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, cons equentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários br asileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferen tes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América La tina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses p aíses seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valor es mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente res ultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investid os no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam , de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valo res mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleraçã o generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando.

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

Atualmente, somos parte em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e previdenciária, sendo que, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$48,7 milhões encontrava-se provisionado, valor este que nossa Administração entende ser suficiente. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, onde somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda “provável”. Abaixo, são apresentados os processos judiciais e administrativos de maior relevância em que somos parte.

	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2022	38.811	6.375	669	17.595	63.450
Provisão no exercício	2.960	1.148	212	1.344	5.664
Reversão de provisão no Exercício	-	(3.780)	(465)	(8.307)	(12.552)
Em 31 de dezembro de 2023	41.771	3.743	416	10.632	56.562
Em 31 de dezembro de 2023					
Provisão no período	**2.376**	**1.891**	**177**	**586**	**5.030**
Reversão de provisão no período	**(586)**	**(1.400)**	**(10)**	**(10.862)**	**(12.858)**
Em 31 de dezembro de 2024	**43.561**	**4.234**	**583**	**356**	**48.734**

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, éramos réus em 79 ações cíveis, que perfaziam uma contingência passiva entre prováveis e possíveis de, aproximadamente, R$6,5 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, razão pela qual não constituímos provisão para todos os processos cíveis, conforme tabela acima. Em 31 de dezembro de 2024, éramos autores de 45 processos, onde atuamos de forma ativa, que perfazem um total de aproximadamente R$ 27 milhões.

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, éramos réus em 30 ações trabalhistas, que perfaziam um valor total entre prováveis e possíveis de, aproximadamente, R$ 4,8 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, no montante de, aproximadamente, R$ 4,2 milhões.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2024 éramos réus em 41 processos judiciais e administrativos envolvendo aspectos tributários, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R$ 51,6 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos não foi constituída provisão, pois todos os processos estavam classificados como remotos ou possíveis de perda.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Dentre os processos tributários e ambiental dos quais somos parte, merecem destaque os seguintes:

Processo nº 100486120/2018-40

Juízo:	Tribunal Regional Federal 1ºRegião TRF1
Instância:	1º Instância
Data de instauração:	23/12/2008
Partes no processo:	Autor: Receita Federal Ré: TASA
Valores, bens ou direitos envolvidos:	R$ 14.085.610,40
Principais fatos:	Trata-se de auto de infração em relação a IRPJ e CSLL do ano-base de 2003, relativos a bens adquiridos no exterior de pessoa jurídica domiciliada em país com tributação favorecida, consoante regras de preço de transferência. A impugnação apresentada pela TASA ao Auto de Infração foi parcialmente favorável em 12 de maio de 2011. A TASA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, o qual foi julgado de forma parcialmente favorável em 8 de maio de 2012 para reduzir o valor do auto de infração. Após a interposição de recurso voluntário pela TASA houve vitória frente a mais um ponto da autuação fiscal, para que o cálculo do preço de transferência levasse em consideração o ICMS efetivamente recolhido aos cofres públicos de R$ 9.991.192,21, e não o valor mantido em decisão de primeira instância, de R$ 13.336.407,85, acarretando consequente redução do crédito tributário. O processo foi remetido de Brasília à Receita Federal de Manaus em abril de 2013, para que a TASA seja intimada deste último acórdão, de modo a que possa interpor recurso especial (desde que haja divergência de entendimento quanto a matéria em outras turmas julgadoras) à Câmara Superior de Recursos Fiscais em relação à legalidade da IN RFB nº 243/02 em face da Lei nº 9.430/96, no que diz respeito ao cálculo do preço de transferência. Cumpre frisar que a Fazenda Nacional não interpôs recurso especial quanto à parte do acórdão do CARF favorável a TASA. Atualmente o auto de infração está sendo discutido na esfera judicial.
resumo das decisões de mérito proferidas	ação anulatória requerendo que seja acolhida a tutela de urgência pleiteada, recebendo, de forma antecipada, o seguro apresentado como garantia integral do débito cobrado através do processo administrativo nº 10283- 721.301/2008-61, fazendo com que este deixe de ser óbice à expedição da certidão negativa, nos termos do art. 206, do ctn, bem como julgar procedente o pedido para, reconhecendo a ilegalidade da in srf nº 243/02, para extinguir integralmente o crédito tributário proveniente do processo administrativo nº 10283-721.301/2008-61, decorrentes de indevida apuração de preço de transferência em operações de importação no ano de 2003; eis que, tomando por base exclusivamente o disposto na lei nº 9.430/96, não existiria qualquer ajuste a ser feito nos preços de transferência.
estágio do processo	Em 29.10.2018 ajuizada ação anulatória. Em 06.11.2018 oferecia garantia. Em 21.02.2019 apresentada Réplica. Em 11.03.2020 proferida sentença julgando improcedente. Em 24.05.2020 interposta Apelação pela Technos. 31.12.2023

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação
Chance de perda:	Possível
motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevante devido ao valor da causa.
Análise do impacto em caso de perda do processo:	Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.
Valor provisionado, se houver:	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico possível de perda.

Outros processos judiciais, administrativos ou arbitrais

Não se aplica.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não se aplica, pois não existem processos descritos no item 4.4. deste Formulário de Referência.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer processo sigiloso relevante no qual a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenha sido divulgado no item 4.4 deste Formulário de Referência.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Política de Gerenciamento de Riscos em Reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2022.

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados periodicamente, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados.

O acompanhamento dos riscos da Companhia é feito pela Diretoria. O processo de identificação, análise e monitoramento dos riscos é acompanhado pelo Conselho de Administração, que possui poderes para a tomada de decisão sobre as estratégias a serem adotadas pela Companhia.

Os Diretores são os responsáveis pelos sistemas de controles internos e gestão de riscos, cabendo-lhes revisar periodicamente esses sistemas, identificar falhas e propor melhorias. A Diretoria deve facilitar e assegurar o acesso dos membros do Conselho de Administração e de seus comitês, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

A Companhia possui uma política formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração para mitigar o risco cambial das compras de insumos importados. Em 2022, esta política previa uma faixa de hedge de [50% a 80%] de toda exposição cambial conhecida num horizonte de até 6 meses. Esta exposição cambial conhecida derivou principalmente de pedidos colocados junto a fornecedores estrangeiros, incluindo pedidos já despachados e pedidos ainda em produção.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Informática para direcionar a utilização dos recursos de tecnologia da informação da empresa de maneira adequada e alinhada com a mitigação de riscos cibernéticos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

1.Entende-se por “risco” toda ameaça de eventos ou ações que possam impactar o atingimento dos objetivos da Companhia. É inerente a qualquer atividade e pode afetar adversamente os ativos, resultados, imagem ou continuidade dos negócios da Companhia.

1.1 Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados periodicamente, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados. Tais riscos devem ser categorizados de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

i. Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.
ii. Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

• Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços dos commodities;

• Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;

• Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. Riscos de Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

iv. Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos.

v. Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Companhia está dedicada ao desenvolvimento de suas atividades, mantendo elevados padrões de governança e transparência, administrando as operações de modo a evitar, mitigar e gerenciar impactos e riscos aos quais esteja exposta.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar e avaliar periodicamente a adequação da presente Política;

(ii) supervisionar, em conjunto com o Comitê de Auditoria, a estrutura de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente sua eficácia; (iii) assegurar os recursos humanos e financeiros necessários à condução das atividades de gerenciamento de risco; e (iv) aprovar o nível de exposição a risco da Companhia na condução de seus negócios.

Diretoria: responsável por (i) estabelecer as diretrizes estratégicas de apetite ao risco, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) estabelecer e coordenar a estrutura de gestão de riscos da Companhia; e (iii) avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, tendo por base o Modelo de Três Linhas de Defesa recomendado pelo The Institute of Internal Auditors- IIA.

1ª Linha de Defesa: é composta pelos líderes da Companhia e demais colaboradores que executam as atividades finais da Companhia. É responsável por:

(i) Identificar, monitorar e implementar diretamente ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar na gestão diária operacional da Companhia, observado o disposto nesta Política;
(ii) Incorporar as avaliações e aplicar as diretrizes definidas pela 2ª Linha de Defesa;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) Reportar à Diretoria informações relevantes no que tange aos processos descritos nos itens (i) e (ii).

2ª Linha de Defesa: é composta pelo Departamento Jurídico e Compliance, pelo Comitê de Ética quando instalado, e pelas demais áreas internas de suporte à 1ª Linha de Defesa. É responsável por:
(i) Identificar, monitorar e implementar, direta ou indiretamente, ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar, observado o disposto nesta Política;
(ii) Analisar os riscos identificados pela 1ª Linha de Defesa e auxiliá-la a desenvolver processos e controles internos de gerenciamento de risco;
(iii) Fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos;
(iv) Monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos pela 1ª Linha de Defesa;
(v) Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na implantação;
(vi) Reportar à Diretoria informações relevantes no âmbito de suas atividades;
(vii) Analisar e investigar denúncias recebidas, inclusive quando enviadas por meio do canal de denúncia da Companhia.

3ª Linha de Defesa: será composta pela área de auditoria da Companhia, seja uma estrutura de auditoria interna, seja um terceiro contratado para prestação deste serviço, (“Auditoria Interna”) da Companhia, responsável por:

(i) Atuar junto às demais linhas de defesas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, fornecendo análises independentes sobre a qualidade dos processos de gerenciamento e supervisionando a implementação de ações corretivas ou de mitigação de riscos;
(ii) Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos;
(iii) Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê de Auditoria”) os resultados das análises independentes e dos testes de efetividade indicados no item (ii) acima.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossa administração é responsável por adotar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras. Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos nossos controles internos. Os princípios de controle estão incorporados nas atividades diárias das áreas envolvidas, notadamente, nesse aspecto, as áreas financeira e contábil.

Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Nos três últimos exercícios sociais, executamos projetos com consultorias especializadas a fim de otimizar e formalizar nossos procedimentos contábeis, fiscais e financeiros e consequentemente aumentar o grau de eficiência dos controles internos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas financeira e contábil são responsáveis pelos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Não temos, no entanto, uma estrutura organizacional dedicada especificamente a controles internos. Os gestores têm responsabilidade de acompanhar e direcionar os controles, que são realizados no dia a dia das atividades.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração atua bastante próximo da gestão financeira, acompanhando os processos de forma rotineira. O gerente financeiro, o diretor financeiro e de relações com investidores, o diretor presidente e os demais diretores, assim como o Conselho de Administração, recebem mensalmente um Book de resultados da Companhia com os principais indicadores financeiros e do negócio.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Parte do trabalho anual realizado pelos Auditores Independentes consiste em uma avaliação dos nossos sistemas contábeis e de nossos controles internos relacionados à elaboração de nossas demonstrações financeiras, apresentando recomendações para o fortalecimento de tais controles.

Todas as recomendações são cuidadosamente avaliadas pela nossa administração, com a criação subsequente de planos de ações nas áreas envolvidas para a implantação dessas recomendações. Destacamos que ao longo dos últimos três anos, tanto a quantidade quanto a gravidade das recomendações de fortalecimento dos controles por parte de nossos Auditores Independentes têm reduzido, refletindo o trabalho de solidificação da Companhia. É realizada reunião dos responsáveis pelas áreas financeira e contábil da Companhia com representantes da Auditoria Independente, onde essa apresenta seus comentários e sugestões para aperfeiçoamento dos controles e processos. Tais aspectos são discutidos e avaliados em conjunto com a equipe interna e, posteriormente, é apresentado relatório circunstanciado. Nos

5.2 Descrição dos controles internos

últimos três exercícios sociais, não foram relatados pelos Auditores Independentes comentários referentes a deficiências significativas, sendo discutidos apenas recomendações operacionais, relacionadas a assuntos de pequena monta, que não impactam os negócios ou a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A despeito do fato de que as recomendações e sugestões apontadas pela Auditoria Independente serem pequenas e de cunho operacional, os diretores acompanham as discussões com a equipe interna e avaliam o relatório circunstanciado cuidadosamente, de modo a garantir que eventuais ajustes nos processos sejam realizados buscando a melhoria dos mesmos. Em conjunto com a equipe operacional, a diretoria define plano de ações de modo a atender as recomendações.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia não possui procedimentos específicos voltados para a administração pública por esta não ser uma contraparte comercial relevante. O relacionamento com a administração pública é coberto pelo Código de Conduta Ética da Companhia.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia dispõe de um Código de Conduta Ética e todos os empregados da Companhia são treinados sobre as regras do código durante sua integração à Companhia e assinam um Termo de Responsabilidade.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui canal de denúncias gerido por empresa externa e independente, por meio do qual colaboradores, acionistas, fornecedores ou quaisquer terceiros poderão apresentar denúncia sobre o eventual descumprimento deste Código, das políticas, dos regimentos e do Estatuto Social da Companhia, bem como da legislação e das demais normas aplicáveis à Companhia.

As denúncias poderão ser efetivadas por meio do portal https://contatoseguro.com.br/empresa ou pelo telefone 0800 515 2204.

As denúncias serão recebidas pela empresa externa que gere o canal e, posteriormente, serão direcionadas ao Comitê de Ética da Companhia e a eventuais outros membros da Companhia. As informações fornecidas mediante o uso do referido canal serão compartilhadas exclusivamente com as pessoas cujo acesso é essencial ao processamento da denúncia.

Essa avaliação poderá ser exclusiva da empresa que gere o canal de denúncias ou em conjunto com o Comitê de Ética.

A empresa que gerir o canal de denúncias será responsável por apresentar o status da denúncia ao denunciante, sempre de forma sucinta e respeitando a confidencialidade das informações. Em casos específicos, essa atualização poderá ser realizada pelo Comitê de Ética da Companhia.

Eventuais dúvidas sobre o tema poderão ser encaminhadas para o e-mail juridico@grupotechnos.com.br, cujo esclarecimento seguirá o mesmo padrão de sigilo e será tratado pelo Departamento Jurídico e de Compliance da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui o Código de ética aprovada pelo Conselho de administração aprovado do dia 29 de abril de 2022.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta Ética se aplica a todos os Conselheiros, Diretores e Empregados da Companhia. Todos recebem cópia do documento e assinam um Termo de Responsabilidade.

Além disso, a Companhia possuiu Código de Conduta de Fornecedores.

• se com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao tema

Diretores e empregados da Companhia são treinados quando identificado a necessidade em relação ao Código de Conduta Ética.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O desrespeito ao Código de Ética levará à abertura de sindicância administrativa para averiguação de possíveis irregularidades e poderá sujeitar os Colaboradores às seguintes medidas disciplinares, independentemente de outras ações que o Grupo Technos possa adotar:

(a) advertência por escrito;

(b) suspensão; e

(c) demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista.

Os Colaboradores que deliberadamente deixarem de notificar violações ao Código de Ética ou omitirem informações relevantes também estarão sujeitos a medidas disciplinares.

Os casos que não estejam nele explicitados serão tratados como exceção e encaminhados ao RH, que analisará e decidirá conforme os princípios deste Código.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Ética da Companhia foi formalmente aprovado pelo conselho de administração em 29 de abril de 2022, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia em www.grupotechnos.com.br

5.3 Programa de integridade

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui canal de denúncias gerido por empresa externa e independente, por meio do qual colaboradores, acionistas, fornecedores ou quaisquer terceiros poderão apresentar denúncia sobre o eventual descumprimento deste Código, das políticas, dos regimentos e do Estatuto Social da Companhia, bem como da legislação e das demais normas aplicáveis à Companhia.

As denúncias poderão ser efetivadas por meio do portal https://contatoseguro.com.br/empresa ou pelo telefone 0800 515 2204.

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é externo conforme indicado no item anterior.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia possui canal de denúncias gerido por empresa externa e independente, por meio do qual colaboradores, acionistas, fornecedores ou quaisquer terceiros poderão apresentar denúncia sobre o eventual descumprimento deste Código, das políticas, dos regimentos e do Estatuto Social da Companhia, bem como da legislação e das demais normas aplicáveis à Companhia.

As denúncias poderão ser efetivadas por meio do portal https://contatoseguro.com.br/empresa ou pelo telefone 0800 515 2204.

O tratamento das denúncias que chegarem até o canal será regido pela mais alta confidencialidade, mesmo que o autor deseje se identificar.

As denúncias serão recebidas pela empresa externa que gere o canal e, posteriormente, serão direcionadas ao Comitê de Ética da Companhia e a eventuais outros membros da Companhia. As informações fornecidas mediante o uso do referido canal serão compartilhadas exclusivamente com as pessoas cujo acesso é essencial ao processamento da denúncia.

Essa avaliação poderá ser exclusiva da empresa que gere o canal de denúncias ou em conjunto com o Comitê de Ética.

A empresa que gerir o canal de denúncias será responsável por apresentar o status da denúncia ao denunciante, sempre de forma sucinta e respeitando a confidencialidade das informações. Em casos específicos, essa atualização poderá ser realizada pelo Comitê de Ética da Companhia.

A Companhia não tolerará nenhuma forma de retaliação ao Colaborador que, de boa-fé, apresentou denúncia de qualquer espécie. Caso seja identificada alguma retaliação, os Colaboradores são incentivados a reportá-la aos canais indicados acima.

5.3 Programa de integridade

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias serão recebidas pela empresa externa que gere o canal e, posteriormente, serão direcionadas ao Comitê de Ética da Companhia e a eventuais outros membros da Companhia, a quem cabe apurá-las.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram identificados pela Companhia casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui mecanismos e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, conforme indicado no item 5.2.“a” acima.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No exercício de 2024, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está e xposta ou em nossos processos de gerenciamento de riscos.

A Companhia mantém atuação no mesmo mercado e segmentos e direcionamento estratégico. A despeito da volatilidade do câmbio. Em razão do nosso modelo de negócio, com alta dependência de aquisição de peças e componentes no exterior, e com venda de produtos basicamente no mercado nacional, em reais, o acompanhamento de tais aspectos permanece relevante para nós, como fatores de risco intrínsecos às atividades.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos relevantes, além daquelas já apresentadas neste item 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

JOAQUIM PEDRO ANDRÉS RIBEIRO

002.272.786-82	Brasil	Não	Não	11/03/2025	
Não					
12.043.557	19,470	0	0,000	12.043.557	19,470

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

RENATO JOSÉ GOETTEMS

003.315.030-34	Brasil	Não	Não	16/07/2024	
Não					
8.358.887	13,513	0	0,000	8.358.887	13,513

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Swensen LTD

43.761.464/0001-23	Grã-Bretanha (Reino Unido, UK)	Não	Não	19/10/2023	
Sim	Aymeric Chaumet		Fisica	110.246.171-73	
20.653.900	33,390	0	0,000	20.653.900	33,390

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

AÇÕES EM TESOURARIA

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
520.428	0,841	0	0,000	520.428	0,841
OUTROS					
20.279.443	32,785	0	0,000	20.279.443	32,785
TOTAL					
61.856.215	100,000	0	0,000	61.856.215	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/05/2025
Quantidade acionistas pessoa física	11.442
Quantidade acionistas pessoa jurídica	40
Quantidade investidores institucionais	19

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

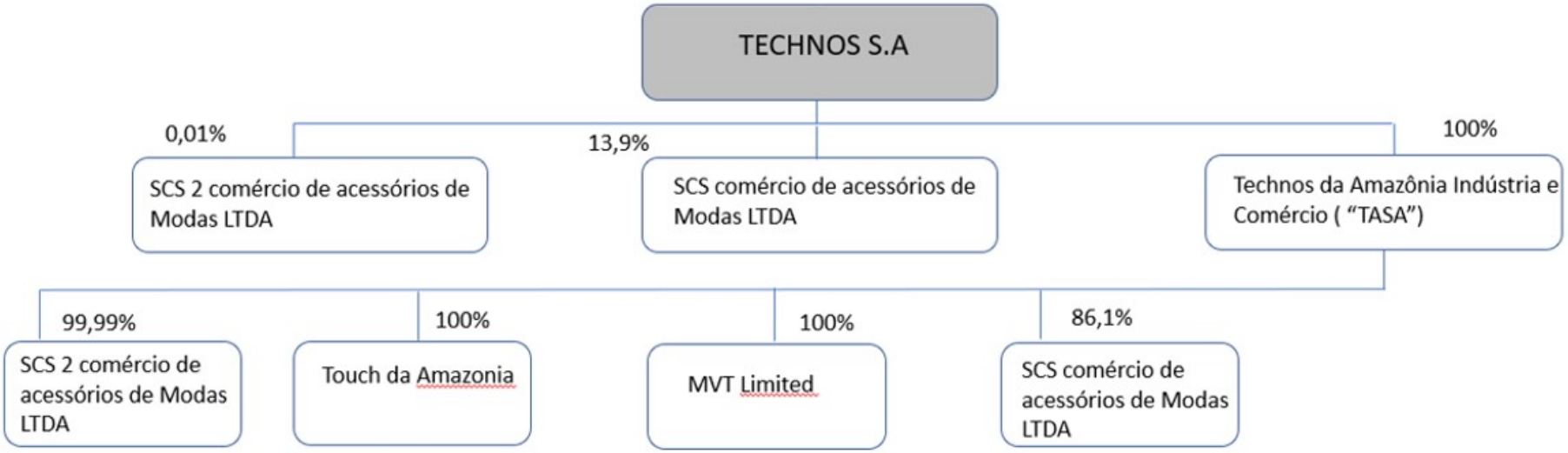
Quantidade ordinárias	18.273.157	29,541%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	18.273.157	29,541%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SCS 2 Comércio de Acessórios de Moda Ltda.	28.778.134/0001-57	100
SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda.	14.782.588/0001-97	100
Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.	04.628.426/0001-45	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022 foram aprovadas a Política de Avaliação de Desempenho e a Política de Indicação da Technos, as quais estão disponíveis no website de RI da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022 foi aprovada a Política de Avaliação de Desempenho da Technos, a qual está disponível no website de RI da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

A Política visa a estabelecer as regras e princípios gerais aplicáveis ao processo de avaliação do desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado semestralmente, em conjunto com a avaliação de desempenho dos demais colaboradores da Companhia, e poderá ser conduzida de (a) forma interna, sendo liderada e coordenada pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia; e/ou (b) por consultoria externa independente, com renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho.

A Companhia entende que avaliação dos altos membros de sua administração é etapa fundamental à integração e alinhamento estratégico de seus componentes, permitindo o aprimoramento de processos decisórios-chave e a proteção de investimentos realizados pelos seus acionistas. Independentemente dos períodos e registros oficiais, as avaliações e *feedbacks* devem ocorrer periodicamente, ao longo do ano, de forma clara e constante, a fim de propiciar o aprimoramento de cada Colaborador.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Conforme já mencionado, a avaliação de desempenho dos integrantes do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria poderá ser conduzida (a) de forma interna, sendo liderada e coordenada pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia; e/ou (b) por consultoria externa independente, com renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho.

Na avaliação de desempenho por consultores externos, o consultor poderá proceder com a avaliação por (a) Órgão Administrativo; e/ou (b) por integrante, de modo individual; a exclusivo critério da Companhia. O Consultor Externo deverá realizar reunião prévia com os integrantes dos Órgãos Administrativos informando a metodologia e etapas do processo de avaliação de desempenho.

Cada Colaborador deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes ao Órgão Administrativo em questão e respectivos integrantes, sendo abordados, dentre outros tópicos:

(i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes do Órgão Administrativo que integram, bem como em relação aos acionistas da Companhia;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em processos decisórios;

(iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelo Órgão Administrativo que integram;

(iv) o alinhamento dos integrantes do Órgão Administrativo que integram com a cultura e princípios corporativos da Companhia;

(v) a composição técnica do Órgão Administrativo que integram;

(vi) o comprometimento dos integrantes do respectivo Órgão Administrativo para com os objetivos da Companhia;

(vii) o comprometimento dos integrantes do respectivo Órgão Administrativo com criação de valor para os acionistas da Companhia;

(viii) a adequação do número de membros de cada Órgão Administrativo da Companhia; e

(ix) a delegação de competências entre os diferentes Órgãos Administrativos da Companhia.

A avaliação de desempenho, quando realizada de forma interna, será implementada conforme sistema próprio da Companhia, com acesso pessoal e restrito, por meio do Sistema Avatech.

A metodologia de avaliação utilizada para os integrantes do Conselho de Administração contará com dois ciclos semestrais com avaliação 180º, na qual a nota final é composta pelas notas de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo Presidente do Conselho de Administração.

A metodologia de avaliação utilizada para a Diretoria conta com dois ciclos semestrais de avaliação, sendo o primeiro ciclo composto pela avaliação 360º, que inclui a autoavaliação, avaliação dos pares, avaliação pelo Conselho de Administração e pela equipe liderada direta pelo referido Diretor. O segundo ciclo possui formato 180º, na qual a nota final é composta pelas notas de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo Conselho de Administração.

A metodologia de avaliação utilizada para os integrantes dos Comitês de Assessoramento contará com dois ciclos semestrais, no formato 180º, composto pelas notas de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo Conselho de Administração.

A avaliação se baseia em comportamentos desdobrados a partir dos valores da Companhia, quais sejam: (a) Gente; (b) Integridade; (c) Qualidade; (d) Inovação; (e) Meritocracia; (f) Dono do Negócio (g) Foco no Cliente; com valores traduzidos em comportamentos que possam ser observados no dia a dia de todos os Colaboradores facilitando a compreensão de como a Companhia espera que ajam para a entrega de resultados. Para maior detalhamento, consultar a Política de Avaliação de Desempenho no site https://www.grupotechnos.com.br/pt.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O Consultor Externo deverá elaborar um relatório de *feedback*, a ser apresentado aos Colaboradores, resguardada a confidencialidade das informações prestadas por seus participantes. O relatório de *feedback* deverá indicar: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos Colaboradores, conforme o caso, de modo individual e colegiado. As conclusões obtidas no curso do processo de avaliação, bem como as proposições para aprimoramento dos órgãos e integrantes avaliados, deverão ser avaliadas pelos Órgãos Administrativos em questão para estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento compreendendo, exemplificativamente, a definição de metas para o ano subsequente.

Para todas as avaliações, os *feedbacks* devem ser claros e consistentes, e as percepções devem ser baseadas em fatos e evidências.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do nosso Estatuto Social, nenhum membro do nosso Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da nossa Administração, exercer o voto, ou de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os nossos interesses, nos termos da lei.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

A Companhia não possui objetivos formais específicos aprovados com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e seu Conselho Fiscal.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Administração, em sua atuação, deve considerar interesses, expectativas e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre a comunidade e o meio ambiente local e global. Dessa forma, o Conselho de Administração e a Diretoria estão atentos às oportunidades para aprimoramento das práticas ASG adotadas pela Companhia e, também, para mitigação de potenciais riscos ambientais, entre eles aqueles relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	6
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	**0**	**0**	**0**	**0**	**8**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	6
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**8**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	6
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	**0**	**0**	**8**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria Estatutário

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2022 foi aprovada, por unanimidade de votos válidos, a alteração e consolidação do Estatuto Social da Technos. Nesse sentido, conforme prevê o artigo 38 do Estatuto, foi instalado o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), órgão colegiado de assessoramento e instrução vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes.

O CAE tem funcionamento permanente e é composto de, no mínimo 3 (três) membros, devendo observar os seguintes requisitos: (i) ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente da Companhia; (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e (iii) os membros do CAE não poderão participar da Diretoria.

Os atuais membros do CAE são, a saber:

Evelyn Veloso Trindade

João Paulo de Carvalho

Rafael de Souza Morsch

Os membros do CAE serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de até 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos. O CAE possui um Regimento Interno aprovado em 29 de abril de 2022 em reunião do Conselho de Administração, e tem por objetivo disciplinar seu funcionamento, estrutura e forma de atuação, bem como permitir que os demais órgãos internos da Companhia, seus acionistas e demais interessados na Companhia acompanhem a atuação do Comitê de Auditoria, observadas as disposições do estatuto social da Companhia e da legislação aplicável, contribuindo assim para o fortalecimento de suas práticas de governança. A íntegra do Regimento Interno do Comitê e Auditoria Estatuário está disponível no website de RI da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Competirá ao órgão:

a) elaborar relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras;

b) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

c) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;

d) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores;

e) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

f) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia;

g) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;

h) manifestar-se sobre o relatório de recomendação de falha dos controles internos da auditoria independente;

i) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

j) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos e de auditoria, interna ou externa, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado;

k) receber e dar o devido tratamento às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo canal de denúncia, nos termos da Cláusula 7.5 do Estatuto Social da Companhia, garantindo a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciantes;

l) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia;

m) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, ou prestador de serviços externo contratado pela Companhia para o exercício de tal função, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

n) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;

o) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;

p) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

q) supervisionar as atividades dos auditores independentes, da área de controles internos da Companhia, da área de auditoria interna da Companhia, ou prestador de serviços externo contratado pela Companhia para o exercício de tal função, e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

r) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e

s) controlar acesso ao endereço eletrônico comiteauditoria@grupotechnos.com.br.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extraauditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A Companhia não conta com política específica de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. No entanto, cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria, e acompanhar e avaliar a efetividade dos processos de auditoria independente, solicitando esclarecimentos quando assim considerar necessário. Além disso, conforme descrito no item d) do Regime Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, cabe ao CAE garantir que não sejam contratados serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência dos auditores.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

A Companhia ainda não instituiu canal específico para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome AYMERIC CHAUMET **CPF:** 110.246.171-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** França **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 05/01/1979

Experiência Profissional: Formou-se no curso de especialização AMP da Harvard Business School em 2015. É cofundador da Financiere Moliere, empresa de investimento belga com foco em investimento direto, imobiliário e participações em fundos. Atual membro independente do conselho de administração da Morellato, empresa italiana no segmento de relógios e joias. Trabalhou na Mister Watch / AFW de 2014 a 2018, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, atuou na ILG Group de 1999 a 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. O Conselheiro declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados] ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. O Conselheiro não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANIELA DE CAMPOS PIRES DENNE **CPF:** 105.564.527-63 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 25/09/1983

Experiência Profissional: Daniela Pires, graduou-se na UFRJ em Ciências Econômicas e cursa atualmente Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Liderança e Estratégia pela Fundação Dom Cabral-BH. Possui sólida experiência nas áreas de Finanças e Supply Chain, com carreira consolidada em empresas no segmento de varejo e bens de consumo. Antes de trabalhar na Technos, sua experiência mais recente foi na B2W. O seu ingresso no Grupo Technos aconteceu em outubro de 2010, onde liderou as áreas de Planejamento, Finanças, Relação com Investidores e Supply Chain. Liderou também projetos importantes na Companhia como a integração pós aquisição do Grupo Dumont Saab, em 2013 e mais recentemente a implementação do processo de S&OP. A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2025	AGO de 2027	Diretor de Relações com Investidores		02/05/2025		30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HAROLDO LUIZ RODRIGUES FILHO **CPF:** 869.526.257-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Educador fisico **Data de Nascimento:** 24/06/1961

Experiência Profissional: Atuou como Diretor e Gerente das Lojas Renner SA de Fevereiro de 2003 a Setembro de 2018. Liderou as áreas de Compras, Operações, Gestão de Lojas e Expansão da companhia. Liderou projetos de consultoria na área de gestão de produtos e serviços para clientes como Rede Globo, Whirlpool, Leader Magazine e Unibanco de 1997 a 2003. Atuou também como Gestor e Superintendente de Negócios e de Lojas da Mesbla de 1986 a 1996. Formou-se em Educação Física pela Universidade Gama Filho em 1984 e pós graduou-se na COPPEAD em 1990. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOAQUIM PEDRO ANDRÉS RIBEIRO **CPF:** 002.272.786-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 06/12/1975

Experiência Profissional: Graduou-se em Economia na Universidade de Harvard em 1998 e formou-se no curso de especialização OPM da Harvard Business School em 2012. É Sócio-Fundador da Neopar Capital, uma empresa de investimentos de venture capital com foco em startups. Trabalhou no Grupo Technos de Maio de 2008 a Julho de 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. É membro voluntário da Fundação Estudar, Endeavor, YPO e RenovaBR. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2025	AGO de 2027	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		30/04/2025	Não	30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ AUGUSTO LOPES FIGUEIREDO **CPF:** 841.719.527-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 06/04/1966

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ. Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	AGO de 2027	Vice Presidente Cons. de Administração Independente		30/04/2025	Não	30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAFAEL DE SOUZA MORSCH **CPF:** 012.184.570-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 27/11/1990

Experiência Profissional: Rafael de Souza Morsch atualmente desempenha as funções de Diretor da Zenith Asset Management Ltda, a qual atua em gestão de investimentos; é membro do Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S/A, a qual atua no varejo de alimentos. No passado atuou como membro do Conselho de Administração da LIQ Participações S.A., a qual atua no setor de relacionamento com consumidor; membro do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S/A, a qual atua em indústria de alimentos;)membro do Conselho Fiscal da Forjas Taurus S/A, a qual atua no setor industrial bélico; membro do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, a qual atua no varejo de alimentos; membro do Conselho Fiscal da Companhia de Tecidos Santanense, a qual atua no setor industrial têxtil; membro do Conselho Fiscal da Encorpar S.A., focada em participação societária em outras empresas, e membro do Conselho Fiscal da Coteminas, a qual atua no setor industrial têxtil. O Conselheiro declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. O Conselheiro não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RENATO JOSÉ GOETTEMS **CPF:** 003.315.030-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 05/12/1945

Experiência Profissional: Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalhou por 55 anos no Grupo Technos, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e diretor comercial, cargo que ocupou durante 26 anos. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Não	30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: EVELYN VELOSO TRINDADE **CPF:** 139.105.217-03 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 02/07/1989

Experiência Profissional:

Evelyn Veloso Trindade é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA em Gestão de Negócios pela IBMEC-Rio. Evelyn possui mais de 15 anos de experiência em empresas de prestação de serviço, nos ramos Imobiliários e de Turismo, em cenários de reestruturação financeira e de negócios. Evelyn também possui forte vivência nas rotinas e atendimentos de Companhias Listadas, sendo responsável por áreas como: Planejamento Financeiro, Controladoria, Tesouraria, Contabilidade, Fiscal, Departamento Pessoal e Suprimentos. Atuando como membro efetivo de Conselhos Fiscal da Espaço Laser, CVC. E membro de Comitê de Auditoria de outras empresas listadas. A profissional declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. A profissional não é considerada pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2025	AGO de 2027			02/05/2025	29/04/2022

Nome: JOÃO PAULO DE CARVALHO **CPF:** 087.753.137-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/04/1980

Experiência Profissional:

João Paulo de Carvalho é, atualmente, Superintendente Executivo no Banco Master S.A. e possui mais de 15 anos de experiência em reestruturação corporativa, finanças corporativas, planejamento estratégico, contabilidade, planejamento financeiro, orçamento e fusões e aquisições. Já tendo trabalhado em empresas nacionais e multinacionais de diferentes segmentos corporativos, incluindo varejo, petróleo e gás, telecomunicações, serviços financeiros, entretenimento, usina de açúcar e álcool e terceirização de mão de obra (BPO). Anteriormente, foi Managing Director pela Alvarez & Marsal Brasil, tendo atuado em diversos processos de Turnaround e negociações complexas, em diferentes indústrias. Ao longo de seus 13 anos, pela Alvarez & Marsal, destacam-se os seus dois últimos mandatos interinos assumidos, sendo: (i) COO (Chief Operating Officer) e CEO (Chief Executive Officer); e (ii) CRO (Chief Restructuring Officer) de um importante grupo varejista, liderando o plano de reestruturação financeira e operacional, com auxílio de proteção judicial. Antes de ingressar na Alvarez & Marsal, trabalhou por três anos como Gerente de Planejamento Financeiro, Orçamento e Estratégia no grupo Telemar. Sr. Carvalho é bacharel em Economia, com MBA em Finanças e Gestão Empresarial pelo IBMEC-RJ. Certificação Green Belt 6Sigma pela Werkman. A profissional declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. O profissional não é considerada pessoa exposta
politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2025	AGO de 2027			02/05/2025	28/04/2023

Nome:	JOSÉ AUGUSTO LOPES FIGUEIREDO	**CPF:**	841.719.527-00	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro

Data de Nascimento: 06/04/1966

Experiência Profissional:

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ. Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2025	AGO de 2027			02/05/2025	29/04/2022

Nome: MYLENE ISABELE RIBEIRO ANDRADE **CPF:** 128.718.447-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Gerente de RH **Data de Nascimento:** 11/05/1990

Experiência Profissional:

Graduada em Psicologia pelo Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação e registrada no Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro. Possui pós-graduação em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal Fluminense e certificação em Gestão da Mudança pelo HUCMI | HCMP® 3G Expert Professional e HCMBOK® 3G Practitioner. Atua há mais de 10 anos na área de Recursos Humanos em empresas dos segmentos de varejo, indústria e serviços respondendo por projetos relacionados à Gestão de Pessoas, Atração de Talentos, Cultura e Clima, Desenvolvimento Organizacional e Educação Corporativa. É professora convidada de graduação e pós-graduação para as disciplinas de Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional no IBMR. Atualmente ocupa o cargo de Gerente de Gente no Grupo Technos respondendo à Gerência Executiva de Gente e Operações e lidera a área de Recursos Humanos da Companhia. A profissional declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados] ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Ajustamos em linha com a solicitação da norma – favor confirmar, também, a informação abaixo. A profissional não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2025	AGO de 2027			02/05/2025	29/04/2022

Nome: RAFAEL DE SOUZA MORSCH **CPF:** 012.184.570-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 27/11/1990

Experiência Profissional:

Rafael de Souza Morsch atualmente desempenha as funções de Diretor da Zenith Asset Management Ltda, a qual atua em gestão de investimentos; é membro do Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S/A, a qual atua no varejo de alimentos. No passado atuou como membro do Conselho de Administração da LIQ Participações S.A., a qual atua no setor de relacionamento com consumidor; membro do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S/A, a qual atua em indústria de alimentos;)membro do Conselho Fiscal da Forjas Taurus S/A, a qual atua no setor industrial bélico; membro do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, a qual atua no varejo de alimentos; membro do Conselho Fiscal da Companhia de Tecidos Santanense, a qual atua no setor industrial têxtil; membro do Conselho Fiscal da Encorpar S.A., focada em participação societária em outras empresas, e membro do Conselho Fiscal da Coteminas, a qual atua no setor industrial têxtil. O Conselheiro declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. O Conselheiro não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	02/05/2025	AGO de 2027			02/05/2025	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: ROBSON DA SILVA NEVES **CPF:** 774.789.247-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 08/08/1962

Experiência Profissional:

Graduado em Administração pela Federação de Escolas Integradas Simonsen e em Direito pelo Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos. Possui Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, em Gestão de Recursos Humanos – Gente; e Pós-Graduações da ESA – Escola Superior de Advocacia, em Direito Civil e Processo Civil; Direito Empresarial; Direito do Trabalho e Direito do Consumidor; Possui Curso de Conselheiro, realizado pela Fundação Dom Cabral – FDC, foi professor titular no SENAC e SEBRAE e substituto da Associação Fluminense de Ensino. Com vários cursos relacionados as áreas de Gente, jurídica, ESG e conselheiros ministrados pela FDC e outras instituições de ensino. Possui uma MOÇÂO, recebida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no ano de 2007. Atualmente ocupa o cargo de Gerente Executivo de Gente e Operações e é membro do comitê de gente, Comite de ESG e DPO da Cia, com experiência profissional superior a 35 anos, e Membro da Comissão de Recursos Humanos do CIEAM. O profissional declara que não sofreu qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados] ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Ajustamos em linha com a solicitação da norma – favor confirmar, também, a informação abaixo. O profissional não é considerado pessoa exposta politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	02/05/2025	AGO de 2027			02/05/2025	29/04/2022

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nosso administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a.

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém o controle da totalidade do capital social de suas controladas.
b. Não se aplica, pois desde 27 de fevereiro de 2013, data em que o GMT Fundo de Investimento em Participação amortizou a totalidade de suas quotas e encerrou suas atividades, entregando a totalidade das ações da Companhia por ele detidas aos seus respectivos quotistas, a Companhia não possui controlador definido.

c. Não há qualquer relação relevante de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre nossos Administradores e fornecedores, clientes, devedores ou credores.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Contratamos uma apólice de seguro, em vigência até 13 de novembro de 2025 que prevê o pagamento de indenização de até R$ 3.000.000,00 aos nossos Administradores em casos decorrentes de perdas e danos por eles sofridos por conta de reclamações de terceiros, desde que (i) tal reclamação decorra única e exclusivamente de sua condição de Administrador da nossa Companhia ou, quando aplicável, de nossas controladas; e (ii) o ato ou omissão do Administrador que tenha dado origem a tal responsabilização tenha ocorrido entra a data retroativa de cobertura e a data do término de vigência da apólice. A apólice dá direito à indenização em casos de processos ou procedimento administrativos, arbitrais ou judiciais de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, cível, criminal, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, exceto ambiental, nos quais o Administrador figure como réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

(i) Assembleia Geral da Companhia

Em conformidade com o Ofício Circular/ANUAL – 2024 – CVM/SEP, seguem abaixo as informações referentes às Assembleias Gerais da Companhia, realizadas nos 3 últimos exercícios sociais:

2022/2023/2024

Ato	Data de Realização	Quórum de Instalação	Instalação em Segunda Convocação
AGO	29/04/2023	35.970.606 ações	n/a
AGE	10/05/2022	31.517.206 ações	Sim

Ato	Data de Realização	Quórum de Instalação	Instalação em Segunda Convocação
AGO	28/04/2024	46.063.068 ações	n/a
AGE	19/05/2023	39.464.131 ações	Sim

2025

Ato	Data de Realização	Quórum de Instalação	Instalação em Segunda Convocação
AGO	30/04/2025	44.472.930 ações	n/a

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração tem como objetivo compensar adequadamente nossa administração, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos Acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos.

A Companhia possui Política de Remuneração aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022, que está disponível no site de relações com investidores da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração elabora a proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a Diretoria, apresentando, para aprovação da assembleia de acionistas, o valor máximo a ser destinado no novo exercício social para tais remunerações. Na data deste documento, nossa Companhia conta com apoio do Comitê de Remuneração que participa no processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração, bem como da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Realizamos análise comparativa de posições semelhantes no mercado, considerando também a remuneração de outras empresas nas quais nossos conselheiros atuam. Não há, no entanto, a elaboração de estudos formais para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações. A remuneração individual dos administradores considera sua formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, as responsabilidades do cargo e é readequada quando o conselho de administração avalia ser necessário, considerando também a contribuição que o administrador tem prestado para a nossa Companhia.

A remuneração individual dos Administradores será definida com base (i) nas responsabilidades de cada Administrador, considerado os cargos específicos em que atuam e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) em sua competência e reputação profissional, tendo em vista sua experiência e qualificação técnica; (iv) na eventual participação em Comitês e nas sociedades controladas pela Companhia; e (v) nos valores de mercado dos serviços que presta à Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Companhia possui Política de Remuneração aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022. O Conselho de Administração deverá avaliar a adequação da Política de Remuneração da Companhia anualmente bem como qualquer exceção, mediante recomendação do Comitê de Remuneração, quando instalado.

8.1 Política ou prática de remuneração

c) composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Remuneração Fixa: Paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica. É reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho, na mesma proporção das remunerações dos demais colaboradores da nossa Companhia. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

Remuneração variável anual: Paga anualmente sob a forma de participação nos lucros/bônus e resultados ou bônus, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação do resultado da Companhia e do resultado individual sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidos importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos.

O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, já que a mesma está ligada a objetivos claramente definidos para cada exercício social e representa um valor bastante significativo da remuneração total anual.

O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de ações restritas ou opções de compra de ações de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Realizado 2024

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	55%	43%	2%	

8.1 Política ou prática de remuneração

				100%
Comitê de Auditoria	100%	-	-	100%

Realizado 2023

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	100%	-	-	100%
Diretoria Estatutária	53%	45%	2%	100%
Comitê de Auditoria	100%	-	-	100%

Realizado 2022

Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Remuneração Total
Conselho de Administração	94%	6%	-	100%
Diretoria Estatutária	30%	69%	1%	100%
Comitê de Auditoria	100%	-	-	100%

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

No caso da Diretoria, não há um percentual pré-estabelecido para cada um dos elementos, sendo que a proporção de cada elemento na remuneração total percebida por nossos Diretores pode variar em função da natureza da remuneração com base na participação nos lucros/bônus e resultados e no plano de opção de compra de ações. Em 2024, 55% da remuneração foi fixa e 43% do total da remuneração foi variável, tendo a Companhia distribuído bônus pelo atingimento de objetivos estipulados.

Os membros dos Comitês que não fazem parte do quadro de colaboradores ou Conselho recebem apenas remuneração fixa mensal.

- **metodologia de cálculo e de reajuste**

Conselho de Administração
Os membros do nosso Conselho de Administração recebem atualmente remuneração fixa mensal e remuneração variável paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão.

Comitê de Auditoria
Os membros do nosso comitê de auditoria recebem atualmente remuneração fixa mensal.

Diretoria (Estatutária e Não Estatutária)
Remuneração Fixa: Paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica. É reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho, na mesma proporção das remunerações dos demais colaboradores da nossa Companhia. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

Remuneração variável anual: Paga anualmente sob a forma de participação nos lucros/bônus e resultados ou bônus, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde

8.1 Política ou prática de remuneração

mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação do resultado da Companhia e do resultado individual sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e Plano de Opção de Compra de Ações de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidos importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual considera o atingimento de metas especificamente definidas para cada diretoria (que englobam metas estratégicas, de performance e de ESG) e o atingimento da meta da Companhia. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o indicador usado para avaliação do resultado da Companhia foi: o EBITDA – Custo do Capital de Giro. Esse é o mesmo indicador vigente para o exercício social corrente. Os indicadores usados para avaliação do resultado de cada departamento variam dependendo das atividades desempenhadas por cada um deles e são também definidos objetivamente ao início de cada exercício social. Os indicadores usados para avaliação são os valores da nossa Companhia, conceitos imutáveis que norteiam a nossa conduta como empresa e devem estar presentes nas ações do dia a dia de cada profissional. Nossos valores são: Gente, Integridade, Inovação, Qualidade, Meritocracia e senso de Dono do Negócio. Avaliamos também o conceito de Liderança desempenhado por cada um dos Diretores. Os indicadores ESG são igualmente definidos no início de cada exercício social e estão alinhados com a matriz de materialidade da Companhia, seus compromissos firmados, objetivos e oportunidades.
Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é baseada na cotação de mercado das ações de emissão da Companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração
A composição da nossa remuneração tem como princípio a meritocracia, que é o principal vetor da nossa política de remuneração. A existência dos três componentes e a forma pela qual esses componentes são calculados e reajustados ajudam a garantir a recompensa justa pelo desempenho e o alinhamento de interesses entre os Administradores, com nossos Acionistas no curto, médio e longo prazos.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato
O Conselho de Administração, Diretoria e Comitês não possuem membros não remunerados.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
A remuneração fixa e variável anual dos membros do Conselho de Administração da Technos S.A. e a remuneração dos membros dos Comitês da Technos S.A. é suportada pela Technos S.A. No entanto, a remuneração da Diretoria, da Diretoria (estatutária e não estatutária) e dos Comitês por cargos exercidos na Technos é suportada quase integralmente pela nossa pela nossa controlada TASA, considerando que os Diretores ocupam cargos tanto na Technos S.A. quanto na TASA.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
Nos termos dos programas de concessão de ações restritas e opção de compra de ações em vigor, na ocorrência de operações que resultem na transferência do nosso controle acionário, os beneficiários de tais planos têm o direito de vender suas ações já adquiridas na mesma proporção e nos mesmos termos do acionista controlador.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.747.200,00	2.382.969,00		4.130.169,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.565.449,00		4.565.449,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	202.524,00	6.101.859,00		6.304.383,00
Observação				
Total da remuneração	1.949.724,00	13.050.277,00		15.000.001,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.677.929,00	2.293.062,00		3.970.991,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	Férias		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.858.346,00		1.858.346,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	393.530,00	2.355.932,00		2.749.462,00
Observação				
Total da remuneração	2.071.459,00	6.507.340,00		8.578.799,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.659.981,00	2.059.560,00		3.719.541,00
Benefícios direto e indireto	6,00	0,00		6,00
Participações em comitês	6,00	0,00		6,00
Outros	0,00	73.440,00		73.440,00
Descrição de outras remunerações fixas		Férias		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.724.820,00		1.724.820,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	302.426,00	2.679.500,00		2.981.926,00
Observação	Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.	Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.		
Total da remuneração	1.962.419,00	6.537.320,00		8.499.739,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00		9,00
Nº de membros remunerados	6,00	2,00		8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.166.588,00	1.787.519,00		3.954.107,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	56.447,00		56.447,00
Descrição de outras remunerações fixas		Férias		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.039.479,00		3.039.479,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	138.022,00	1.172.529,00		1.310.551,00
Observação	Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.	Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.		
Total da remuneração	2.304.610,00	6.055.974,00		8.360.584,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	2,00		**8,00**
N° de membros remunerados	0,00	2,00		**2,00**
Esclarecimento	n/a			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4565449,00		**4.565.449,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4565449,00		**4.565.449,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4565449,00		**4.565.449,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	2,00		**8,00**
N° de membros remunerados	0,00	2,00		**2,00**
Esclarecimento	n/a			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1811777,00		**1.811.777,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1811777,00		**1.811.777,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1811777,00		**1.811.777,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	2,00		**8,00**
N° de membros remunerados	6,00	2,00		**8,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1724820,00		**1.724.820,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1724820,00		**1.724.820,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1724820,00		**1.724.820,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	2,00		**9,00**
N° de membros remunerados	7,00	2,00		**9,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3039749,00		**3.039.749,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3039749,00		**3.039.749,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3039749,00		**3.039.749,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a) termos e condições gerais

Em 14 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária, aas diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2021”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2021”).

Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária, aas diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2023”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2023”).

Em 10 de Janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, aas diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2025”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2025”).

Desde a aprovação dos Planos de 2021, já aprovamos um Programa referente ao Plano 01/2021, 02/2021 01/2023, 02/2023, 01/2025 e 02/2025 conforme segue:

O <u>Plano 01/2021</u> possui os seguintes parâmetros principais:

O Conselho de Administração criará, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto neste Plano, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos (i) os Participantes; (ii) o número de Opções objeto de outorga para cada Participante; (iii) o Prazo de Exercício (definido abaixo); (iv) as condições da outorga; e (v) quaisquer outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicáveis e que não contrariem as disposições deste Plano.

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 01/2021 poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no Plano 01/2021: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 01/2021 não excederá 7.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 01/2021será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano 01/2021, para a organização e administração do Plano 01/2021, além da outorga das Opções.

(v) Extinção: O Plano 01/2021 se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Plano 02/2021 possui os seguintes parâmetros principais

O Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Technos S.A. (“Technos” ou “Companhia”) (“Plano de Matching”) tem por objetivo permitir que o participante receba (“Participante”) ações ordinárias de emissão da Companhia que atualmente se encontram mantidas em tesouraria (“Ações de Matching”), na medida em que, dentre outras condições, invista recursos próprios na aquisição e manutenção de um número mínimo de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e permaneça integrando a administração da companhia por um período mínimo de tempo. Por meio da concessão de Ações de Matching a Companhia visa a promover maior alinhamento de interesses de longo prazo entre o Participante e a Companhia e o conjunto de seus acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento do Participante por meio do conceito de investimento e risco.

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 02/2021 terá como seu único Participante o atual Diretor Presidente da Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 02/2021: até 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 02/2021 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano 02/2021, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) Extinção: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues ao Participante na Data de Atribuição de 2022, o Plano 02/2021 será automaticamente extinto. O Plano 02/2021 poderá, ainda, ser extinto em caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching. Nesta hipótese, o Plano 02/2021 se extinguirá automaticamente após o decurso do Período de Indisponibilidade a contar do recebimento das ações pelo Participante.

O Plano 02/2023 possui os seguintes parâmetros principais

O Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Technos S.A. (“Technos” ou “Companhia”) (“Plano de Matching”) tem por objetivo permitir que o participante receba (“Participante”) ações ordinárias de emissão da Companhia que atualmente se encontram mantidas em tesouraria (“Ações de Matching”), na medida em que, dentre outras condições, invista recursos próprios na aquisição e manutenção de um número mínimo de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e permaneça integrando a administração da companhia por um período mínimo de tempo. Por meio da concessão de Ações de Matching a Companhia visa a promover maior alinhamento de interesses de longo prazo entre o Participante e a Companhia e o conjunto de seus acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento do Participante por meio do conceito de investimento e risco.

O Conselho de Administração criará, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto neste Plano, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos (i) os Participantes; (ii) o número de Opções objeto de outorga para cada Participante; (iii) o Prazo de Exercício (definido abaixo); (iv) as condições

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

da outorga; e (v) quaisquer outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicáveis e que não contrariem as disposições deste Plano.

(i) Objetivo: obter maior alinhamento de interesses, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 02/2023 terá como seu único Participante o atual Diretor Presidente da Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 02/2023: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 02/2023 não excederá 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 02/2023 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano 02/2023, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) Extinção: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues ao Participante na Data de Atribuição de 2024, o Plano 02/2023 será automaticamente extinto. O Plano 02/2023 poderá, ainda, ser extinto em caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching. Nesta hipótese, o Plano 02/2021 se extinguirá automaticamente após o decurso do Período de Indisponibilidade a contar do recebimento das ações pelo Participante.

O Plano 01/2023 possui os seguintes parâmetros principais

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 01/2023 poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no Plano 01/2023: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 01/2023 não excederá 2.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 01/2023 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano 01/2023, para a organização e administração do Plano 01/2023, além da outorga das Opções.

(v) Extinção: O Plano 01/2023 se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 01/2025 possui os seguintes parâmetros principais

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 01/2025 poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no Plano 01/2025: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 01/202 não excederá 2.190.000 (dois milhões cento e noventa mil ações) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 01/2025 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano 01/2025, para a organização e administração do Plano 01/2023, além da outorga das Opções.

(v) Extinção: O Plano 01/2025 se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 02/2025 possui os seguintes parâmetros principais

O Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Technos S.A. (“Technos” ou “Companhia”) (“Plano de Matching”) tem por objetivo permitir que o participante receba (“Participante”) ações ordinárias de emissão da Companhia que atualmente se encontram mantidas em tesouraria (“Ações de Matching”), na medida em que, dentre outras condições, invista recursos próprios na aquisição e manutenção de um número mínimo de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e permaneça integrando a administração da companhia por um período mínimo de tempo. Por meio da concessão de Ações de Matching a Companhia visa a promover maior alinhamento de interesses de longo prazo entre o Participante e a Companhia e o conjunto de seus acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento do Participante por meio do conceito de investimento e risco.

O Conselho de Administração criará, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto neste Plano, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos (i) os Participantes; (ii) o número de Opções objeto de outorga para cada Participante; (iii) o Prazo de Exercício (definido abaixo); (iv) as condições da outorga; e (v) quaisquer outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicáveis e que não contrariem as disposições deste Plano.

(i) Objetivo: obter maior alinhamento de interesses, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(ii) Beneficiários: O Plano 02/2025 terá como participantes Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 02/2025: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 02/2025 não excederá 1.600.000 (um milhões, seiscentos mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 02/2025 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano 02/2025, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) Extinção: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues, o Plano 02/2025 será automaticamente extinto. O Plano 02/2025 poderá, ainda, ser extinto em caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching.

b) data de aprovação e órgão responsável
O Plano 01/2021 e o Plano 02/2021 foram aprovados pela assembleia geral extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2021. O Plano 01/2023 e Plano 02/2023 foi aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2023. O Plano 01/2025 e Plano 02/2025 foi aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 10 de Janeiro de 2025.

c) número máximo de ações abrangidas
Plano 1/2021: Abrange no máximo 7.000.000 ações
Plano 2/2021: Abrange no máximo 1.700.000 ações
Plano 01/2023: Abrange no máximo 1.950.000 ações
Plano 02/2023: Abrange no máximo 1.700.000 ações
Plano 01/2025: Abrange no máximo 2.190.000 ações
Plano 02/2025: Abrange no máximo 1.600.000 ações

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica

e) condições de aquisição de ações

Plano 1/2021:
As Opções outorgadas no âmbito do Plano 01/2021 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 do total de ações que o participante tem direito de subscrever ou adquirir. Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 dias a contar da data de aniversário da celebração do contrato entre as partes. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo participante. Para fazer jus ao exercício das opções o participante deverá

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

permanecer no exercício do cargo de administrador, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da opção.

Plano 02/2021:
Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2021 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Em até 90 dias após a assinatura do contrato, adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo referente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante de ações ordinárias de emissão da Technos (TECN3) (“Ações Próprias”). Em cada Data de Atribuição, os Participantes deverão comprovar a titularidade ininterrupta das Ações Próprias.
2. Os Participantes deverão permanecer no exercício do cargo administrador ou diretor da empresa ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano de Matching pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.
3. Em cada Data de Atribuição, o Participante deverá comprovar a titularidade ininterrupta no montante referente a 100% (cem por cento) da quantidade de ações Próprias até a respectiva Data de Atribuição, de acordo com volume do seu programa

4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.3.3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador) 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante em ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura do contrato. As Ações Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador sendo que, tais Ações não poderão, sob qualquer forma e a qualquer título ser cedidas, oneradas ou transferidas a terceiros pelo prazo de 3 (três) ano a contar da assinatura do contrato do programa.

5. Uma vez atendidos os requisitos acima, em cada uma das Datas de Atribuição, a Companhia transferirá os respectivos Lotes para o Participante, cujas ações estarão sujeitas ao Período de Indisponibilidade previsto.

Plano 1/2023:
As Opções outorgadas no âmbito do Plano 01/2023 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 do total de ações que o participante tem direito de subscrever ou adquirir. Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 dias a contar da data de aniversário da celebração do contrato entre as partes. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo participante. Para fazer jus ao exercício das opções o participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da opção.

Plano 02/2023:
Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2023 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

6. Em até 90 dias após a assinatura do contrato, adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo referente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante de ações ordinárias de emissão da Technos (TECN3) (“Ações Próprias”). Em cada Data de Atribuição, os Participantes deverão comprovar a titularidade ininterrupta das Ações Próprias.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

7. Os Participantes deverão permanecer no exercício do cargo administrador ou diretor da empresa ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano de Matching pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.
8. Em cada Data de Atribuição, o Participante deverá comprovar a titularidade ininterrupta no montante referente a 100% (cem por cento) da quantidade de ações Próprias até a respectiva Data de Atribuição, de acordo com volume do seu programa
9. Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.3.3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador) 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante em ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura do contrato. As Ações Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador sendo que, tais Ações não poderão, sob qualquer forma e a qualquer título ser cedidas, oneradas ou transferidas a terceiros pelo prazo de 3 (três) ano a contar da assinatura do contrato do programa.

Uma vez atendidos os requisitos acima, em cada uma das Datas de Atribuição, a Companhia transferirá os respectivos Lotes para o Participante, cujas ações estarão sujeitas ao Período de Indisponibilidade previsto.

Plano 01/2025

As Opções outorgadas no âmbito do Plano 01/2025 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 do total de ações que o participante tem direito de subscrever ou adquirir. Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 dias a contar da data de aniversário da celebração do contrato entre as partes. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo participante. Para fazer jus ao exercício das opções o participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da opção.

Plano 02/2025:

Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2025 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

10. Em até 90 dias após a assinatura do contrato, adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo referente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante de ações ordinárias de emissão da Technos (TECN3) (“Ações Próprias”). Em cada Data de Atribuição, os Participantes deverão comprovar a titularidade ininterrupta das Ações Próprias.
11. Os Participantes deverão permanecer no exercício do cargo administrador ou diretor da empresa ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano de Matching pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.
12. Em cada Data de Atribuição, o Participante deverá comprovar a titularidade ininterrupta no montante referente a 100% (cem por cento) da quantidade de ações Próprias até a respectiva Data de Atribuição, de acordo com volume do seu programa
13. Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.3.3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador) 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante em ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura do contrato. As Ações Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador sendo que, tais Ações não poderão, sob

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

qualquer forma e a qualquer título ser cedidas, oneradas ou transferidas a terceiros pelo prazo de 3 (três) ano a contar da assinatura do contrato do programa.

Uma vez atendidos os requisitos acima, em cada uma das Datas de Atribuição, a Companhia transferirá os respectivos Lotes para o Participante, cujas ações estarão sujeitas ao Período de Indisponibilidade previsto.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2021 – Plano 01/2021
O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício da Opção, definido com base na média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa.

O Preço de Exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data da aprovação do Programa até a data de cada exercício da Opção.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor equivalente ao valor pago pela Companhia a seus acionistas a título dividendos ou juros sobre capital próprio a partir da data da aprovação do Programa até a data de Exercício.

O pagamento do Preço de Exercício da Opção será realizado à vista e em moeda corrente nacional.

Plano de 2021 – Plano 02/2021
Não se aplica

Plano de 2023 – Plano 01/2023
Preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício da Opção, definido com base na média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa.

O Preço de Exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data da aprovação do Programa até a data de cada exercício da Opção.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor equivalente ao valor pago pela Companhia a seus acionistas a título dividendos ou juros sobre capital próprio a partir da data da aprovação do Programa até a data de Exercício.

Plano de 2021 – Plano 02/2023
Não se aplica

Plano de 2023 – Plano 01/2025
Preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício da Opção, definido com base na média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa.

O Preço de Exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data da aprovação do Programa até a data de cada exercício da Opção.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor equivalente ao valor pago pela Companhia a seus acionistas a título dividendos ou juros sobre capital próprio a partir da data da aprovação do Programa até a data de Exercício.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de 2021 – Plano 02/2025
Não se aplica

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

No Plano 01/2021 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido ("Prazo de Exercício"). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

No Plano 01/2023 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido ("Prazo de Exercício"). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2023 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

No Plano 01/2025 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido ("Prazo de Exercício"). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2025 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

h) forma de liquidação

Referente ao Plano 01/2021, Plano 01/2023 e Plano 1/2025 e as Opções outorgadas no Primeiro Programa serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir ("Lote" ou "Lotes"). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante. A liquidação é feita por meio da entrega de ações da Companhia, ou seja, através de instrumento de patrimônio.

i) restrições à transferência das ações

*Plano de 01/2021*Os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte. Após o exercício da opção as ações terão um *lock-up* de 1 ano a partir da data de exercício.

Plano 02/2021

lock-up de 1 ano após a transferência das ações

Plano de 01/2023

Os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte. Após o exercício da opção as ações terão um *lock-up* de 1 ano a partir da data de exercício.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano de 02/2023
lock-up de 1 ano após a transferência das ações

Plano de 01/2025

Os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte. Após o exercício da opção as ações terão um *lock-up* de 2 anos a partir da data de exercício.

Plano de 02/2025

lock-up de 3 ano após a transferência das ações

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de reorganizações societárias envolvendo a Technos que impliquem sua cisão, sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade, sua fusão com outra sociedade ou a transformação de seu tipo societário, bem como em caso de cancelamento do seu registro de companhia aberta, os Planos serão extintos e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de deixar de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários, colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização. As ações já emitidas em razão do exercício de opções continuam sendo de propriedade do beneficiário, respeitando quaisquer períodos de restrição a transferência que ainda estejam vigentes. Em caso de desligamento do Beneficiário em virtude de (i) aposentadoria; ou (ii) cumprimento de plano sucessório negociado com o Conselho de Administração, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para estipular nos Programas ou nos Contratos celebrados junto aos Beneficiários as condições relativas às ações e opções cujo Prazo de Exercício ainda não tenha sido observado.

Para o Plano 01/2021, 01/2023, 01/2025 e 02/2025 nas hipóteses de aposentadoria ou cumprimento de plano sucessório negociado com o Conselho de Administração, aplicar-se-á o disposto abaixo:

(a) para as Opções já exercíveis, desde que o Participante tenha cumprido com as condições de exercício previstas no Plano e no Primeiro Programa, este manterá integralmente todos os direitos e obrigações referentes às Opções objeto do Lote relativo ao período já decorrido previstos no Plano e no Presente Contrato; e

(i) as Opções não exercíveis na data do desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização salvo se ajustado entre as Partes de forma diversa, previamente ao desligamento, com a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		**8,00**
Nº de membros remunerados	0,00	2,00		**2,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,500000	0,500000		**1,00**
Esclarecimento	n/a			**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	2,42	2,42		**4,84**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	2,42	2,42		**4,84**
Exercidas durante o exercício social	2,42	2,42		**4,84**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		**8,00**
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		**7,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	1,600000	1,600000		**3,20**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	1,37	1,37		**2,74**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	1,37	1,37		**2,74**
Exercidas durante o exercício social	1,37	1,37		**2,74**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		**8,00**
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	1,600000	1,600000		**3,20**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	1,37	1,37		**2,74**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	1,37	1,37		**2,74**
Exercidas durante o exercício social	1,37	1,37		**2,74**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00		**9,00**
Nº de membros remunerados	4,00	2,00		**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	1,500000	1,500000		**3,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	1,37	1,37		**2,74**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	1,37	1,37		**2,74**
Exercidas durante o exercício social	1,37	1,37		**2,74**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) data de outorga; e)quantidade de opções outorgadas; f) prazo para que as opções se tornem exercíveis; g) prazo máximo para exercício das opções; h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções; i) valor justo das opções na data da outorga; j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

2025

1º Programa - Plano 01/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	2
Data de outorga	-	30/01/2025
Quantidade de opções outorgadas	-	1.350.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	30/01/2028
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	3 anos a partir da data de cada exercício
Valor justo das opções na data da outorga	-	2,07
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	2.794.500

2023

1º Programa - Plano 01/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	4	1
Data de outorga	07/07/2023	06/07/2023
Quantidade de opções outorgadas	750.000	1.200.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	07/07/2026	06/09/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	1 ano a partir da data de cada exercício	ano a partir da data de cada exercício
Valor justo das opções na data da outorga	1,17	1,17
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	873.750,00	1.398.000

3º Programa - Plano 01/21	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	1
Data de outorga	-	06/07/2023
Quantidade de opções outorgadas	-	150.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Prazo máximo para exercício das opções	-	06/09/2026
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	1 ano a partir da data de cada exercício
Valor justo das opções na data da outorga	-	1,17
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	175.500,00

2022

2º Programa - Plano 01/21	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	2
Data de outorga	-	05/04/2022
Quantidade de opções outorgadas	-	915.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	04/07/2025
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	1 ano a partir da data de cada exercício
Valor justo das opções na data da outorga	-	1,14
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	1.047.675

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.
O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular Anual 2025 SEP CVM.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação ainda não exercíveis: quantidade, data em que serão exercíveis, prazo máximo para exercício das opções, prazo de restrição à transferência das ações, preço médio ponderado do exercício, valor justo das opções no último dia do exercício social; em relação às opções exercíveis: quantidade, prazo máximo para exercício das opções, prazo de restrição à transferência das ações, preço médio ponderado do exercício, valor justo das opções no último dia do exercício social, valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023 relativas à outorga do 1º Programa do Plano 01/2023

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Primeiro Programa - Plano 01/2023	
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	6	2
Número de membros remunerados	5	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	500.000	800.000
Data em que se tornarão exercíveis	07/07/2024	07/07/2024
Prazo máximo para exercício das opções	06/09/2026	
Prazo de restrição à transferência de ações	1(um) ano após cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	3,01	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	1.521.000,00	
Opções exercíveis		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções		
Prazo de restrição à transferência de ações		
Preço médio ponderado de exercício (em R$)		
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)		
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023 relativas à outorga do 3º Programa do Plano 01/2021

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Terceiro Programa - Plano 01/2021	
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7	2
Número de membros remunerados	0	1
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	100.000
Data em que se tornarão exercíveis	07/07/2024	07/07/2024
Prazo máximo para exercício das opções	06/09/2026	
Prazo de restrição à transferência de ações	1(um) ano após cada exercício	

8.7 Opções em aberto

Preço médio ponderado de exercício (em R$)	3,01	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	117.000,00	
Opções exercíveis		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções		
Prazo de restrição à transferência de ações		
Preço médio ponderado de exercício (em R$)		
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)		
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023 relativas à outorga do 2º Programa do Plano 01/2021

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	**Segundo Programa - Plano 01/2021**	
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Número total de membros	7	2
Número de membros remunerados	0	2
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	305.000
Data em que se tornarão exercíveis	05/04/2023	05/04/2023
Prazo máximo para exercício das opções	04/07/2025	
Prazo de restrição à transferência de ações	1(um) ano após cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	2,41	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	347.700,00	
Opções exercíveis		
Quantidade	0	0
Prazo máximo para exercício das opções		
Prazo de restrição à transferência de ações		
Preço médio ponderado de exercício (em R$)		
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)		
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.
O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular Anual 2025 SEP CVM.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues
2024

Matching – Plano 02/2023	2024	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	7
Número de membros remunerados	1	0
Número de ações	850.000	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	5,40	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	4.590.000	-

Terceiro Programa - Plano 01/2021	2024	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	6
Número de membros remunerados	1	0
Número de ações	50.000	-
Preço médio ponderado de exercício	3,01	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	4,91	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	114.000	-

Segundo Programa - Plano 01/2021	2024	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	6
Número de membros remunerados	2	0
Número de ações	305.000	-
Preço médio ponderado de exercício	2,41	2,41
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	4,29	4,29
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	573.400	-

Primeiro Programa - Plano 01/2021	2024

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	6
Número de membros remunerados	2	4
Número de ações	933.846	200.000
Preço médio ponderado de exercício	1,36	1,36
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	3,59	3,59
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2.082.476	446.000

2023

Matching – Plano 02/2023	2023	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	7
Número de membros remunerados	1	0
Número de ações	850.000	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	3,37	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2.864.500	-

Segundo Programa - Plano 01/2021	2023	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	7
Número de membros remunerados	2	0
Número de ações	305.000	-
Preço médio ponderado de exercício	2,41	2,41
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	3,42	3,42
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	308.050,00	-

Primeiro Programa - Plano 01/2021	2023

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	7
Número de membros remunerados	2	4
Número de ações	933.846	200.000
Preço médio ponderado de exercício	1,36	1,36
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	3,42	3,42
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	1.923.723,00	412.000

2022

Matching- Plano 02/2021	2022	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	7
Número de membros remunerados	1	0
Número de ações	850.000	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	2,17	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	1.844.500	-

Primeiro Programa - Plano 01/2021	2022	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	2	7
Número de membros remunerados	2	4
Número de ações	933.846	200.000
Preço médio ponderado de exercício	1,36	1,36
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções	3,04	3,04
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	1.568.861,00	336.000

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.
O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular Anual 2025 SEP CVM.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações entregues diretamente ao beneficiário –2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6	2
Nº total de membros remunerados	0	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		0,3%

Remuneração baseada em ações entregues diretamente ao beneficiário –2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº total de membros remunerados	0	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		1%

Remuneração baseada em ações entregues diretamente ao beneficiário - 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		1%

Remuneração baseada em ações entregues diretamente ao beneficiário - 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	1
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários		1%

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações

Plano 2/2025 – Matching	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	2
Data de outorga	Não aplicável	31/01/2025
Quantidade de ações outorgadas	Não aplicável	1.114.000
Prazo máximo para entrega das ações	Não aplicável	29/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	3 anos após a data de atribuição
Valor justo das opções na data da outorga	Não aplicável	5,34
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	Não aplicável	5.948.760,00

Plano 2/2023 – Matching	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	1
Data de outorga	Não aplicável	08/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	Não aplicável	1.700.000
Prazo máximo para entrega das ações	Não aplicável	31/12/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	1 ano após a data de atribuição
Valor justo das opções na data da outorga	Não aplicável	2,95
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	Não aplicável	6.140.400,00

Plano 2/2021 – Matching	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2
Nº total de membros remunerados	0	1
Data de outorga	Não aplicável	22/01/2021
Quantidade de ações outorgadas	Não aplicável	1.700.000
Prazo máximo para entrega das ações	Não aplicável	31/12/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	1 ano após a data de atribuição
Valor justo das opções na data da outorga	Não aplicável	1,20
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	Não aplicável	2.040.000

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.
O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas abaixo corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, nos termos do Ofício Circular Anual 2025 SEP CVM.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		2,00	
N° de membros remunerados		1,00	
N° de ações		850.000	
Preço médio ponderado de aquisição		5,40	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		4.590.000,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	850.000	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	3,37	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	2.864.500,00	
Esclarecimento	Não houve entrega de ações em 2023.		

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	1,00	
N° de ações	0	850.000	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	2,10	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.785.000,00	
Esclarecimento	Não houve entrega de ações em 2022.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação
Sobre o Plano 01/2021, 01/2023 e 01/2025 é utilizado o modelo de Black-Scholes, cujos principais fatores considerados são preço atual do ativo, taxa livre de risco, volatilidade do ativo, tempo até o vencimento da opção, preço de exercício da opção.

Sobre o Plano 02/2021, 02/2023 e 02/2025 o fair value utilizado na contabilização é igual ao preço da ação TECN3 na data da ação de outorga correspondente.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano 01/2025 Programa 1

Taxa livre de risco: 10,79% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

Volatilidade: 55,66%

Preço médio de exercício: R$ 5,27 (equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devendo ser corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano 02/2025

Preço da ação na data de outorga: R$5,34

Plano 01/2023 Programa 1

Taxa livre de risco: 10,79% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

Volatilidade: 55,66%

Preço médio de exercício: R$ 3,01(equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devendo ser corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano 02/2023

Preço da ação na data de outorga: R$2,95

Plano 01/2021 Programa 3
Taxa livre de risco: 10,79% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

8.12 Precificação das ações/opções

Volatilidade: 55,66%

Preço médio de exercício: R$ 3,01(equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devendo ser corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano 01/2021- Programa 2

Taxa livre de risco: 11,81% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

Volatilidade: 73,41%

Preço médio de exercício: R$ 2,42 (equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devendo ser corrigido, desde a data da outorga até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano 02/2021

Preço da ação na data de outorga: R$1,20

Plano 01/2021 Programa 1

Taxa livre de risco: 5,41% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

Volatilidade: 68,06%

Preço médio de exercício: R$ 1,30 (equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devendo ser corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

No Plano 01/2021, Plano 01/2023, Plano 02/2023 Plano 01/2025 e Plano 02/2025 em caso de realização de qualquer operação de reorganização societária que envolva a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a incorporação da Companhia por outra sociedade, a incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do tipo societário da Technos, bem como caso o registro de companhia aberta da Technos venha a ser cancelado, caso as condições de permanência no cargo e aquisição e manutenção da propriedade das Ações Próprias estejam plenamente atendidas pelo Participante por ocasião da aprovação da operação de reorganização societária pela Assembleia Geral da Technos, o Participante fará jus ao

8.12 Precificação das ações/opções

recebimento antecipado da totalidade das Ações de Matching, as quais estarão totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, inclusive de observar o Período de Indisponibilidade, de forma a assegurar que as ações correspondentes possam ser incluídas na operação em questão. Além das hipóteses previstas acima, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre eventual antecipação da atribuição da totalidade das Ações Matching para o Participante na ocorrência de aprovação de saída do segmento de listagem Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de operações que impliquem a modificação do controle da Companhia ou em hipóteses de incorporação de outras sociedades pela Technos. Na avaliação do Conselho de Administração a respeito da eventual antecipação deverão ser considerados os objetivos do presente Plano de Matching e os impactos que tal operação ou deliberação poderão acarretar sobre a liquidez das ações de emissão da Companhia. não é aplicável, pois não há possibilidade de exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano 01/2025
A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a esse programa

Plano 02/2025
Não se aplica

Plano 01/2023
A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a esse programa

Plano 02/2023

Não se aplica

Plano 01/2021
A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a esse programa

Plano 02/2021

Não se aplica

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Posição em 28 de março de 2025:

Acionista/Quotista[1]	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Total
Companhia		
Conselho de Administração	30.193.687	47,66%
Diretoria Estatutária	12.519.043	19,76%
Total	42.712.730	67,42%

(1) Dado que um mesmo administrador ocupa cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, a fim de evitar duplicidade, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na Diretoria

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou aos nossos Diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	6,00	6,00	7.00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	5,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneraçãoReal	5.138.466,00	5.159.527,00	4.533.038,00	453.106,00	280.000,00	304.394,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.368.873,00	1.304.352,00	1.452.912,00	390.706,00	120.200,00	220.394,00
Valor médio da remuneraçãoReal	3.253.670,00	3.231.940,00	2.928.521,00	421.906,00	152.000,00	252.523,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Mecanismos de remuneração/indenização

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração

	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Estatutária (anual)	Conselho Fiscal (anual)
31 de dezembro de 2025 (previsão)	0%	0%	N/A
31 de dezembro de 2024	0%	0%	N/A
31 de dezembro de 2022	0%	0%	N/A
31 de dezembro de 2021	0%	0%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Remuneração – outras funções

Nos três últimos exercícios sociais – 2022, 2023 e 2024 – não houve qualquer remuneração de administrador ou membro do Conselho Fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam. Não há previsão para a mesma situação no exercício de 2025.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Remuneração reconhecida do controlador/controladora

Previsão Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	13.050.276	N/A	13.050.276
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	6.507.340	N/A	6.507.340
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	6.537.320	N/A	6.537.320
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	6.055.972	N/A	6.055.972
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 – Outras informações relevantes

Ressaltamos que, conforme o item 8.19, a Diretoria Estatutária exerce função de gestão tanto na controladora (Technos S.A.) quanto na controlada (TASA), sendo o custo de sua remuneração devidamente reconhecido na controlada. Já o conselho de administração tem sua sua remuneração devidamente reconhecida na controladora.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
28/01/2015	28/01/2015	

Descrição dos serviços prestados

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente aos exercícios sociais de 2015 e 2016. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tais exercícios sociais.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

Não se aplica, tendo em vista que a empresa em questão não prestou serviços para a Companhia no último exercício social.

Justificativa da substituição

A KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria externa que substituiu a Ernst & Young Auditores Independentes, foi mais competitiva no processo de negociação

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não se aplica, pois não houve discordância na substituição da empresa de auditoria externa

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
27/04/2017	27/04/2017	

Descrição dos serviços prestados

Serviços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente aos exercícios sociais de 2016. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tais exercícios sociais.

Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social

A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1,1 milhão. A empresa de auditoria independente não prestou outros serviços além da auditoria contábil.

Justificativa da substituição

Empresa foi mais competitiva no processo de negociação

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não se aplica, pois não há discordância do auditor da justificativa

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda		Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
08/02/2022		08/02/2022	

Descrição dos serviços prestados
Serviços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente aos exercícios sociais de 2023. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tais exercícios sociais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023 será de R$ 700 mil.
Justificativa da substituição
Rotatividade em função do prazo de 5 anos para prestação de serviço
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não se aplica, pois não há discordância do auditor da justificativa

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não se aplica pois não há conflito de interesse conhecido pela Companhia.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa e em defesa dos interesses dos acionistas, a contratação dos serviços de auditoria independente é realizada com base na cotação de mercado dentre as principais empresas que atuam no Brasil e submetidos à recomendação da Diretoria.

Evitamos contratar outros serviços além daqueles de auditoria contábil da mesma empresa de auditoria externa e, na eventualidade de fazê-lo, prezamos pela manutenção dos princípios de independência, evitando a existência de qualquer tipo de conflito de interesses.

Não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	39	46	0	0	0
Não-liderança	379	245	0	0	0
TOTAL = 709	**418**	**291**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	47	0	37	1	0	0
Não-liderança	1	203	27	390	0	0	3
TOTAL = 709	**1**	**250**	**27**	**427**	**1**	**0**	**3**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	13	63	9
Não-liderança	200	327	97
TOTAL = 709	**213**	**390**	**106**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': Os dados referentes à quantidade de empregados com deficiência não foram incluídos neste Formulário de Referência por ainda estarem em processo de consolidação e validação nos sistemas internos da Companhia, a fim de garantir a precisão e conformidade das informações a serem divulgadas.

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	0	85
Não-liderança	0	0	624
TOTAL = 709	**0**	**0**	**709**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	24	16	2	41	2	0
Não-liderança	374	54	10	167	19	0
TOTAL = 709	**398**	**70**	**12**	**208**	**21**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	264	134	0	0	0
Nordeste	36	34	0	0	0
Centro-Oeste	6	6	0	0	0
Sudeste	112	96	0	0	0
Sul	0	21	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 709	**418**	**291**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	1	90	6	300	1	0	0
Nordeste	0	19	4	45	0	0	2
Centro-Oeste	0	6	0	6	0	0	0
Sudeste	0	119	16	72	0	0	1
Sul	0	16	1	4	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 709	**1**	**250**	**27**	**427**	**1**	**0**	**3**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	122	213	63
Nordeste	26	36	8
Centro-Oeste	0	6	6
Sudeste	63	123	22
Sul	2	12	7
Exterior	0	0	0
TOTAL = 709	**213**	**390**	**106**

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

i. identidade autodeclarada de gênero

Feminino: 418

Masculino: 291

Outros (gênero fluido, variável entre os espectros feminino e masculino): 0

Prefiro não responder: 0

Não Identificado: 0

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

Amarela: 2

Branca: 250

Indígena: 1

Parda: 426

Preta: 27

Prefiro não responder: 3

Não Identificado: 0

iii faixa etária

25 anos ou menos: 107

entre 26 anos e 34 anos: 186

entre 35 anos e 44 anos: 224

entre 45 anos e 54 anos: 136

55 anos ou mais: 56

iv outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Em 31.12.2024	Atividade Desempenhada					**Total geral**
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	
AM	37	0	19	31	316	403
BA	0	0	0	13	0	13
CE	0	0	0	14	0	14
DF	0	0	0	9	0	9
MG	0	0	0	6	0	6
PA	0	0	0	9	0	9

10.1 Descrição dos recursos humanos

PE	0	0	0	54	0	54
PR	0	0	0	10	0	10
RJ	151	0	0	11	0	162
RS	0	0	0	0	0	0
SP	2	0	0	27	0	29
Total geral	367	0	19	184	139	709

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2024

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM	Operacional/Produção	0
Total		0

c. índice de rotatividade

Para os anos de 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 o nosso índice de rotatividade (desligamentos voluntários) foi de 7,7%, 8,7%, 6,5%, 4,5% e 5,1% respectivamente.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1

Não aplicável, uma vez que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Nossa política de remuneração tem como objetivo compensar adequadamente nossa administração, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos Acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos. A Companhia possui Política de Remuneração aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022, que está disponível no site de relações com investidores da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt) e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (cvm.gov.br) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Os salários de nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das convenções coletivas de trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados por mérito de acordo com seu desempenho.

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos. O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, onde possuímos plano de participação nos lucros/Bonus e resultados destinados a todos os nossos empregados. Os planos de participação nos lucros/Bonus e resultados são anualmente homologados perante os sindicatos relevantes e têm como objetivo premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Essas metas incluem tanto indicadores de performance da nossa Companhia em geral, quanto indicadores de performance da área a que cada empregado pertence. A remuneração variável dos empregados é distribuída anualmente, de acordo com o atingimento das metas com um adiantamento semestral para todos os cargos abaixo da gerência condicionado ao atingimento de metas mínimas. O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de ações restritas ou opções de compra de ações de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

b. política de benefícios

Oferecemos aos nossos profissionais diversos benefícios, e buscamos estar em linha com o mercado na concessão desses benefícios. Destacamos os seguintes benefícios, que são concedidos a todos nossos empregados, independentemente de nível hierárquico: (i) assistência médica; (ii) seguro de vida; (iii) vale refeição / alimentação ou refeição em refeitório; e (iv) auxílio educação. Além disso, de acordo com a localidade do empregado e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e ajuda de custo para dados móveis.

Nosso plano de educação oferece ajuda de custo de 50% do valor da mensalidade do curso escolhido pelo empregado, por meio de reembolso.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: grupo de beneficiários, condições para exercício, preço de exercício, prazo de exercício; e quantidade de ações comprometidas pelo plano:

a) termos e condições gerais

Em 14 de janeiro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2021”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2021”).

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2023”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2023”).

Em 10 de Janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária, foram aprovadas as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2025”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2025”).

Desde a aprovação dos Planos de 2021, já aprovamos um Programa referente ao Plano 01/2021, 02/2021 01/2023 e 02/2023, conforme segue:

O Plano 01/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

O Conselho de Administração criará, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto neste Plano, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos (i) os Participantes; (ii) o número de Opções objeto de outorga para cada Participante; (iii) o Prazo de Exercício (definido abaixo); (iv) as condições da outorga; e (v) quaisquer outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicáveis e que não contrariem as disposições deste Plano.

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 01/2021 poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no Plano 01/2021: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 01/2021 não excederá 7.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 01/2021será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano 01/2021, para a organização e administração do Plano 01/2021, além da outorga das Opções.

(v) Extinção: O Plano 01/2021 se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 02/2023 possui os seguintes parâmetros principais

O Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Technos S.A. (“Technos” ou “Companhia”) (“Plano de Matching”) tem por objetivo permitir que o participante receba (“Participante”) ações ordinárias de emissão da Companhia que atualmente se encontram mantidas em tesouraria (“Ações de Matching”), na medida em que, dentre outras condições, invista recursos próprios na aquisição e manutenção de um número mínimo de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e permaneça integrando a administração da companhia por um período mínimo de tempo. Por meio da concessão de Ações de Matching a Companhia visa a promover maior alinhamento de interesses de longo prazo entre o Participante e a Companhia e o conjunto de

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

seus acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento do Participante por meio do conceito de investimento e risco.

O Conselho de Administração criará, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto neste Plano, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos (i) os Participantes; (ii) o número de Opções objeto de outorga para cada Participante; (iii) o Prazo de Exercício (definido abaixo); (iv) as condições da outorga; e (v) quaisquer outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicáveis e que não contrariem as disposições deste Plano.

(i) Objetivo: obter maior alinhamento de interesses, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 02/2023 terá como seu único Participante o atual Diretor Presidente da Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 02/2023: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 02/2023 não excederá 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 02/2023 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano 02/2023, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) Extinção: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues ao Participante na Data de Atribuição de 2024, o Plano 02/2023 será automaticamente extinto. O Plano 02/2023 poderá, ainda, ser extinto em caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching. Nesta hipótese, o Plano 02/2021 se extinguirá automaticamente após o decurso do Período de Indisponibilidade a contar do recebimento das ações pelo Participante.

O Plano <u>01/2023</u> possui os seguintes parâmetros principais

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 01/2023 poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no Plano 01/2023: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 01/2023 não excederá 2.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 01/2023 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano 01/2023, para a organização e administração do Plano 01/2023, além da outorga das Opções.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(v) Extinção: O Plano 01/2023 se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 01/2025 possui os seguintes parâmetros principais

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 01/2025 poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no Plano 01/2025: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 01/202 não excederá 2.190.000 (dois milhões cento e noventa mil ações) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 01/2025 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano 01/2025, para a organização e administração do Plano 01/2023, além da outorga das Opções.

(v) Extinção: O Plano 01/2025 se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 02/2025 possui os seguintes parâmetros principais

O Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Technos S.A. (“Technos” ou “Companhia”) (“Plano de Matching”) tem por objetivo permitir que o participante receba (“Participante”) ações ordinárias de emissão da Companhia que atualmente se encontram mantidas em tesouraria (“Ações de Matching”), na medida em que, dentre outras condições, invista recursos próprios na aquisição e manutenção de um número mínimo de ações de emissão da Companhia (“Ações Próprias”) e permaneça integrando a administração da companhia por um período mínimo de tempo. Por meio da concessão de Ações de Matching a Companhia visa a promover maior alinhamento de interesses de longo prazo entre o Participante e a Companhia e o conjunto de seus acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento do Participante por meio do conceito de investimento e risco.

O Conselho de Administração criará, a seu exclusivo critério, respeitado o disposto neste Plano, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), nos quais serão definidos (i) os Participantes; (ii) o número de Opções objeto de outorga para cada Participante; (iii) o Prazo de Exercício (definido abaixo); (iv) as condições da outorga; e (v) quaisquer outros termos, condições e procedimentos que o Conselho de Administração julgar aplicáveis e que não contrariem as disposições deste Plano.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(i) Objetivo: obter maior alinhamento de interesses, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano 02/2025 terá como participantes Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 02/2025: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 02/2025 não excederá 1.600.000 (um milhões, seiscentos mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano 02/2025 será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano 02/2025, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) Extinção: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues, o Plano 02/2025 será automaticamente extinto. O Plano 02/2025 poderá, ainda, ser extinto em caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano 01/2021 e o Plano 02/2021 foram aprovados pela assembleia geral extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2021. O Plano 01/2023 e Plano 02/2023 foi aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2023. O Plano 01/2025 e Plano 02/2025 foi aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 10 de Janeiro de 2025.

c) número máximo de ações abrangidas

Os Planos de 2021 abrangem, no máximo 8.700.000 ações, já foram aprovadas em Reuniões de Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2021 e em 05 de abril de 2022 um total 6.318.383 ações referentes ao Plano 01/2021 e em 22 de janeiro de 2021, 1.700.000 ações referentes ao Plano 02/2021.O Plano de 2023 abrange, no máximo 1.950.000 ações, 1.700.000 ações referentes ao Plano 02/2023. Os Planos de 2025 abrangem, no máximo 2.190.000 ações referentes ao Plano 01/2025, 1.600.000 ações referentes ao Plano 02/2025.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica

e) condições de aquisição de ações

Plano 1/2021:

As Opções outorgadas no âmbito do Plano 01/2021 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 do total de ações que o participante tem direito de subscrever ou adquirir. Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 anos, sendo o

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

prazo para exercício e integralização das ações de 90 dias a contar da data de aniversário da celebração do contrato entre as partes. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo participante. Para fazer jus ao exercício das opções o participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da opção.

Plano 1/2023:

As Opções outorgadas no âmbito do Plano 01/2023 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 do total de ações que o participante tem direito de subscrever ou adquirir. Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 dias a contar da data de aniversário da celebração do contrato entre as partes. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo participante. Para fazer jus ao exercício das opções o participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da opção.

Plano 02/2023:

Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2023 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Em até 90 dias após a assinatura do contrato, adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo referente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante de ações ordinárias de emissão da Technos (TECN3) (“Ações Próprias”). Em cada Data de Atribuição, os Participantes deverão comprovar a titularidade ininterrupta das Ações Próprias.
2. Os Participantes deverão permanecer no exercício do cargo administrador ou diretor da empresa ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano de Matching pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.
3. Em cada Data de Atribuição, o Participante deverá comprovar a titularidade ininterrupta no montante referente a 100% (cem por cento) da quantidade de ações Próprias até a respectiva Data de Atribuição, de acordo com volume do seu programa
4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.3.3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador) 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante em ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura do contrato. As Ações Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador sendo que, tais Ações não poderão, sob qualquer forma e a qualquer título ser cedidas, oneradas ou transferidas a terceiros pelo prazo de 3 (três) ano a contar da assinatura do contrato do programa.

Uma vez atendidos os requisitos acima, em cada uma das Datas de Atribuição, a Companhia transferirá os respectivos Lotes para o Participante, cujas ações estarão sujeitas ao Período de Indisponibilidade previsto.

Plano 01/2025

As Opções outorgadas no âmbito do Plano 01/2025 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 do total de ações que o participante tem direito de subscrever ou adquirir. Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 dias a contar da data de aniversário da celebração do contrato entre as partes. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo participante. Para fazer jus ao exercício das opções o participante deverá

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

permanecer no exercício do cargo de administrador, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da opção.

Plano 02/2025:

Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2025 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

5. Em até 90 dias após a assinatura do contrato, adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo referente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante de ações ordinárias de emissão da Technos (TECN3) (“Ações Próprias”). Em cada Data de Atribuição, os Participantes deverão comprovar a titularidade ininterrupta das Ações Próprias.
6. Os Participantes deverão permanecer no exercício do cargo administrador ou diretor da empresa ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano de Matching pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.
7. Em cada Data de Atribuição, o Participante deverá comprovar a titularidade ininterrupta no montante referente a 100% (cem por cento) da quantidade de ações Próprias até a respectiva Data de Atribuição, de acordo com volume do seu programa
8. Sem prejuízo do disposto na cláusula 4.3.3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador) 50% (cinquenta por cento) da quantidade de ações atribuídas ao programa de cada participante em ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura do contrato. As Ações Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador sendo que, tais Ações não poderão, sob qualquer forma e a qualquer título ser cedidas, oneradas ou transferidas a terceiros pelo prazo de 3 (três) ano a contar da assinatura do contrato do programa.

Uma vez atendidos os requisitos acima, em cada uma das Datas de Atribuição, a Companhia transferirá os respectivos Lotes para o Participante, cujas ações estarão sujeitas ao Período de Indisponibilidade previsto.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2021 – Plano 01/2021
O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício da Opção, definido com base na média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa.

O Preço de Exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data da aprovação do Programa até a data de cada exercício da Opção.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor equivalente ao valor pago pela Companhia a seus acionistas a título dividendos ou juros sobre capital próprio a partir da data da aprovação do Programa até a data de Exercício.

O pagamento do Preço de Exercício da Opção será realizado à vista e em moeda corrente nacional.

Plano de 2021 – Plano 02/2021
Não se aplica

Plano de 2023 – Plano 01/2023

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício da Opção, definido com base na média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa.

O Preço de Exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data da aprovação do Programa até a data de cada exercício da Opção.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor equivalente ao valor pago pela Companhia a seus acionistas a título dividendos ou juros sobre capital próprio a partir da data da aprovação do Programa até a data de Exercício.

Plano de 2021 – Plano 02/2023
Não se aplica

Plano de 2023 – Plano 01/2025
Preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelo Participante em decorrência do exercício da Opção, definido com base na média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa.

O Preço de Exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data da aprovação do Programa até a data de cada exercício da Opção.

Do Preço de Exercício será deduzido o valor equivalente ao valor pago pela Companhia a seus acionistas a título dividendos ou juros sobre capital próprio a partir da data da aprovação do Programa até a data de Exercício.

Plano de 2021 – Plano 02/2025
Não se aplica

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

No Plano 01/2021 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido (“Prazo de Exercício”). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

No Plano 01/2023 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido (“Prazo de Exercício”). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2023 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

No Plano 01/2025 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido (“Prazo de Exercício”). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2025 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

h) forma de liquidação

Referente ao Plano 01/2021, Plano 01/2023 e Plano 1/2025 e as Opções outorgadas no Primeiro Programa serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir ("Lote" ou "Lotes"). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante. A liquidação é feita por meio da entrega de ações da Companhia, ou seja, através de instrumento de patrimônio.

i) restrições à transferência das ações

Plano de 01/2021

Os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte. Após o exercício da opção as ações terão um *lock-up* de 1 ano a partir da data de exercício.

Plano 02/2021

lock-up de 1 ano após a transferência das ações

Plano de 01/2023

Os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte. Após o exercício da opção as ações terão um *lock-up* de 1 ano a partir da data de exercício.

Plano de 02/2023
lock-up de 1 ano após a transferência das ações

Plano de 01/2025

Os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte. Após o exercício da opção as ações terão um *lock-up* de 2 anos a partir da data de exercício.

Plano de 02/2025

lock-up de 3 ano após a transferência das ações.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de reorganizações societárias envolvendo a Technos que impliquem sua cisão, sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade, sua fusão com outra sociedade ou a transformação de seu tipo societário, bem como em caso de cancelamento do seu registro de companhia aberta, os Planos serão extintos e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de deixar de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários, colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização. As ações já emitidas em razão do exercício de opções continuam sendo de propriedade do beneficiário, respeitando quaisquer períodos de restrição a transferência que ainda estejam vigentes. Em caso de desligamento do Beneficiário em virtude de (i) aposentadoria; ou (ii) cumprimento de plano sucessório negociado com o Conselho de Administração, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para estipular nos Programas ou nos Contratos celebrados junto aos Beneficiários as condições relativas às ações e opções cujo Prazo de Exercício ainda não tenha sido observado.

Para o Plano 01/2021, 01/2023, 01/2025 e 02/2025 nas hipóteses de aposentadoria ou cumprimento de plano sucessório negociado com o Conselho de Administração, aplicar-se-á o disposto abaixo:

(a) para as Opções já exercíveis, desde que o Participante tenha cumprido com as condições de exercício previstas no Plano e no Primeiro Programa, este manterá integralmente todos os direitos e obrigações referentes às Opções objeto do Lote relativo ao período já decorrido previstos no Plano e no Presente Contrato; e

(b) as Opções não exercíveis na data do desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização salvo se ajustado entre as Partes de forma diversa, previamente ao desligamento, com a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia

Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão da maior remuneração individual reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de diretor estatutário e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual é de 98,00.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
5.159.527,00	52.648,23	98,00
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Nossos empregados são representados por sindicatos das regiões onde estão localizadas nossas unidades. Mantemos bom relacionamento, baseado na ética e profissionalismo, com os sindicatos que representam os nossos empregados. Não há histórico, nos últimos três exercícios, de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho.

Seguem todos os sindicatos com os quais mantemos relações e aos quais somos filiados:

UF	Cidade	Sindicato – Empregados	Sindicato - Patronal
AM	Manaus	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas de Manaus	-
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Rio de Janeiro	-

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes sobre o assunto além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 29 de abril de 2022, em reunião realizada pelo Conselho de Administração foi aprovada a Política de Transação com Partes Relacionadas, com vigência imediata e prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário, tendo e teve como referências (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia, conforme alterado; (ii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (iii) normas gerais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários sobre o assunto; (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e (v) o Pronunciamento Técnico CPC n° 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010 ("Política").

O documento está disponível na área de Estatutos e Políticas no site de RI da Technos, https://www.grupotechnos.com.br/pt, e também pode ser consultado na página da CVM, https://sistemas.cvm.gov.br/.

A Política se aplica a todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia, dos Comitês relacionados ao Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária da Companhia e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, que deverão confirmar por escrito que conhecem e cumprem esta Política em sua integralidade.

Tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Technos S.A., com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Nos termos da Política, a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a esta Política, as operações sejam contratadas em bases equitativas, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, pautando-se por termos e condições que prevaleçam ou prevaleceriam no mercado ao tempo de sua aprovação, em respeito às normas legais e éticas.

As Transações entre partes relacionadas devem ser aprovadas, previamente, pelo Conselho de Administração ou a Diretoria da Companhia, sendo que os contratos celebrados junto a partes relacionadas deverão ser sempre formalizados por escrito, detalhando-se suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e no Formulário de Referência da Companhia, além de divulgadas nos termos da legislação aplicável.

Se qualquer transação com partes relacionadas não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos nesta Política antes de sua assinatura e/ou implementação, essa transação deverá ser informada ao Comitê de Auditoria e ao órgão competente de aprovação. Esse órgão deverá conduzir a análise conforme previsto nesta Política e deverá considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da Relação com Partes Relacionadas.

Não obstante, quando da divulgação das demonstrações financeiras e, ainda, na hipótese em que a transação com partes relacionadas configurar hipótese de ato ou fato relevante, a Companhia deverá Tais normas de divulgação não prejudicam o dever de promover sua ampla divulgação ao mercado quando a transação com partes relacionadas configurar fato relevante ou quando da divulgação das demonstrações financeiras. Em

11.1 Regras, políticas e práticas

quaisquer divulgações exigidas por lei ou regulamentação aplicável, a Companhia deve fornecer detalhes suficientes para identificação das Partes Relacionadas e das condições essenciais inerentes à Transação com Parte Relacionadas, a fim de permitir que os acionistas da exerçam o direito de fiscalizar e acompanhar os atos de gestão da Companhia, bem como de ter informações necessárias para avaliações de oportunidades e riscos decorrentes de suas operações.

A Esta Política se encontra alinhada as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse. Compete ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

Os casos omissos ou qualquer dúvida de interpretação nesta Política serão resolvidos pelo Conselho de Administração da Companhia, regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e, no que couber, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social das partes relacionadas com as quais manteve transações no curso normal de suas atividades celebradas nos exercícios de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, bem como no exercício social corrente (2025).

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, "a", "b" e "c", do anexo 30- XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social das partes relacionadas com as quais manteve transações no curso normal de suas atividades celebradas nos exercícios de ~~2020, 2021 e~~ 2022, 2023 e ,2024, bem como no exercício social corrente (~~2024~~2025).

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não se aplica, pois em ~~2023~~ 2024 não ocorreram transações com partes relacionadas nas quais a Companhia não tenha controle, direto ou indireto, do capital social.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
12/05/2025		130.586.743,49
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
61.856.215	0	61.856.215

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
12/05/2025		130.586.743,49
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
61.856.215	0	61.856.215

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
15/07/2014		130.586.573,49
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
61.856.215	0	61.856.215

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
15/07/2014		130.586.573,49
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
129.093.785	0	129.093.785

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

Não aplicável, visto que a Companhia não é uma emissora estrangeira.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não foram emitidos valores mobiliários que não ações nos últimos três exercícios sociais.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não foram emitidos valores mobiliários que não ações nos últimos três exercícios sociais.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários de nossa emissão admitidos à negociação são nossas ações ordinárias nominativas, negociadas no segmento Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão S.A.) sob o código “TECN3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2022, 2023 e 2024 – não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2022, 2023 e 2024 – não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2022, 2023 e 2024 – não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 12 de maio de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado por unanimidade o cancelamento de 1.500.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia e sem redução do valor do Capital Social da Companhia. As montante de ações canceladas representavam 70,8% das ações em tesouraria nesta data e 2,4% do Capital Social total da Companhia. Em função do cancelamento de ações, o Capital Social da Companhia passou a ser dividido em 61.856.215 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro	Diretor Presidente
Daniela de Campos Pires Denne	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.2. DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Para fins do Formulário de Referência

Daniela de Campos Pires Denne, inscrita no CPF/MF sob o n.º 105.564.527-63 na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Technos S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97, declara que:

1. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
2. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80/21, artigos 15 a 20. e
3. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2025.

_____

Daniela de Campos Pires Denne
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Este documento foi assinado digitalmente por Daniela De Campos Pires Denne.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E82D-8815-AAC0-5B5C.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniela De Campos Pires Denne.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E82D-8815-AAC0-5B5C.

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E82D-8815-AAC0-5B5C ou vá até o site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E82D-8815-AAC0-5B5C

Hash do Documento

A854CDABDDD7273BA56B0D387909508369BC16265BEFEB76CA8C872BA5B0D841

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/05/2025 é(são) :

- Daniela de Campos Pires Denne (Signatário) - 105.564.527-63 em 30/05/2025 16:55 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.